



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**MEMÓRIAS EM MOVIMENTO: HISTÓRIAS DE
MULHERES DO BAIRRO COLÔNIA NOVA ITÁLIA,
EM SÃO JOÃO BATISTA - SC**

MARCIA PEIXE VARGAS

FLORIANÓPOLIS, 2019

MARCIA PEIXE VARGAS

**MEMÓRIAS EM MOVIMENTO: HISTÓRIAS DE MULHERES DO BAIRRO
COLÔNIA NOVA ITÁLIA, EM SÃO JOÃO BATISTA - SC**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História do Tempo Presente (Linguagens e Identificações).

Orientador: Professor Dr. Luiz Felipe Falcão

FLORIANÓPOLIS, SC

2019

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Vargas, Marcia Peixe

Memórias em Movimento: Histórias de Mulheres do Bairro
Colônia Nova Itália, em São João Batista - SC / Marcia Peixe
Vargas. -- 2019.

145 p.

Orientador: Luiz Felipe Falcão

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

1. Memórias. 2. História das Mulheres. 3. Experiências. 4.
História Oral. 5. Colônia Nova Itália. I. Falcão, Luiz Felipe. II.
Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências
Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História.
III. Título.

Márcia Peixe Vargas

"Memórias em movimento: histórias de mulheres do bairro Colônia Nova Itália, em São João Batista -SC."

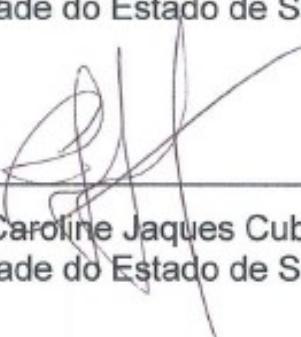
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestra, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca julgadora:

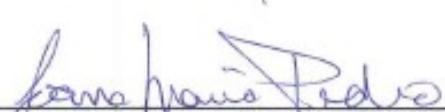
Presidente:


Doutor Luiz Felipe Falcão
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:


Doutora Caroline Jaques Cubas
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:


Doutora Joana Maria Pedro
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 19 de dezembro de 2019.

Este trabalho é dedicado às mulheres que não tiveram a oportunidade de aprender a ler, escrever e estudar. Aquelas que deixaram marcas na terra, pelo esforço e suor pelas mãos calejadas e pés cansados. Em especial, às mulheres de minha família, que sempre me inspiraram a seguir, mesmo diante das intempéries.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sua infinita bondade em me permitir recomeçar. Por ter me concedido uma nova oportunidade, após ter sofrido um grave acidente em setembro de 2009, que transformou meu olhar para a vida e para as pessoas. Por ser meu amigo fiel e me amparar diante das dificuldades.

À minha família que é a minha grande inspiração, meu esposo Peterson, que caminha comigo dia após dia e acredita nos meus sonhos.

Aos meus pais, Agustinho e Doroti, os primeiros a valorizarem a Educação enquanto instrumento de luz para o mundo e me incentivarem a estudar sempre.

À minha irmã Marcela, que também encontrou na Educação uma motivação para se tornar professora e que compartilhou comigo os primeiros batimentos dos nossos corações desde a barriga de nossa mãe. Ao meu cunhado Everton, por todo apoio em correções e formatações desde o projeto de pesquisa e também por acompanhar de perto todo esse processo.

Aos meus sogros Onélia e Pedro que não mediram esforços para estarem próximos e que me acolheram como sua filha. Gratidão aos momentos de conversa sobre o bairro Colônia Nova Itália, as vivências dos moradores, as histórias de família e por todo apoio para agendar os encontros com as entrevistadas.

Às minhas cunhadas Paula e Gabriela que se tornaram minhas irmãs no decorrer destes quase dez anos. Obrigada por estarem comigo nas mais diversas situações e por juntas sermos uma família.

Aos meus tios e tias que são como pais e mães sempre presentes, assim como cada primo e prima, que é uma extensão do amor fraterno que alguém pode sentir.

Às minhas avós e meus avôs: Maria de Souza Peixe (in memoriam), Gertrudes Venske Wilcke (in memoriam), Victorino Peixe (in memoriam) e Olier Wilcke (in memoriam), que não tiveram a oportunidade de concluir sequer o ensino fundamental, porém, deixaram-nos ensinamentos valiosíssimos a partir de uma simplicidade única.

Aos meus amigos, aqui não irei nominá-los, pois meu coração é repleto de amizades que me fortaleceram neste percurso. Amigos de infância, da adolescência e da vida adulta, da faculdade, da pós-graduação, do mestrado, do trabalho. A todos que me ouviram, me abraçaram, seguraram minhas mãos e disseram-me: “Não tenhas medo, você consegue!” Meu muito obrigada!

A todos os professores que participaram de todo meu processo formativo, desde o jardim de infância até agora, no mestrado. À Universidade do Estado de Santa Catarina, por ter acolhido a minha pesquisa, em especial, ao meu orientador, que foi calmaria e paz em meio a um turbilhão de sentimentos.

Agradeço também à Prefeitura Municipal de Nova Trento, entidade onde trabalhei grande parte do curso, que me permitiu cursar as aulas presenciais e participar de eventos. Também à Comunidade Bethânia, local onde atualmente atuo, que possibilitou que eu concluisse minha pesquisa e que entendeu o significado deste momento em minha vida.

Em especial, não poderia esquecer-me das entrevistadas que abriram seus corações para compartilharem suas vivências, um ato de profunda generosidade. Além delas, à todas as mulheres que foram silenciadas, mas que contribuíram na luta por uma sociedade mais justa e fraterna.

Espero que todos se sintam abraçados, afinal cada pessoa que fez ou faz parte dessa trajetória tem um lugar especial em minha história. Vocês foram luz em meu caminho!

A maneira como contamos a história, como escrevemos, nos fortalece e ajuda a fortalecer o outro, encorajando-o a sair da sombra e da inferioridade em que ele se põe boa parte do tempo, colocando-o novamente em pé de igualdade. (Ana Holanda)

RESUMO

A partir das comemorações em torno dos 180 anos da chegada do primeiro grupo de imigrantes ao bairro Colônia Nova Itália, em São João Batista, Santa Catarina, esta dissertação problematiza como estão sendo produzidas as narrativas de memória em torno do Renascimento do Acontecimento abordado por Dosse (2013), e como este processo contribui para o silenciamento da História das Mulheres. As mulheres mencionadas foram e são moradoras do bairro, que no decorrer da revisão bibliográfica e da pesquisa sobre o bairro e a cidade não tiveram suas trajetórias evidenciadas. Diante desta lacuna, optou-se por empreender uma pesquisa com mulheres idosas, que ainda residem no local, com idades entre 71 a 91 anos. Trata-se de quatro senhoras aposentadas, de classe popular, que atuaram a maior parte de suas vidas como agricultoras. Nesta perspectiva, além das movimentações políticas e públicas em torno do bairro, a pesquisa focou em analisar como as memórias das mulheres são (in) visibilizadas a partir do modo como a história é construída. Em contrapartida, também buscou-se responder à pergunta: O que faziam enquanto mulheres nos espaços e nas condições que lhes era possível? Como suporte para a produção das fontes utilizou-se a História Oral com base em autores como Portelli (1997, 2011 e 2017), Alberti (2005) e Thompsonson (1992). Os questionamentos centrais da pesquisa consistem em perceber as experiências cotidianas vivenciadas pelas depoentes, inspiradas no trabalho de Dias (1995) e em Scott (1999). Outros aspectos presentes na pesquisa foram as leituras de Davis (1997 e 1990), que possibilitaram perceber as memórias a partir de suas semelhanças e diferenças entre os homens de suas épocas.

Palavras-chave: Memórias. História das Mulheres. Experiências. História Oral. Colônia Nova Itália.

ABSTRACT

From the celebrations around the 180th anniversary of the arrival of the first group of immigrants to the Colônia Nova Itália neighborhood, in São João Batista, Santa Catarina, this dissertation discusses how the narratives of memory around the Renaissance of Event approached by Dosse are being produced. (2013), and how this process contributes to the silencing of Women's History. The women mentioned were and are residents of the neighborhood, which during the literature review and research on the neighborhood and the city did not have their trajectories highlighted. Given this gap, it was decided to undertake a research with elderly women, who still live in the place, aged 71 to 91 years. These are four retired, class-class ladies who have worked most of their lives as farmers. In this perspective, in addition to the political and public movements around the neighborhood, the research focused on analyzing how women's memories are (un) made visible from the way history is constructed. On the other hand, we also sought to answer the question: What did they do as women in the spaces and conditions that were possible for them? With support for the production of sources was used Oral History based on authors such as Portelli (1997, 2011 and 2017), Alberti (2005) and Thomposon (1992). The central questions of the research consist in perceiving the daily experiences lived by the deponents, inspired by the work of Dias (1995) and Scott (1999). Another aspect present in the research was the Davis readings (1997 and 1990), that made it possible to perceive the memories from their similarities and differences between men of their time.

Keywords: Memories. Women's History. Experiences. Oral History. Colônia Nova Itália.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Celebração da chegada dos imigrantes – jornal <i>O Município</i>	33
Ilustração 2 - Celebração da chegada dos imigrantes na <i>Rádio Araguaia</i>	34
Ilustração 3 - Celebração da chegada dos imigrantes na <i>Rádio Cidade AM</i>	34
Ilustração 4 - Mapa São João Batista.....	45
Ilustração 5 - Placas situadas na Ponte dos Imigrantes	46
Ilustração 6 - A USATI em 1966	59
Ilustração 7 - O canavial.....	60
Ilustração 8 - Utilização do cavalete	61
Ilustração 9 - Amarração da cana no cavalete	61
Ilustração 10 - O corte da cana - colheita	62
Ilustração 11 - O corte da cana – colheita	63
Ilustração 12 - O carregamento da cana	64

SUMÁRIO

O embalo inicial	21
O movimento da pesquisa.....	26
Memórias (in) visibilizadas e a história das mulheres.....	28
O retorno à Colônia Nova Itália	31
Depois do retorno: a busca pelo reconhecimento e os representantes da memória.....	36
CAPÍTULO 1 – AO BALANÇO DAS MEMÓRIAS	41
1.1 OS ITINERÁRIOS: MAS, O QUE É QUE A MENINA QUER SABER?.....	44
1.2 ENTRE MEMÓRIAS E PERCEPÇÕES	49
1.3 CANAVIAIS DE LEMBRANÇAS	57
CAPÍTULO 2 – EMBALOS DA EXPERIÊNCIA: ENTRE AS SEMELHANÇAS E AS DIFERENÇAS	69
2.1 MEMÓRIAS DA ADOLESCÊNCIA E DA VIDA ADULTA	79
2.2 SER MULHER: AS LINHAS INFORMAIS DA EXPERIÊNCIA	85
CAPÍTULO 3 - UM BALANÇO NÃO LINEAR E SELETIVO	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS	127
ANEXOS	139

“Universidade do Estado de Santa Catarina, 17 de agosto de 2017. Faed, sala 201, às 14h. Eu chorei, ao sentar na cadeira da primeira fileira em frente à professora. Aula da disciplina: ‘Artes de Ler, Artes de Escrever. História da Leitura e da Cultura Escrita’. Eu estava no primeiro dia do mestrado, enquanto várias gerações de minha família tiveram o acesso à educação negligenciado. Eu era ali uma privilegiada da cultura. Disfarcei, mas, eram as lágrimas que se faziam presentes.” (Minha primeira lembrança do curso)

O embalo inicial

“O silêncio é quebrado apenas pelas **privilegiadas da cultura**. Ao contrário, ele pesa ainda mais para as **operárias e camponezas** cuja individualidade nos escapa.” (Michelle Perrot, As mulheres ou os silêncios da história, grifo nosso)

Ser uma privilegiada da cultura¹ me permitiu chegar até aqui para compreender que apesar da historiadora francesa, Michelle Perrot, se referir no trecho acima às mulheres do século XIX de seu país, o ato de silenciar e compactuar com essa realidade ainda é presente nos dias atuais. Cresci em meio a gerações de mulheres (avó, mãe, tias, vizinhas) que vivenciaram a transição de trabalhadoras rurais a operárias (no primeiro momento, admitidas como babás/domésticas em casas de famílias mais abastadas e depois como costureiras em fábricas têxteis e confecções da região). A elas foram determinadas uma série de condições diante das funções que exerciam no trabalho e também dentro da família.

Além de possibilidades diferentes de terem sua individualidade e trajetória evidenciadas, foram geralmente marcadas pelo fato, de suas vozes serem consideradas da ordem do coletivo e do informal; ela é proferida no “boca-a-boca” da conversa familiar, na melhor situação possível, no quase ritual da conversação (PERROT, 2005, p. 317). A elas, o acesso à educação foi cessado abruptamente por uma necessidade superior, a de sobrevivência.

Diferentemente das supracitadas, eu tive a oportunidade de utilizar o conhecimento como uma forma de embate contra esse silêncio, uma demonstração de que a pesquisa histórica no campo da História das Mulheres é um caminho importante a ser seguido. Importância que atribuo principalmente ao fato de a vida ser tão rara e passageira. A morte torna-se uma “caixa envolvida por um cadeado” que sufoca, esconde e com o passar do tempo até mesmo apaga aquilo que não foi registrado. Conforme Perrot (2005), ao longo da história o escrito foi proibido e a memória configurou-se uma ferramenta de confiança para se lembrar das coisas.

Assim, à medida que as mulheres morrem vão com elas suas histórias e vivências. Compreendi essa dinâmica na prática, quando em 2013, durante a produção do meu TCC intitulado “*Arado, Rosário e Cruz – colonos de Indaiá narram histórias de fé*”², tentei por

¹ Ao utilizar este termo mencionado por Perrot (2005) referi-me a trajetória das mulheres de minha família e a minha própria. Elas não tiveram acesso à conclusão da Educação Básica, enquanto eu fui a primeira delas a concluir o ensino superior em 2013 e também a primeira a ingressar no mestrado.

² PEIXE, Marcia. *Arado, rosário e cruz – colonos de Indaiá narram histórias de fé*. (Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social - habitação em Jornalismo pela Universidade do Vale do Itajaí - 2013).

vezes entrevistar minha avó paterna, Maria de Souza Peixe e não consegui. Ela dizia-me que quem sabia contar as histórias do passado era meu avô Victorino Peixe na época já falecido há três anos. Uma afirmação de que a voz publicamente autorizada em sua concepção era a de seu esposo, uma maneira de verificar outra constatação de Perrot (2005, p. 37), de que as mulheres frequentemente apagam de si mesmas as marcas tênues de seus passos no mundo, neste mundo, como se sua aparição fosse uma ofensa à ordem.

Insisti e não me dei por vencida. Então, sugeri a ela que escrevesse em um papel, quando estivesse sozinha, sobre como foi sua vida. Dei tempo ao tempo. Alguns dias depois, ao retornar do trabalho, encontrei uma carta em cima de minha cama. Eram fragmentos de memórias escritas à mão com caneta azul, narrados em três páginas e assinadas ao fim por ela e com a frase: “*está é minha vida até agora!*” Ao ler a carta, repleta de detalhes, temporalidades e experiências, tive a certeza de que valeu a pena a insistência e de que mulheres como ela mereciam mais atenção, principalmente em novas pesquisas. Ela faleceu em fevereiro de 2016, e não fosse aquela carta, aqueles poucos traços teriam apagado definitivamente.

Apesar de sentir-me sensibilizada por esta experiência, prossegui com meus estudos e não empreendi novas pesquisas neste sentido. Já em 2017, ingressei no Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, na linha de pesquisa Linguagens e Identificações, com objetivo de estudar os processos de identificações dos descendentes dos imigrantes da Colônia Nova Itália, bairro situado no município de São João Batista (SC), que desde novembro de 2016 passou a ser o foco de movimentações em torno da história de sua constituição, com a celebração dos 180 anos da chegada do primeiro grupo de imigrantes que povoou o local inicialmente. Esta celebração desencadeou um autêntico “renascimento da narrativa”, materializado pela reinvenção da chegada daquele grupo ao que hoje é o bairro (ver p.31 e seguintes).

Após um período de reflexão envolvendo a análise de uma sequência de atos ligados ao bairro (renascimento), como: a aprovação do projeto de lei nº 0020.5/2018 pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) - que reconheceu a Colônia Nova Itália, no município de São João Batista, como pioneira da imigração italiana em Santa Catarina, a sanção da Lei Municipal nº 3.792/2017 pelo prefeito de São João Batista Daniel Netto Cândido, que estabeleceu o acréscimo da expressão “Colônia Nova Itália”, ao nome do bairro que até então era apenas “Colônia” e a fundação da Adanpib – Associação dos Descendentes e Amigos do Núcleo Pioneiro da Imigração Italiana no Brasil – em março de 2017; optei por utilizar isso como fio condutor até a História das Mulheres do bairro.

Esta decisão ocorreu devido a constatação de que entre as idas e vindas ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, às bibliotecas municipais de São João Batista e Nova Trento, aos Cartórios de Registros de Pessoas Naturais de Porto Belo e São João Batista, ao Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, em Blumenau, entre outros locais, eu não havia encontrado nada que remetesse aos vestígios da História das Mulheres que viveram no bairro Colônia Nova Itália. Foi aí que me dei conta que obras como a “*Colonização do Estado de Santa Catarina, dados históricos e estatísticos 1640-1916*”, do engenheiro agrônomo, Jacintho Antonio de Mattos, “*Primeira página da Colonização italiana em Santa Catarina*”, de Lucas Alexandre Boiteux e publicado em 1939, “*Colonização Italiana em Santa Catarina*”, do historiador Walter Piazza, de 1976 e os livros memorialísticos “*San Giovanni Battista di Firenze in Brasile, attraverso una sottile fascia di cuoio*” (escrito pelo italiano Roberto Benelli em 2000) e “*Histórias do Oratório de São Sebastião do bairro Índia em Canelinha-SC*” (escrito pelo padre Flávio Feller em 2015) foram escritas por homens, com base em documentos também considerados de domínio dos homens, como: apresentação às autoridades da época, títulos de terras e cartas de reinvindicação. Entre eles apenas um livro escrito por uma mulher, “*São João Batista do Alto Tijucas Grande*”, pela professora Darci de Brito Maurici em 2008, porém, com referências e temáticas semelhantes às publicações acima mencionadas.

A partir deste momento, o meu olhar enquanto pesquisadora precisava ser lapidado, assim como, também buscou o historiador Sidney Chalhoub (1990) em “*Visões de Liberdade*”, ao se utilizar das características do personagem Zadig do filósofo Voltaire, que conseguia apontar mil diferenças onde os outros homens viam só uniformidade³. No decorrer de sua obra, ficou evidente o esforço minucioso de decodificação e contextualização de documentos. Pode-se chegar a descobrir a dimensão social do pensamento ao analisar processos judiciais das últimas décadas de escravidão na corte. Assim, também fez Robert W. Slenes, que encontrou “*Na Senzala, uma flor*”⁴ até então não vista por aqueles que não perceberam a existência de esperanças, recordações e afeto presentes nas famílias de escravos(CHALHOUB, 1990, p.16). Porém, foi a partir da leitura de Natalie Zamon Davis, em “*Nas Margens*”, que expandi minha visão, pelo modo sensível como apresentou a trajetória de três mulheres do século XVII: Glikl bas Judah Leib, Marie de l’Incarnation e Maria Sybilla Merian. Com base em Davis (1997) decidi investigar as memórias de quatro

³ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. - São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.13.

⁴ SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor.** Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

mulheres idosas do bairro Colônia Nova Itália, com intuito central de saber: *o que fizeram enquanto mulheres no meio social em que viveram?* Além disso, diante da perspectiva do trabalho de Davis, a pesquisa consistiu em (...) mostrar seus pontos em comum e suas disparidades. Quis mostrar como falaram de si mesmas e o que (...) fizeram. Quis mostrar como se distinguiam dos homens do seu mundo e como se assemelhavam.⁵

Optei ainda por utilizar os recursos da História Oral para direcionar a produção das fontes, as suas narrativas e análises, com enfoque em leituras de autores como Alessandro Portelli, em artigos como: “*O que faz a história oral diferente*” (1997), *História Oral como gênero* (2011), e *Um trabalho de relação: observações sobre a história oral* (2017), aliados às orientações de Verena Alberti, no “*Manual de História Oral* (2005)”. Esta escolha ocorreu por considerar a afirmação de Thompson (1992, 41) de que *História Oral* possibilita um olhar tanto para a vida particular do indivíduo como para a vida social, com características próprias, pois ela trata de vidas individuais e se baseia na fala e não na habilidade da escrita, muito exigente e restritiva. Diante destas escolhas, e por se tratar de mulheres idosas, optei também por seguir a perspectiva de Ecléa Bosi (1994) em “*Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos*”, com ênfase ao que foi lembrado e escolhido para perpetuar-se na história de vida de cada participante (p. 37).

Diante do exposto, a pesquisa teve como foco as categorias: memória a partir das perspectivas do trabalho em Tedesco (2014), História das Mulheres com base em Perrot (2003 - 2005), Tesdeschi (2014) e experiência cotidiana, de Dias (1995). As duas primeiras encontram-se e são discutidas no decorrer dos capítulos, relacionadas com os depoimentos evocados pelas mulheres, à medida que rememoram. Já a categoria experiência cotidiana baseou-se no trabalho de Maria Odila Leite da Silva Dias, será discutida de forma mais específica no capítulo 2, que apresenta também o que chamarei de ‘Linhos Informais da Experiência’, a identificação de padrões de comportamentos a serem seguidas pelas meninas, moças e mulheres do bairro, desde o nascimento até o casamento, e, assim sucessivamente. Ao problematizar a experiência, entende-se esta categoria conforme apresenta Scott (1999), baseada em Raymond Williams, que a descreve como o “conhecimento acumulado de eventos passados, seja por observação consciente ou por reflexão e um tipo de consciência, que, em alguns contextos, pode ser distinguida da razão ou do conhecimento”. (SCOTT, 1999, p. 29).

Já no âmbito de produções acadêmicas nacionais e regionais, considerei de grande relevância trabalhos defendidos por Karen Christine Réchia, “*Lembranças íntimas de minha*

⁵ DAVIS, Natalie Zemon. **Nas margens.** Três mulheres do século XVII. São Paulo. Companhia das Letras, 1997, p. 12

avó: partos, parteiras e outras histórias em treze de maio–SC” (1998), Jadson Pereira Viera, “A Lembrança como Linguagem: intercruzando sonhos, memórias e histórias na narrativa dos velhos” (2016), Carlos Gilberto Pereira Dias, “Construindo Vidas – os itinerários de duas professoras Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860 – 1951)” e “Júlia Maria Hailliot Tavares (1866 – 1939)” (2012) e Márcia Maria Gramkow, “O colono da cana: estudo sobre as unidades de produção familiares do Vale do Rio Tijucas (1983)” entre outras. Nesse sentido, a proposta da pesquisa é articular as categorias mencionadas acima, com objetivo principal de investigar as experiências de mulheres vivenciadas no espaço rural, no bairro Colônia Nova Itália, em São João Batista, no século XX, especialmente no período de 1940 a 1970, período evidenciado a partir da análise das memórias evocadas pelas depoentes.

Os depoimentos ocorreram conforme determinações da Resolução nº 466/12 do Conselho e do Comitê de Ética da UDESC a partir do cadastro, apreciação e aprovação do projeto na Plataforma Brasil, no dia 20 de setembro de 2018, mediante parecer nº 2.907.148. Sendo gravados em áudio, e transcritas, de acordo com o Termo de TCLE - Consentimento Livre e Esclarecido, que não permite a divulgação dos nomes das entrevistadas e estabelece a utilização de nomes fictícios para narrar suas memórias. Os depoimentos foram obtidos por meio de um roteiro prévio, que no decorrer das conversas seguiram a dinâmica de livre associação em torno de história de vida, que segundo Harres é uma biografia provocada (2004, 152), com o intuito de deixar as mulheres mais à vontade para evidenciarem as memórias que consideraram mais importantes naquele momento. O contato inicial com elas ocorreu por meio de indicação de representantes do bairro, com os seguintes critérios de seleção: idade, vitalidade, período em que residem no local, experiências de vida, facilidade de diálogo e disponibilidade para receber a pesquisadora. Em seguida, os depoimentos foram agendados em suas residências conforme a disponibilidade de cada uma delas.

Com base nas explanações anteriores, o primeiro capítulo, denominado “*Ao balanço das memórias*”, teve o objetivo de apresentar ao leitor a dinâmica de como ocorreram os encontros com as mulheres, além de percepções ligadas ao ato de lembrar e as dinâmicas do depoimento. Neste primeiro momento, surgiu também um espaço que apresentou aspectos do passado que marcaram suas lembranças, que permeiam a casa, a família, a roça bem como as divisões dos espaços físicos das residências e a utilização e atividades diárias realizadas pelos membros das famílias. Houve também uma referência à formação do bairro relacionada com a chegada do grupo de imigrantes que chegou ao bairro em 1836. A partir de Tesdechi (2014) e de Tesesco (2014), são problematizadas as percepções em relação as memórias evocadas pelas depoentes. Este capítulo apresenta também percepções sobre o meio social em que

viveram as mulheres e como essas características influenciaram a vida local. Na sequência, o segundo capítulo intitulado “*Movimentos da experiência: entre as semelhanças e diferenças*”, analisa as memórias das depoentes a partir do que faziam enquanto mulheres comparadas as atividades que os homens executavam. A marca deste capítulo foi a percepção de que o trabalho era o centro da vida das mulheres, não somente aquele na lavoura, em especial a da cana para produzir matéria-prima para a Usina de Açúcar Tijucas (USATI), uma grande empresa que havia na região, mas igualmente todas as atividades que exigiam um modo de saber fazer e a necessidade de serem realizadas por alguém para que se tivesse comida na mesa, louças e roupas limpas, roupas novas ou consertadas, remédios, etc.

Já no terceiro capítulo, “*Um balanço não linear e seletivo*”, foram sistematizadas e apresentadas as memórias, ou seus fragmentos, que foram mais evidenciadas pelas depoentes no decorrer das entrevistas realizadas. Neste sentido, optou-se por problematizar cada trajetória de vida por meio das temáticas consideradas como centrais das memórias de cada mulher. Ressalta-se, porém, que não se trata da escrita de biografia ou perfis, mas da possibilidade de observar de uma maneira mais próxima quem são as depoentes, como elas se apresentaram por meio de suas lembranças e, sobretudo, o que aparecia de singular em cada uma delas.

O movimento da pesquisa

Não creio que seja possível ser um bom historiador sem um pouco de paixão, sinal de relevantes desafios pessoais. O enraizamento existencial da curiosidade no âmbito da história explica a constância da pesquisa.
(Antoine Prost, As Questões do Historiador)

A afirmação de Antoine Prost em “*As Questões do Historiador*” (2008, p. 88) traz para este momento a compreensão de que a escrita de uma dissertação é um caminho marcado pela trajetória do próprio autor, que opta por um tema e uma narrativa específica que lhe toca o coração, mesmo que esta seja uma escolha racional e seletiva. É também uma possibilidade de refletir sobre a importância do sentir que me acompanhou, enquanto estudante e pesquisadora. De certa forma, era exatamente isto que buscava ao escolher, em 2015, pesquisar sobre a história do bairro Colônia Nova Itália, situado na parte sul do município de São João Batista (perímetro rural), na região centro – leste de Santa Catarina. Algo realmente me tocava e fazia com que este tema não saísse da minha mente. Porém, já conhecia o bairro desde 2011 quando passei a visitar meus sogros, sendo que mais tarde, em 2013, este vínculo se estreitou a partir da minha atuação como repórter no jornal “*Correio Catarinense*”, também com sede

em São João Batista. Foi por meio da minha profissão que os laços com o bairro se cingiram, por conta da cobertura de pautas ligadas à agricultura, ao meio ambiente, à cultura e também à história local.

A possibilidade de atuar no bairro e de conhecer as pessoas em seu dia a dia foi uma oportunidade de perceber que a prática jornalística não permitia, aprofundar questões que aguçavam meu interesse e que geralmente esbarravam no número de caracteres limitados de uma página de jornal. Então, por iniciativa própria, iniciei uma pesquisa que me proporcionou novas descobertas, como conhecer mais pessoas interessadas no tema, documentos e outras narrativas sobre a história da Colônia Nova Itália. E, dentre elas, encontrar documentos que possibilitariam reconstituir fragmentos da trajetória da família do meu avô paterno, Victorino Peixe, que também viveu naquele local, o que era uma informação até então desconhecida. Ao vivenciar estas experiências, comprehendi na prática a afirmação de Lucien Febreve mencionado por Prost, de que a parte mais apaixonante do trabalho de historiador consiste em levar as coisas silenciosas a se tornarem expressivas, pois a história faz-se, sem dúvida, com documentos escritos, quando eles existem; e, até mesmo, na sua falta (2008, p. 77).

Neste momento, meu foco estava nos processos de identificação dos descendentes dos primeiros imigrantes e também na pesquisa documental sobre o bairro e estas famílias. Após um ano, já com informações e documentos reunidos, escrevi a série de reportagens jornalísticas intitulada “Pioneiros da Colonização” para o jornal *Correio Catarinense*, que foi o ponto de partida para a escrita do projeto dessa dissertação e o ingresso no PPGH/UDESC, em julho de 2017. Porém, à medida que o curso avançou, os questionamentos aos quais submeti as fontes coletadas inicialmente não foram suficientes para a construção de um objeto histórico capaz de me convencer que era realmente aquilo que eu queria pesquisar.

A partir das discussões das disciplinas, leituras e conversas com meu orientador, me permitiu recomeçar, e um passo determinante neste processo foi a leitura do livro *Nas Margens*, que mencionei anteriormente. Foi assim que meu horizonte se expandiu, pois havia algo que não tinha dado conta. Ao abrir novamente as pastas de arquivos, folhear meus escritos e revisitar os documentos oficiais do Governo do Estado de Santa Catarina, do município de São João Batista, de municípios próximos ou em livros memorialísticos da região, constatei a ausência da participação das mulheres nestas escritas e narrativas.

Então, passei a me questionar sobre onde estariam as mulheres: Quem eram elas? Quais eram suas funções? Que experiências elas viveram naquele bairro? Entre muitas outras, estas perguntas convenceram-me de que existia ali uma lacuna histórica e que eu havia encontrado um novo caminho: a História das Mulheres, então, o passo seguinte foi ir em

busca de embasamento historiográfico, que pudesse-me orientar a como prosseguir na pesquisa.

Memórias (in) visibilizadas e a história das mulheres

Seguir com a pesquisa exigiu-me novas leituras dentro deste campo da historiografia, que desde o século XX vem percorrendo caminhos ligados aos estudos de gênero, compreendido como uma categoria de análise histórica. Para chegar a esta etapa foram necessárias intensas contribuições de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas, acompanhadas pela luta por direitos civis, direitos humanos, em igualdade e respeito, como descreve a historiadora Joana Maria Pedro no artigo *“Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa”* (2005). Neste sentido, houve ainda uma trajetória teórica da utilização de categorias como: “mulher”, “mulheres”, “gênero” e “sexo” e de como as historiadoras observaram a necessidade de empreender novos estudos para encontrar uma categoria própria que incluísse as mulheres, como apresentam Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007, p. 282), em “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero”:

Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade. Mas, também, não eram todos os homens que estavam representados nesse termo: via de regra, era o homem branco ocidental. Tal se devia à modalidade de história que se praticava, herdeira do Iluminismo. Genericamente conhecida como positivista, centrava o seu interesse na história política e no domínio público, e predominou no século XIX e inícios do XX. Esta privilegiava fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco apareciam.

Diante deste cenário, as autoras explicam que, a partir do fim da década de 1960, o surgimento de campos como história das mentalidades e história cultural possibilitaram um novo espaço para que os estudos ligados ao feminino ganhassem páginas dentro da historiografia, pois passaram à condição de objeto e sujeito da História, marcando a emergência da História das Mulheres. Entre todos os nomes acima mencionados, destacam-se Michelle Perrot, como pioneira no aspecto da produção internacional e Maria Odília Leite, como pesquisadora brasileira.

Além, delas, Joan Scott foi uma das que mais contribuiu para a popularização da temática no Brasil, especificando-a como uma maneira de indicar ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. O gênero seria, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado

(1989). A partir deste conceito, Joana Maria Pedro (2005), destaca que pesquisar sobre gênero se trata de observar os significados “variáveis e contraditórios” que são atribuídos à diferença sexual e faz um alerta: é preciso perceber em quais contextos políticos os significados da diferença sexual são criados e/ou criticados. Abre-se aqui um grande desafio para os pesquisadores, para que não produzam generalizações, apontamentos superficiais ou ainda reforço de estereótipos.

Em relação a ausência dos registros sobre as mulheres, especialmente das agricultoras, a historiadora francesa Michele Perrot (2005), afirmou que as mulheres agricultoras ou de artesãos, cujo papel econômico era considerável, não eram recenseadas, e seu trabalho, confundido com as tarefas domésticas e auxiliares, tornou-se assim invisível. De fato, foi isto que constatei durante a pesquisa: os nomes das mulheres não estavam lá, com raras exceções, como em atas escolares, por exemplo. Também neste sentido, Tedeschi (2012), acrescenta que a invisibilidade da mulher e o reconhecimento de sua força de trabalho também ocorreram porque eram lhes atribuídos apenas os trabalhos domésticos, dificultando o reconhecimento de sua ação e presença na comunidade enquanto trabalho produtivo e consequentemente, a definição enquanto trabalhadoras rurais. Por outro lado, quando representadas na escrita da história, as mulheres apareciam em situações consideradas subvertidas, como Perrot exemplifica em *Práticas da Memória Feminina*:

Só se fala delas quanto seus murmúrios inquietam no caso do pão caro, quando provocam algazarras contra os comerciantes ou proprietários, quando ameaçam subverter com sua violência um cortejo de grevistas. Em suma, a observação das mulheres em outros tempos obedece à critérios de ordem e de papel. Ele diz muito mais respeito aos discursos do que as práticas. Ela se detém pouco sobre as ‘mulheres’, entidade coletiva e abstrata à qual se atribuem as características habituais. Sobre elas não há uma verdadeira pesquisa, apenas a constatação habitual de seu eventual deslocamento para fora dos territórios que lhes foram reservados. (PERROT, 1989, p. 10-11).

Entre os fatores que também contribuíram para esse processo de invisibilidade, conforme detalha a autora, estavam a dificuldade ao acesso à leitura e escrita e o impacto que o domínio destas técnicas tinha na vida familiar, especialmente perante a sociedade. Mesmo aquelas que podiam registrar acabavam destruindo seus arquivos, como uma forma de proteção, como que se deixá-los transparecer fosse uma ofensa à ordem. Porém, mesmo diante destas circunstâncias, Perrot ressaltou que a rememoração das mulheres estava ligada à oralidade das sociedades tradicionais que lhes confiava a missão de narradoras da comunidade aldeã. Com isto, a história oral passou a ser um método de produção de fontes históricas, capaz de apresentar novos olhares para as temáticas que envolvem as mulheres. Assim,

podemos conhecer o sujeito da história, no caso das mulheres, conhecer a vida de trabalho e seu fazer cotidiano, não desde a interpretação de uma visão patriarcal de história, mas pela vivência própria destas mulheres (PERROT, 2014).

Assim, como ouvi de minha avó dizer que era meu avô quem sabia contar histórias, as mulheres do bairro Colônia Nova Itália, em São João Batista, consideraram inicialmente suas vivências inferiores e sem importância comparadas às dos homens, especialmente as histórias contadas pelo senhor José Sardo, conhecido no bairro como um memorialista por resguardar documentos antigos. Ao encontrar as mulheres para os depoimentos, ouvi por diversas vezes expressões como: “Você vai lá falar com ele também?”, “Mas, se você quiser saber as coisas certinhas ele sabe mais!”, “Ele sabe bastante coisa” e por aí vai... Porém, não era sobre a constituição do bairro que eu queria saber, aliás, eu já havia feito em 2016, na série jornalística publicada no *Correio Catarinense*, quando na oportunidade, entrevistei o senhor mencionado.

Então, para que nossas conversas fluíssem expliquei a todas elas que meu trabalho era sobre as mulheres e que gostaria de saber sobre o que faziam. Como foram suas vivências e experiências no bairro? Quais eram suas responsabilidades? E que este era o foco da pesquisa. Mas o modo como fui questionada pelas depoentes levou-me a refletir também como a história do bairro tinha sido construída ao longo dos anos. Foi por este motivo, que voltei a observar a série de reportagens que produzi em 2016, em alusão aos 180 anos da chegada do grupo de imigrante que formou inicialmente a Colônia Nova Itália. Ao reler as matérias com mais calma foi possível constatar que entre os entrevistados estavam apenas os homens.

Das nove reportagens, as cinco primeiras estavam ligadas à fundação da colônia e à contextualização de suas motivações por meio da revisão bibliográfica que eu havia feito com base em autores como Boiteux (1939) e Pizza (1983), aqui já a constatação de uma escrita masculina da história. Na sequência, já nas quatro últimas reportagens, entrevistei homens que tinham sobrenomes dos imigrantes, além de um ex-prefeito da cidade. Apenas a primeira reportagem trouxe uma mulher, em uma foto, e com a menção de que ela era descendente de um dos imigrantes. Então, aqui também constatei que ao escrever esta série contribui, de certa forma, para a invisibilidade da História das Mulheres do bairro, indicando-me um novo olhar para o que realmente desejava pesquisar na dissertação.

O foco dos depoimentos que obtive e das análises das memórias que realizei baseou-se na metodologia adotada por Bosi (1979, p. 17), que para quem valia ressaltar o que “foi escolhido (pelos depoentes) para perpetuar-se na história de sua vida”, de acordo com suas próprias experiências:

Já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já tiveram quadros de referências familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade. (BOSI, 1979, p. 23)

Em cada depoimento foi possível perceber um caminho específico trilhado pelas mulheres que pesquisei, ressaltando mudanças na trajetória de suas vidas (casamentos, mortes, nascimentos, memórias de valores familiares e de trabalho, seus papéis e lugares). Esses momentos configuraram marcas temporais para as depoentes, demonstrando como o ato de recordar mobiliza memórias afetivas a partir de perguntas como “o que viveram?”, ou “o que sentiram?”, dentre outros aspectos (TEDESCO, 2014, p. 199). Além disso, outros fatores em destaque neste processo foram as lembranças das famílias das depoentes, que apresentaram detalhes e situações específicas, positivos para umas, nem tanto para outras. As memórias abrangeram também o contexto cultural e social das épocas mencionadas, abarcando temas que a história oficial da cidade de São João Batista não detalhou, como, aliás, já o identificara Thompson:

O traço mais surpreendente de todos, porém, talvez seja o impacto transformador da história oral sobre a história da família. Sem a evidência oral, o historiador pode, de fato, descobrir muito coisa, quer sobre os contatos comuns da família com os vizinhos e parentes, quer sobre suas relações internas. Os papéis de marido e mulher, a educação de meninas e meninos, os conflitos e dependência emocionais e materiais, a luta dos jovens pela independência, o namoro, o comportamento sexual dentro e fora do casamento, a contracepção e o aborto – todas essas eram efetivamente, área secretas. As únicas pistas tinham que serem procuradas a partir de estatísticas agregadas e de uns poucos observadores – em geral parciais. (THOMPSON, 1992, p. 27-28).

De fato, ouvir, observar e se ater ao que o autor descreveu, ajudou a refinar a percepção da pesquisadora diante das depoentes, e fez da experiência frente a frente com elas uma porta aberta para conhecer e ir além do que se buscava inicialmente.

O retorno à Colônia Nova Itália

“A necessidade da memória é a necessidade da história”
(Pierre Nora, *O lugar de Memória, a problemática dos lugares*).

Ao escrever sobre a história da França, Pierre Nora contribuiu para reflexões importantes sobre a relação entre a Memória e História no que diz respeito aos lugares, e como esta dinâmica interferia no que era escolhido para ser lembrado, contado e esquecido.

Para o historiador, a necessidade da memória vem precedida de uma necessidade de história, pois à medida que existe distância não haverá mais uma memória verdadeira e sim história.

Deste modo, ambas se apresentam como opostas, ou seja, a “memória é vida, sempre carregada por grupos vivos, e nesse sentido, ela está em permanente evolução”, já a história é “uma reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993, p. 9). Conforme o autor, estas escolhas são construídas por meio de processos marcados por intencionalidades que depois passam a ser aceitos e reproduzidos socialmente. Mas, se não há mais memória, como se produzirá então a história? Uma possibilidade é a problematização a partir do conceito de “renascimento do acontecimento” apresentado por Dosse (2013), que consiste em compreendê-lo não mais como algo que já aconteceu/acabado, mas como algo que em sua essência a possibilidade de analisar suas reverberações na sociedade e olhar para novos aspectos que o envolvem. Para o estudioso, é importante que os historiadores estejam atentos a este retorno, para que durante o exercício da pesquisa seja possível: privilegiar as descontinuidades; enfatizar as relações e práticas; destacar a relação da linguagem com o acontecimento e suas metamorfoses de sentidos; e garantir ao historiador uma narrativa mais rica implicando numa persuasão.

Na prática, é esta a dinâmica que está ocorrendo no bairro Colônia Nova Itália, que desde 2016, tem sido o foco de ações que envolvem a história local. Neste caso, o “renascimento do acontecimento” foi a celebração dos 180 anos da chegada de famílias de imigrantes trazidos pela empresa colonizadora Demaria & Schutel⁶ em 1836, para ocuparem terras junto ao Rio Tijucas próximas ao arraial de São João Batista. Segundo Boiteux (1939), este grupo era formado por pessoas do então Reino da Sardenha, atual Itália, e a primeira comemoração de sua chegada ocorreu em 14 de novembro de 2016, uma segunda-feira, véspera de feriado da Proclamação da República, dentro da programação do “Ciclo Brusquense de Conferências Magnas Temáticas do Bicentenário de Independência e da Fundação do Império do Brasil”⁷, evento que ocorreu na cidade vizinha de Brusque, coordenado pelo historiador e ex-morador do bairro, Paulo Vendelino Kons.

O ato contou também com a presença de Bertrand Maria José Pio Januário Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Orléans e Bragança, bisneto da princesa Isabel, líder do

⁶ O arraial de São João Batista era formado apenas pelas terras de João de Amorim Pereira, o Capitão Amorim que se estabeleceu à margem direita do Rio do Tijucas e próximo à foz do Rio do Braço em 1834, junto com a família e escravos. Atualmente este local situa-se na área central da cidade onde está a Igreja Matriz de São João Batista, padroeiro do município e santo de devoção de Amorim.

⁷ O evento, com apoio de instituições de Brusque, pretende realizar conferências anuais que se iniciaram em 2016 e devem se encerram em setembro de 2022, ano em que se celebram os 200 anos de Independência do Brasil, abordando temas como: fé e cultura, desenvolvimento sustentável, política e administração, aldeia global, desafios e perspectivas para o Brasil.

movimento de restauração da monarquia brasileira, convidado para proferir a conferência inaugural do evento. A visita gerou movimentação no bairro, habituado a conviver com a rotina do trabalho nas lavouras de fumo e mandioca, além dos expedientes das fábricas e dos ateliers de calçados entre outras atividades cotidianas. A chegada da comitiva com o convidado ilustre de helicóptero, reuniu moradores, visitantes, autoridades da região e curiosos, que aguardaram a chegada de ‘Dom Bertrand de Orleans e Bragança, Príncipe Imperial do Brasil’, assim apresentado aos presentes e pelas autoridades e pela mídia.

Na sequência, uma solenidade realizou-se no Salão de Festas da Capela São José, com execução do hino nacional brasileiro, discursos e descerramento de uma placa comemorativa instalada na frente da capela. Além disso, a imprensa local também esteve presente para registros fotográficos, produção de reportagens em áudios e textos para plataformas digitais, impressas e emissoras de rádio, como *Correio Catarinense*, *Rádio Clube AM 1190* (rádio e site com sede em São João Batista), *Rádio Super FM 99,9* (radio e site com sede em São João Batista), além de veículos de comunicação de Brusque como *O Município*, *Rádio Diplomata FM 105,3*, *Rádio Cidade AM 850*, *Rádio Araguaia AM 970*, entre outros.

Ilustração 1 - Celebração da chegada dos imigrantes – jornal *O Município*

Príncipe imperial participa da comemoração aos 180 anos da imigração italiana no Brasil, em São João Batista

A visita integrou a programação do Ciclo Brusquense de Conferências Magnas Temáticas

Por Bárbara Sales | 14/11/2016 | 20:54



Fonte: Reprodução do site oficial de *O Município*, 5 de agosto de 2019.

Ilustração 2 - Celebração da chegada dos imigrantes na *Rádio Araguaia*



Fonte: Reprodução do site oficial da *Rádio Araguaia*, 12 de agosto de 2019

A presença da imprensa neste ato foi determinante para que a celebração do aniversário dos 180 anos tivesse mais abrangência e conferisse notoriedade ao convidado, num bairro do interior do município de São João Batista, confirmando a apreciação de Dosse de que, “o acontecimento deve ser conhecido, as mídias são de maneira crescente os vetores dessa tomada de consciência” (2013: p. 260).

Ilustração 3 - Celebração da chegada dos imigrantes na *Rádio Cidade AM*



Fonte: Reprodução site oficial da *Rádio Cidade*, 5 de agosto de 2019.

A cobertura da mídia deu visibilidade ao tema e repercussão do assunto na cidade e na região, de forma que a solenidade ficou conhecida entre a população como a ‘visita do Príncipe’ e a caracterizou como um “acontecimento monstro” dentro da perspectiva de Nora (1979). Com isso, o nome do bairro e o próprio município ganharam evidência, pois este último era conhecido como Capital Catarinense do Calçado e não como uma das primeiras colônias de povoamento do Estado de Santa Catarina, fundada sete anos depois da Colônia de São Pedro Alcântara em 1829. Por isso, pessoas de outras cidades como Blumenau, Curitiba e Florianópolis, entre outras, passaram a fazer contato com os moradores locais em busca de informações sobre seus antepassados. Diante deste contexto, o bairro começou a atrair visitantes que passaram a reconhecê-lo como um “lugar de memória”.

Na prática, o interesse deste público foi motivado pela ausência deste familiar já falecido, que seria a pessoa mais indicada para auxiliar nas buscas históricas e a genealógicas, aliado ao desafio de se tratar de um recorte temporal de quase 200 anos, de uma história marcada pela oralidade e por resquícios de documentos oficiais resguardados em diversos órgãos públicos espalhados por Santa Catarina. Por outro lado, a busca de um passado era dificultada pelo fato de que muitas famílias não guardaram qualquer informação, com o agravante de que várias delas recomeçaram suas vidas em outros locais, tendo neles a referência como local de origem, o que aconteceu, como pude constatar, inclusive com minha família.

Frente a estas razões, comprehende-se que a comemoração em torno do bairro, além de representar o “renascimento do acontecimento”, suscitou também um interesse maior por sua fundação visando definir uma identidade local específica, tendo em vista a não existência de uma ‘italianidade’ espontânea ou traços marcantes capazes de referenciá-lo como berço da imigração italiana no Brasil. Por este motivo, ainda em novembro daquele ano, uma nova mobilização ocorreu no bairro, com o intuito de evidenciar a história dos imigrantes e de suas famílias, coordenada pelo historiador Paulo Vendelino Kons.

Em 27 de novembro de 2016, o jornal “*O Município*” noticiava que uma reunião realizada no Salão de Festas da Capela São José, no bairro, abordou as tratativas para a fundação de uma associação com o intuito de atuar frente às pesquisas históricas, integrar os descendentes deste grupo de imigrantes e promover intercâmbios culturais, além de aventar a possibilidade de construção de um arquivo e um museu, entre outras iniciativas. Nesta reunião ocorreu uma votação que elegeu uma diretoria provisória até ocorrer a Assembleia Geral de constituição da Associação dos Descendentes e Amigos do Núcleo Pioneiro da Imigração Italiana no Brasil (ADANPIB), que se realizou em 11 de março de 2017, com uma

programação constituída por missa na Capela São José, presidida por Dom Vitus Schlickmann Roetger, Bispo Emérito da Arquidiocese de Florianópolis, e com a presença novamente de Dom Bertrand de Orléans e Bragança, que na ocasião foi intitulado patrono da entidade recém-fundada.

Nesta mesma ocasião, foram comemorados os 150 anos da Colônia Imperial Príncipe Dom Pedro, que compreendeu no passado os territórios das cidades Botuverá, Nova Trento, o bairro Krequer em São João Batista e a margem direita do município de Brusque. Depois disso, novo movimento teve início no bairro, objetivando o retorno do seu nome inicial: Colônia Nova Itália. Para tanto, os vereadores Almir Peixer (PSB) e Leoncio Paulo Cypriani (MDB) protocolaram um projeto com este objetivo junto à Câmara Municipal de São João Batista no dia 30 de outubro de 2017, de modo a que fosse empregado título “Colônia Nova Itália” em vez de “Colônia”, como até então o bairro era conhecido. Na sequência, por meio da Comissão de Constituição e Legislação e Redação, a Câmara promoveu no dia 6 de novembro de 2017 uma audiência pública no bairro para consultar os moradores sobre a alteração sugerida pelo projeto, onde estes tiveram a oportunidade de se manifestar e acabaram por respaldar a ideia, que foi em seguida aprovada como lei.

Em meio a isto, no dia 11 de novembro, outra festividade marcou o ano de 2017 no bairro Colônia, o primeiro almoço promovido pela ADANPIB, que reuniu aproximadamente 500 pessoas entre descendentes, amigos, pesquisadores e moradores da região, que ocorreu também no salão de festas da Capela São José. A partir deste panorama e da sequência de atos oficiais ou divulgados pela imprensa, foi possível verificar que tudo aquilo representava as metamorfoses descritas por Dosse (2013) pelas quais o renascimento de um acontecimento pode passar. Foi como se a partir daquele dia 14 de novembro de 2016, uma caixa tivesse sido aberta e dentro dela estivessem várias peças de um quebra-cabeça.

Depois do retorno: a busca pelo reconhecimento e os representantes da memória

Com o desenrolar das movimentações relacionadas ao bairro Colônia Novas Itália, um objetivo tornou-se decisivo: o reconhecimento como a primeira colônia italiana do Brasil, por ela ter sido fundada em 1836, quase 40 anos antes do grande período imigratório iniciado em 1875. Neste sentido, ocorreu um novo processo, marcado pela busca por títulos concedidos pelo poder público, capazes de validar essa narrativa. Porém, logo no início do ano de 2018, o então presidente da República, Michel Temer, sancionou no dia 12 de janeiro, a Lei Federal nº 13.617/2018 que atribuiu ao município de Santa Teresa, no Espírito Santo, o título de

“Pioneiro da Imigração Italiana no Brasil”. Na época, o ato oficial do presidente foi questionado pelos representantes da ADANPIB, que consideraram a decisão um erro histórico. A contrariedade, por sua vez, baseou-se no fato de que a Colônia de Santa Teresa foi fundada em 21 de fevereiro de 1874, ou seja, 37 anos depois da chegada do grupo em São João Batista.

Novamente por meio da imprensa, a entidade manifestou-se contra a decisão presidencial e mobilizou representantes públicos/políticos para solicitar apoio e requerer a correção do título. Em 19 de janeiro do mesmo ano, membros da ADANPIB se reuniram com representantes do poder público de Santa Catarina e de sociedades civis em prol do movimento “SC Requer a Correção do Erro Histórico”, onde Paulo Vendelino Kons foi escolhido para liderar a iniciativa. Em seguida, no dia 20 de fevereiro de 2018, um dia antes do Dia Nacional do Imigrante Italiano no Brasil, o Centro Integrado de Cultura (CIC) e o Conselho Estadual de Cultura (CEC) publicaram uma moção de apoio à mobilização ao questionamento da Lei Federal nº 13.617/2018, dirigida ao Congresso Nacional e a Presidência da República.⁸

Já no dia 5 de março, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) sediou outro evento em apoio ao movimento, justificado pelo fato de que o Instituto foi fundado por José Boiteux, neto de Luc Montandon Boiteux, que atuou como primeiro administrador da Colônia Nova Itália. Na sequência, no dia 23 de março, o bairro Colônia Nova Itália recebeu a visita de Soraia Schutel, 37 anos, e Henrique Schutel, 34 anos, ambos tetraneiros de Henrique Ambauer Schutel, um dos sócios da empresa colonizadora que trouxe o grupo dos imigrantes em 1836. A visita teve por objetivo conhecer o bairro, além de ser um ato de apoio ao movimento, com registro por parte da imprensa e a gravação de vídeo sobre o tema⁹.

Em 3 de abril de 2018, uma reunião no gabinete da presidência da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) reuniu lideranças para tratar sobre o assunto e contestar a lei. Em meio a estas movimentações também foram divulgadas notas oficiais e moções de apoio de entidades como: Coletivo Giráni Cultura Italiana, Federação de Entidades Ítalo-Brasileiras e de Mestres e Ofícios da Cultura Italiana (FEIBEMO), Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina (CEC) e Assembleia Legislativa do

⁸ O tema foi acompanhado e divulgado também pela revista Insieme, publicação que reúne informações relacionadas à cultura italiana e ítalo-brasileira, inclusive com a divulgação da moção de apoio. Disponível em: <https://www.insieme.com.br/pb/conselho-estadual-de-cultura-de-santa-catarina-entra-na-briga-e-sao-joao-sc-e-nao-santa-teresa-es-o-berco-da-imigracao-italiana-no-brasil/>. Acesso em 07.ago.2019.

⁹ Registros da visita da tetraneira de Schutel ao bairro. Disponível em: <https://omunicipio.com.br/tetraneta-fundador-da-colonia-nova-italia-visita-sao-joao-batista/>. Acesso em: 08.ago.2019.

Estado de Santa Catarina (ALESC). Em relação aos atos oficiais realizados pela ALESC estão: moções destinadas ao Fórum Parlamentar Catarinense, à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, à Comissão Diretora do Senado Federal e à Presidência da República, por exemplo. Em complemento, no dia 19 de junho de 2018, foi sancionada pelo então governador, Eduardo Pinho Moreira, a Lei nº 17.536/2018 que reconhecia a Colônia Nova Itália como pioneira da imigração italiana, a partir de iniciativa do deputado estadual, Altair Silva, representante do Vale do Rio Tijucas no legislativo estadual.

Durante esta busca pelo reconhecimento do pioneirismo como a primeira colônia de povoamento italiana no Brasil, as narrativas pessoais dos moradores do bairro, como o memorialista José Sardo, o Saulo (que se tornou presidente da ADANPIB) e de Bernadina Angeli Fagundes, Dona Dinha, 106 anos, foram amplamente divulgadas e também ficaram conhecidas por meio da imprensa e das mídias sociais. Devido ao interesse pelas histórias contadas por sua avó, Maria Peixer Pera e os documentos que ela resguardou, Saulo já era considerado pelos vizinhos uma referência para tratar do assunto. Há mais de 20 anos, ele vinha sendo procurado por pessoas interessadas em saber mais sobre suas origens e sobre as famílias dos imigrantes que habitaram o bairro, além de receber constantemente a visita de pesquisadores e estudantes de escolas locais. Este interesse se intensificou com a publicação do livro ‘San Giovanni Battista da Florentia al Brasile attraverso una striscia di cuoio’, escrito pelo italiano Roberto Benelli, contando as experiências que viveu no Brasil durante 25 anos, com destaque para sua presença em São João Batista e à Colônia Nova Itália. A partir disso, é comum, ao chegarem neste bairro, as pessoas ouvirem expressões como: “Se você quer saber sobre a história vai lá no Saulo!”, “Você já foi lá no Saulo?”, “Ele deve saber sobre isso?”, “Eu não sei muita coisa, mas o Saulo sabe”!

Já Dona Dinha ficou conhecida a partir de abril de 2013, quando completou 100 anos e sua história de vida foi contada em diversos veículos de comunicação. Ela foi agricultora, casou-se com José Santino Fagundes, com quem teve três filhos, porém, ficou viúva aos 37 anos. Depois da morte do esposo vitimado por câncer, ela criou os filhos sozinha por meio do trabalho na lavoura, especialmente com o plantio de mandioca, milho e feijão. Conciliou também a criação de animais para o consumo, como galinhas, porcos e vaca de leite, e com serviços de costura para obter uma renda extra. Mesmo aposentada, continuou trabalhando, fazendo estopas de limpeza junto com umas das filhas. Ela é a responsável por separar os panos a serem costurados.

Neste sentido, desde 2016 ao se falar a respeito do bairro Colônia Nova Itália, as residências de Saulo e Dona Dinha se tornaram endereços recomendados para que os

interessados pelo tema obtivessem mais informações. A legitimidade de suas memórias teria, ainda, outro fator em seu amparo: os nomes dos antepassados vinculados ao grupo que chegou ao bairro em 1836. José Sardo, o Saulo é descendente de quatro imigrantes do grupo inicial: Bernardo Gambelli, Vicente Peres (Pera), Bartolomeu Sardo e Stefano Formento. Já Dona Dinha é filha de Maria Augusta Pera (neta de imigrantes do grupo inicial Maria Gambetta e Giussepe Pera) e filha do imigrante Agostino Fidelle Angeli, que veio ao Brasil quase 40 anos depois, em busca do pai que emigrou após a morte de sua mãe.

É este tipo de informação que as pessoas que os procuram querem saber. Na maioria dos casos, desejam situar temporalmente os antepassados e identificar sua descendência familiar, representada segundo uma genealogia que as situa como ramificações e desdobramentos de uma árvore. Assim, deter informações sobre origens e desdobramentos familiares, dentro desta dinâmica do retorno do acontecimento, tornou-se um diferencial, pois “os membros mais antigos, localizados num tempo histórico-mítico, constituem a raiz da árvore” (WOORTMANN, 1994, p. 123).

Dessa forma, integrar um grupo que passou a estar em evidência, principalmente pela repercussão midiática, ganhou o significado de fazer parte da história, de se tornar também uma peça do quebra-cabeça, de poder valorizar a trajetória dos familiares e atribuir a eles um local de destaque dentro deste novo capítulo da história local, estadual e até mesmo nacional. Então, foi justamente atrás de raízes da “árvore da memória” que a maioria das pessoas procurou o bairro Colônia Nova Itália, pois a árvore da qual julgavam (e julgam) fazer parte não apresentava raízes visíveis.

CAPÍTULO 1 – AO BALANÇO DAS MEMÓRIAS

“O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por poder ouvir. Seu dom é poder contar sua vida”. (Walter Benjamin, *O narrador*).

Ela está disposta em um local de fácil acesso entre os cômodos da casa, três delas na varanda, onde é possível visualizar a transição entre os espaços ‘internos e externos’. A outra, porém, fica na garagem considerada uma área de serviços e também um dos principais acessos de quem chega à residência. Em ambos os lugares é possível perceber a passagem das pessoas pelo bairro, sejam elas a pé, de bicicleta, motocicleta, carro e até mesmo a cavalo. É uma oportunidade diária de perceber a dinâmica da vida que segue ali fora. Folhagens, vasos com flores e tapetes geralmente as acompanham, uma demonstração do cuidado e do afeto em ter um lar. E neste olhar que perpassa todos os detalhes, são seus pés que chamam a atenção por não tocarem o chão por igual: são unidos dois a dois a partir de uma curvatura que permite a oscilação, como a expressão: “vai e vem”.

Os materiais que a compõem variam de madeira a ferro e podem até contar com molas que impulsionam quem a utiliza. O assento é geralmente aquele em que as folhas de palmeiras se transformaram em palha, após longos dias sob o gramado e, que depois, foram trançadas uma a uma. Ele pode ser ainda repleto de tiras de plástico/arame produzidas industrialmente, que se entrecruzam para dar suporte ao corpo. Mas, não é apenas a aparência que importa aqui: é a altura, a profundidade e a inclinação do encosto que possibilita conforto e descanso no alívio dores da coluna.¹⁰ Ao sentar, o primeiro movimento é o do esforço, seguido da decisão de ir para frente ou para trás, aliado ainda à intensidade a ser aplicada. É força física que exige que os braços estejam apoiados e possibilitem que o impulso dê ao corpo o balanço desejado e também um direcionamento mental para encontrar o que não está mais visível, que requer acionar portas já fechadas¹¹. O encontro é efetivação para que inicie a conversa entre aquelas que contarão suas lembranças e quem às ouvirá, partindo de um discurso dialógico que surge desse contato (PORTELLI, 2001, p. 10).

O presente é quem pergunta e direciona a abertura ou não das fechaduras: um verdadeiro trabalho. Um exercício que pode até nos fazer perceber a chave na porta, ver as luzes acessas e receber um convite para entrar, mas não é a mesma imagem já vivenciada: é

¹⁰ Referência a uma fala de Luiza, uma das depoentes, que disse: “Eu não sei como a gente tem coluna, porque não era para ter mais nada, nós não, nós do tempo antigo não”. Menção ao esforço físico que faziam ao trabalhar na roça, especialmente na safra da cana-de-açúcar.

¹¹ Nesta descrição associei o movimento da cadeira de balanço, objeto que guiará esta narrativa ao conceito de lembrança apresentado por Bosi (1994: p. 55) quando afirma que ela é “construída pelos materiais que estão, agora, a nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual”.

necessário perceber que a fala parte do presente na busca por imagens do passado (BOSI, 1994, p. 55) e quase sempre esbarra em um: “não tenho nada para dizer” (PORTELLI, 2017, p.186), ou “O que é que a menina vai fazer com isso”? Em meio a estas afirmações e questionamentos, o embalo perde a energia e impede inicialmente que exista uma sequência, pois, cria-se uma barreira marcada pela autoridade de quem chega e senta-se ao seu lado. É como se fosse uma defesa e ao mesmo tempo um olhar para sim mesmo, que diminui o que se tem a narrar e uma expectativa: “o que será que ela quer ouvir” ou será que “é isso que eu tenho para dizer”? (PORTELLI, 2011, p. 23). As sensações se misturam, pois existe aí um confronto entre a experiência do passado com a expectativa do futuro e no presente estão relacionadas ao que o outro pensará sobre o que diz neste momento: uma sequência determinante ao ritmo do balanço. Então, à medida que a insegurança se apropria das emoções, entra em cena as perspectivas do espaço de experiência (o que eu já vivi) e do horizonte de expectativa (o que eu espero viver) (KOSELLECK, 2006, p. 308).

Nesta dinâmica, na perspectiva apresentada por Koselleck (2006, p. 306-311), a experiência se apresenta como o passado atual, aquele no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Esta por sua vez, se caracteriza também pelo que é transmitido por meio das gerações ou instituições. Já a expectativa é ao mesmo tempo ligada às pessoas e ao interpessoal, também se realiza no hoje, mas no presente futuro, voltado para o ainda não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade. Entretanto, o que importa aqui é que não haverá uma experiência cronologicamente mensurável, pois apesar de ter uma data, ela será composta de tudo que pode se recordar da própria vida e da vida dos outros.

Mas, para além disso, reside uma questão de generosidade, de espera e de confiança para que as primeiras palavras sejam ditas. E diante desse cenário são tecidas as narrativas de quem está percorrendo um dos destinos previsíveis do indivíduo: a velhice, período marcado pelo declínio natural do indivíduo, em que já não participa da produção (BOSI, 1994, p.77-81). Os cabelos mudaram de tonalidade, seja pelos fios brancos ou pela tinta que os esconde. Os olhos também sentem dificuldade em ler ou perceber quem chega à porta de sua casa. A mão já não tem mais a mesma firmeza e o equilíbrio também se tornam um fator de risco ao subir os degraus ou driblar as irregularidades das ruas e dos cômodos da residência. Assim, o

indivíduo passou a ser considerado diante da sociedade industrial, alguém que “não faz nada” e “deve ser tutelado como um menor” (BOSI, 1994, p. 77-78).

Pouco a pouco, são lhes retiradas atividades do trabalho, da rotina da casa, autonomia diante das decisões cotidianas, e então resta “uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo da instituição, da sociedade” (BOSI, 1994, p. 63). Esta nova função, por sua vez, traz à tona relatos que seguem temáticas e fragmentos diversos, evocados a partir de um contato com quem estiver mais próximo¹², porém, que pode ser ‘reconstruída’ quando ela ganha um caráter de entrevista oral, mediada pelo entrevistador que é quem ouve a história e depois a escreve (PORTELLI, 2011, p. 18). Aquele ‘que nada faz’ torna-se agora fonte, uma fonte relacional, em que a comunicação vem sob a forma de troca de olhar (entre/vista), de perguntas e de respostas, não necessariamente em uma só direção (PORTELLI, 2011, p. 18).

Desta forma, ela se concretiza ao passar pelos níveis, que envolvem a relação entre a pessoa que depõe e a pessoa que colhe o depoimento (diálogo); a relação entre o presente sobre o qual se fala e o passado do qual se fala (memória); a relação do público e do privado, a autobiografia e a história; a relação entre oralidade (da fonte) e escrita (do historiador)¹³. É como se fosse uma visita à casa de um familiar ou amigo, mas que aqui exige extrema dedicação para que a escuta consiga conectar a vida aos tempos, à primazia, a representatividade tão bem quanto à oralidade escrita e tudo isso se concretiza na prática a partir da presença de quem é convidado a narrar, na valorização do seu testemunho e no que ainda está próximo (PORTELLI, 2011, p. 17). Uma decisão que opera entre as histórias: Oral e do Tempo Presente, que trazem à tona fios soltos e se unem para problematizar e compreender o que foi vivido pelo outro de uma maneira mais próxima. É o reconhecimento de que o outro e sua experiência têm valor e significado, mesmo sem ocupar uma função de destaque ou cargo público. A missão consiste em observar o presente em um contexto que o passado não está nem acabado e nem encerrado, em que o sujeito de sua narrativa é um ‘ainda aí’ (ROUSSO, 2016, p.18). É um caminho que reflete sobre as comoções que se desenrolam diante de nós e sendo, portanto, objeto de uma renovação sem fim (BÉDARIDA, 2002, p.229).

¹² Menciono nesta frase, a análise que Portelli (2011, p.11) faz ao afirmar que depoimento de história oral nunca foi contado dessa forma antes, pois: “A maior parte dos relatos pessoais ou familiares são contados em pedaços e episódios, quando surge a ocasião; conhecemos mesmo as vidas de nossos parentes mais próximos por fragmentos, repetições, por ouvir dizer”.

¹³ PORTELLI, Alessandro. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. Tradução de Lila Cristina Xavier Luz. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.7, nº 13 jul-dez, 2017. p. 184.

O passo a passo se dá pela busca ao que não está evidente ao balançar, assim como fez Giovanni Morelli ao investigar as autorias de obras de artes, que características atribuídas ao detetive, que examina os pormenores mais negligenciados e menos influenciáveis pela característica da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, das unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés. É o reforço da necessidade de encontrar indícios imperceptíveis para a maioria (GUINZBURG, 1989, p. 144-145). Estes sinais serão identificados, quando entrarem em cena as suas narradoras, quatro mulheres idosas, que se dispuseram a fazer a experiência da releitura de olhar para o livro de narrativas já lido na juventude¹⁴, desta vez nas páginas não escritas, mas vivenciadas por elas no bairro Colônia Nova Itália, em São João Batista (SC).

Diante da necessidade da troca de olhares e do encontro, foi na casa de cada uma delas, onde se desenrolaram os fios que conduziram esta dissertação. Para isso, o primeiro passo foi conversar com pessoas do bairro Colônia Nova Itália, em São João Batista (SC), que me indicaram alguns nomes. Em seguida, foi minha sogra, também moradora local, que me apresentou às temáticas e possíveis abordagens. Com as informações preliminares que ela já possuía e com novos questionamentos, escolhi quatro delas: Joana (91 anos), Luiza (71 anos), Rosa (81 anos) e Ana (87 anos).

1.1 OS ITINERÁRIOS: MAS, O QUE É QUE A MENINA QUER SABER?

Do bairro Tajuba II onde resido (cerca de dois quilômetros do Centro), desloquei-me até a Colônia Nova Itália de carro por aproximadamente 15 minutos, seguindo a Rodovia SC-108 e as margens do Rio Tijucas. O trajeto permite observar a ocupação dos lotes e a relação entre homem e a natureza. A via é marcada por pontos sinuosos que ora se aproximam do rio e ora se distanciam, porém, o que chama a atenção é o processo de assoreamento que avança ano pós ano. As pastagens margeiam também o curso do Tijucas com a presença de rebanhos de gado e de plantações de eucalipto ou tabaco, além de diversas residências. Além da rodovia estadual, é possível acessar o bairro pela antiga estrada municipal sentido bairro Tajuba I, que segue pela margem direita do rio, ainda sem pavimentação em sua maior parte.

Entre os moradores, as margens do rio limitam a geografia do bairro, que se tornou uma referência cultural para os que moram na “Colônia de Dentro” (margem direita sentido centro/bairro) e “Colônia de Fora” (margem esquerda sentido centro/bairro). Essas

¹⁴ Conceito abordado por Bosi (1994, p. 59) em que apresenta as relações de reler um livro atrelada a expectativa de que a memória possibilite reviver aquela experiência inicial.

nomenclaturas e divisões demonstram o modo como ocorreu a ocupação no bairro, inicialmente junto à margem direita, local onde as primeiras famílias se estabeleceram e onde o povoado se desenvolveu, assim, com a abertura das primeiras “picadas” até Nova Trento, Major Gercino e de Angelina até Lages.

Ilustração 4 - Mapa São João Batista



Fonte: reproduzido pela autora, 2019.¹⁵

Ao chegar ao bairro pela rodovia, a principal indicação que se está no bairro Colônia Nova Itália é a Ponte dos Imigrantes, onde está instalada uma placa com os nomes de parte dos imigrantes que formaram o primeiro grupo que povoou o bairro. Essa placa foi instalada próximo à cabeceira da ponte que une a Colônia de Dentro com a de Fora em 2004, durante a gestão do então prefeito Jair Sebastião Amorim, conhecido como Nonga. O ato ocorreu após o gestor participar do lançamento do livro ‘San Giovanni Battista da Florentia al Brasile attraverso une sottile striscia di cuoio’, de Roberto Benneli, que ocorreu em Firenze, na Itália, em 29 de novembro de 2003. Este livro foi considerado na época, um importante instrumento de pesquisa para os batistenses, pois apresentou fragmentos da história do bairro Colônia Nova Itália, descritos anteriormente apenas por Boiteux (1939) e Mattos (1917), porém, obras resguardadas em espaços de memória oficiais, dos quais os municípios não tinham acesso facilmente. A iniciativa na época consistia em estabelecer um intercâmbio cultural,

¹⁵ Mapa reproduzido pela autora com base no mapa de Macrozoneamento do Plano Diretor Participativo do Município de São João Batista (SC), de 2008, elaborado pela equipe Técnica da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis (GRANFPOLIS).

econômico e tecnológico entre São João Batista e Firenze, que possuem em comum o mesmo padroeiro e também o polo calçadista.

Ilustração 5 - Placas situadas na Ponte dos Imigrantes



Fonte: Foto produzida pela autora, 2019.

Após cruzar a ponte sentido Colônia de Dentro, é possível optar por duas direções: esquerda (sentido Tigipó/Major Gercino) ou direita (sentido Capela São José/Tajuba I/Centro), percorri os dois trajetos para encontrar as depoentes. Torna-se necessário ressaltar, que se trata de quatro mulheres que integraram a classe trabalhadora do bairro, foram agricultoras. Elas fazem parte de uma camada popular e não tiveram acesso a capitais educacionais e culturais como se têm atualmente. Desta maneira, suas vivências foram marcadas pelo trabalho.

As memórias delas são evocadas no presente por meio de narrativas ficcionais (produção de si), à medida que são instigadas pelo movimento de fornecerem um depoimento. Inicialmente um roteiro com as seguintes perguntas direcionou meu trabalho: nome, idade e profissão das mulheres, há quanto tempo mora no bairro? Descreva por quantas pessoas era formada sua família (pai, mãe e irmãos)? Qual a atividade econômica que sua família desenvolvia no bairro? Como foi sua infância e adolescência? Poderia descrever como era a rotina neste período? Nestas duas etapas de sua vida, quais os momentos que você considera terem sido os mais marcantes? Você frequentou a escola? Como foi esta experiência? Havia funções e/ou restrições nas funções diárias da família em relação aos meninos e jovens? Você se casou? Você teve filhos?

A primeira parada ocorreu há cerca de 500 metros após a ponte, próximo à capela, onde encontrei Joana¹⁶ em uma tarde cinzenta. Na garantia de que seria atendida, combinei com minha sogra de me acompanhar nesta visita inicial. Assim fizemos, ao chegar percebi que havia esquecido o bloco de anotações e isto me deixou incomodada, pois apesar dos depoimentos serem gravados, sempre utilizo suporte escrito para anotar percepções do ambiente, datas, sensações, informações que depois me auxiliam no momento da escrita. Saí do carro e fui até o mercadinho do bairro. Comprei um caderno e uma caneta e segui. Juntas, chegamos para conversar com aquela que seria a primeira mulher a compartilhar comigo suas memórias para esse trabalho.

Ela já nos aguardava na varanda de sua casa, uma residência mista, de madeira e material pintada de tons marrons. Borboletas decorativas, vasos de flores artificiais e folhagens naturais enfeitam as paredes e o chão. Ela parecia confortável alegre e conversava com um de seus vizinhos (com mais ou menos a mesma idade), daquelas pessoas que gosta de histórias e “lembrar-se do tempo que era o deles”, uma referência ao tempo vivido, aqueles considerados produtivos e úteis diante da sociedade local. Ele me reconheceu de outros momentos, de quando eu atuei como repórter do Jornal Correio Catarinense (2013 – 2017). Porém, quando soube que eu estava ali, para saber mais sobre as histórias das mulheres, sentiu-se na obrigação de sair e com muita gentileza se despediu. Ele ainda reforçou o convite para eu voltar em outras ocasiões.

Foi minha sogra, quem me apresentou e falou sobre os motivos que me levaram até lá, a pesquisa de minha dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História pela UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina, na qual buscava conhecer as experiências das mulheres do bairro no passado. Ela é moradora do bairro e conhecida as outras mulheres com as quais eu iria conversar, sendo que me ajudou na função de ‘intérprete-assistente’ (termo que vem da Antropologia), pois fez os contatos anteriores com as outras mulheres e depois me acompanhou em três dos quatro encontros que tive com elas. A presença dela foi decisiva para que houvesse um vínculo maior de confiança entre mim, enquanto pesquisadora, e as outras mulheres, pois na percepção delas represento a nora da minha sogra, que é vizinha, pertencente ao grupo, que conhece a história de cada uma, que também vivenciou algumas passagens com elas. Ao mesmo tempo, que isto é positivo, também redobrou a responsabilidade na produção ética e confiável dessa dissertação.

¹⁶ Joana. 91 anos, agricultora e comerciante aposentada. Entrevista concedida a Marcia Peixe Vargas em São João Batista/Santa Catarina, Brasil, a 15 de jan. 2019. [Arquivos e transcrições estão depositados no acervo pessoal da pesquisadora].

De imediato ela sorriu, convidou-me para sentar ao seu lado. Agradeci e de uma forma despretensiosa lhe pedi para que me contasse sobre suas vivências no passado. Já à vontade ela iniciou a prosa a partir de suas memórias, aqui compreendidas a partir da abordagem de Pollak (1992, p. 204), que a considera “uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente”. Sem seguirmos um direcionamento cronológico, para que o depoimento se tornasse agradável, uma visita familiar. É assim que todas nós nos sentimos confortáveis para conversarmos, como ocorreu outras duas vezes, depois sem a presença de minha sogra.

O segundo encontro foi com Luiza,¹⁷ que também aceitou participar do trabalho após a visita de minha sogra no dia anterior. Da casa da primeira depoente para a segunda, há uma distância de uns 800 metros, mais ou menos, passando pela Capela São José. Assim, como a primeira mulher, Dona Luiza também me esperava na varanda da casa, também com folhagens em um vaso e um jardim. Não foi preciso muitas apresentações e nem explicações, afinal minha sogra também me acompanhava e já a conhecia. Então ofereceu-nos um local para sentar e começou a falar sobre a relação familiar e vários temas relacionados que se aprofundaram em nossa conversa.

Na sequência, foi a vez de conhecer Dona Rosa,¹⁸ cunhada de Joana, que na época de nossa primeira conversa estava morando próximo a minha casa, no bairro Tajuba II e depois voltou a morar no mesmo local, onde situava-se a antiga casa dos pais, há poucos metros de Joana, ao lado da Capela São José. Dessa vez, fui eu quem fiz o contato com o sobrinho neto dela, com quem tenho amizade. Ele intermediou o agendamento de horário para o depoimento. Então às 14h, fui até a casa dele. Ela também já me aguardava e após me acolher de uma maneira alegre convidou-me para sentar-me também ao seu lado. Também fiz uma breve apresentação sobre o trabalho e comecei com a afirmação: “Tinha muita coisa pesada que se fazia, que nem hoje” [...] e logo já fui interrompida, pois ela começou a falar sobre as práticas diárias que integravam o cotidiano das mulheres.

¹⁷ Luiza. 71 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida a Marcia Peixe Vargas em São João Batista/Santa Catarina, Brasil, a 24 jan. 2019. [Arquivos e transcrições estão depositados no acervo pessoal da pesquisadora entrevistada].

¹⁸ Rosa. 81 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida a Marcia Peixe Vargas em São João Batista/Santa Catarina, Brasil, a 18 jan. 2019. [Arquivos e transcrições estão depositados no acervo pessoal da pesquisadora entrevistada].

A última parada ocorreu sentido Tigipió/Major Gercino, onde mora atualmente Ana¹⁹, prima de Luiza, benzedeira e filha de uma das parteiras mais antigas do bairro. Novamente com apoio de minha sogra, a data e o horário para nosso encontro foram agendados. Ao chegarmos, ela não estava em casa, mas percebeu a movimentação e veio ao nosso encontro. Estava ajudando os vizinhos que produzem ratoeiras. Então convidou-nos para seguir até a sua residência, onde mora com uma das filhas; uma casa de madeira pintada de verde, localizada em cima de um ‘morrinho’ onde também está uma grande figueira próxima ao portão. Destes encontros, foram coletados depoimentos, utilizados como suporte para problematizarem as memórias das quatro mulheres.

1.2 ENTRE MEMÓRIAS E PERCEPÇÕES

“As trilhas pelas quais optamos para estudar o quotidiano **devem abrir caminhos novos** no mapa dos nossos conhecimentos”.

(Maria Odila Leite da Silva Dias, Novas Subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças, grifo nosso)

O primeiro movimento submetido, após produção dos depoimentos como fontes históricas, foi o de deslocar o olhar para trás, e, compreender que o meio em que viviam as depoentes é o rural, de uma cidade do interior de Santa Catarina, em que atividade agrícola era desenvolvida como forma de subsistência, desde a constituição do bairro, no século XIX, com a ocupação das terras locais por um grupo de imigrantes provenientes da Europa. Esta por sua vez, insere-se em uma característica da política de povoamento que atingiu todo o estado, também na sequência do XX. A partir deste ponto percebem-se as influências que esse processo histórico-cultural provocou na vida dos moradores (em sua maioria, descendentes deste grupo inicial e também de outros que vieram posteriormente) presentes nas reverberações evocadas por meio dos depoimentos concedidos pelas mulheres.

Outro aspecto a ser considerado, é que por este motivo, ocorreu a reprodução das representações sobre os papéis da mulher, presentes no imaginário europeu, caracterizadas pela atuação no interior da casa, junto aos seus filhos e dependentes. Como destaca Tedeschi (2009, 50 - 57) ao chegarem ao Brasil, a imagem do feminino permaneceu ligada aos afazeres domésticos, sem visibilidade, enquanto que aos homens foram destinadas funções mais qualificadas e mais valorizadas no espaço público. Na prática, essas representações foram

¹⁹ Ana. 87 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida a Marcia Peixe Vargas em São João Batista/Santa Catarina, Brasil, a 28 jan. 2019. [Arquivos e transcrições estão depositados no acervo pessoal da pesquisadora].

incorporadas à educação dos filhos, repassadas geração em geração, vivenciadas pelas depoentes.

Aliado a isto, a concepção de que o agricultor/pai é o responsável pelo sustento de toda família, ou seja, encara a produção na roça como um trabalho dele; nessa ótica, os filhos e a esposa, mesmo desempenhando as mesmas atividades, passam a prestar-lhe apenas uma “ajuda”. Em outras palavras, pode-se resumir que: o trabalho realizado pelas mulheres no âmbito do privado é visto “como esforço isolado, condição da “natureza”, como não produtivo” (TEDESCHI, 2009, p. 50). Esta “ajuda” aparece de forma recorrente nos depoimentos das mulheres, devido à agricultura se configurar no formato familiar, em que o exercício dependia da mão-de-obra de seus membros para o cultivo, prática que no bairro Colônia Nova Itália baseava-se em duas modalidades: a de produção por safra (que gerava renda = dinheiro) e para o gasto (destinada a produção de alimentos para o consumo da própria família). Os recursos financeiros provinham inicialmente das lavouras de mandioca e cana-de-açúcar, e, posteriormente, da fumicultura.

Ambas as atividades, são representadas na “forma de memórias de ofícios, de sacrifícios, de despojamento e rudeza da vida, pois as rememorações organizam-se em torno da terra da família; articula-se com herança, com peso, esforço, luta, o corpo como objeto e instrumento de trabalho” (TESDESCO, 2014, p. 283). Assim, o termo “ajuda” na percepção das mulheres não se diferencia do trabalho executado pelos homens, é visto como a mesma função, apesar da expressão ser utilizada com frequência. A constituição do privado no âmbito das evocações das depoentes inclui também a roça, espaço onde eram ampliadas as relações familiares. A família é apresentada por meio de lembranças do cotidiano, que dizem respeito às práticas diárias mediante a presença dos pais, mães, filhos, esposos, sobrinhos, primos, avós, sogros e tios, etc., aqueles que contribuíam “fisicamente e diretamente” com as ações que incluíam preparo, plantio, cultivo e colheita dos espécimes produzidos.

Desta forma para as mulheres, a família e o trabalho mesclam-se em horizontes espaciais variados e são manifestados constantemente nos relatos da memória (TEDESCO, 2014, p. 283). Isso ocorre, pois as quatro mulheres atuaram como agricultoras, seja em momentos vivenciados junto ao núcleo familiar inicial, composto por pai, mãe e irmãos, ou mais tarde, na vida adulta; com os esposos, filhos ou sobrinhos, considerado um núcleo familiar secundário cronologicamente. Diante desta perspectiva, as narrativas de memórias das depoentes seguem deslocamentos temporais, que partem de um processo, que segundo Tesdeschi (2014, 38), envolve a utilização de códigos culturais compartilhados. Embora, as

memórias pessoais serem únicas e irrepetíveis, o historiador ressalta que uma pessoa nunca recorda sozinha, sempre está imersa em uma ordem coletiva que a contém:

As memórias de mulheres inseridas em grupos sociais, sejam étnicos, produtivos, culturais, políticos, entre outros, constroem um conjunto de memórias compartilhadas socializadas através de seu gênero. O coletivo destas memórias está marcado por tradições herdadas e memórias individuais, com alguma organização social e uma estrutura dada por códigos culturais compartilhados. (TEDESCHI, 2014, p. 41).

Entre estes códigos, enfatiza-se a gama de conhecimentos que as mães eram incumbidas de repassar as filhas desde a tenra idade, pois o saber fazer, também dizia respeito a subsistência familiar. Elencados pelas depoentes, este universo de saber fazer amplia as atividades realizadas pelas mulheres em relação aos homens. Em meio a estas percepções, “não se toma a família de forma abstrata, geral, mas se leva em consideração os diferentes papéis e hierarquia familiar, as tensões internas e sua integração diferencial, abrindo espaço em que possam se expressar os diversos personagens da família rural” (RENK, 2000, p. 21).

É justamente por meio das experiências vivenciadas junto ao seio familiar, que mulheres evidenciam comportamentos, ora de aceitação e compartilhamento, ora por contradição e mudança. Trata-se de uma constante relação entre o sim e não, demonstrações de inconformidade e também esforços para se conformar com o que o local proporcionava a elas a partir das relações estabelecidas dentro do núcleo familiar. Com isto, se verificam tensões (enfrentamentos diante de posicionamento das decisões dos pais, observações ligadas às melhores práticas do trabalho e da rotina doméstica, por exemplo) que vão ao encontro do conceito de *poder*²⁰ abordado por Michel Foucault (2003, p. 231-232):

O poder é uma relação de forças, só pode existir na relação entre seu exercício e a resistência a ele, em continua tensão. O poder constitui, atravessa, produz os sujeitos (...). As relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade de uma resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com mais força, tanto mais astúcia, quanto maior for a resistência (...) As relações de poder existem um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e a criança, na família. Queria fazer aparecer que essas relações de poder utilizam métodos e técnicas muito, muito diferentes uma das outras, segundo a época e segundo os níveis.

Neste sentido, seguindo as problematizações apresentadas por Tedeschi (2009) em *Relações de Gênero e a História das Mulheres Camponesas*²¹, essa noção foucaultiana de poder nas relações de gênero no meio rural pode ser observada em dois sentidos:

²⁰ FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: estratégia, poder-saber. Tradução Vera Lucia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

²¹ TEDESCHI, Losandro Antonio. Relações de Gênero e a História das Mulheres Camponesas. **La Salle - Revista de Educação, Ciência e Cultura**. v. 14, n. 2, jul./dez. 2009.

A sua capacidade de afetar – exercício do poder – e sua capacidade de ser afetado – provocando resistência. Resistência e relações de poder estão implicadas em uma relação dialética, na qual um é o outro necessário da relação. Segundo Foucault (2003), a resistência é a força superior às demais, já que são os seus efeitos que provocam mudanças nas relações de poder. (TEDESCHI, 2014, p. 49).

É partir desta dinâmica das relações, que o exercício do poder é evocado pelas mulheres, à medida que elas rememoram episódios pelos quais se consideraram afetadas. Entre estas memórias, estão fragmentos de períodos entre os anos de 1940 a 1970 aproximadamente, que partem do que é privado, cujo coração é formado pelo doméstico e a casa.²² Essa relação com o doméstico e a casa ainda se constitui o lugar das mulheres dentro da família, que segundo Perrot (2005, p.462) perpassa fronteiras complexas, regulamentam a circulação e a distribuição de suas peças. Durante a pesquisa, a casa ou casas apresentam-se como recordações dos espaços físicos, pois a partir da residência são evocadas as lembranças das famílias, onde há sempre uma casa privilegiada que podemos descrever bem, em geral a casa da infância ou a casa dos recém-casados onde começou a nova vida (BOSI, 1994, p.436), como recordou-se Joana ao descrever as características da antiga casa que ela e o esposo (*in memoriam*), tiveram no local onde está a atual residência:

(...) A outra casa era pequena... **naquele tempo** a casa era toda de **madeira**²³, aí fizemos essa. Depois então, ele inventou de fazer a **cozinha**, o **banheiro** e a **área de serviço** de **material**. Aí, isso tudo aqui era a **venda**, e depois ele **faleceu**. (Grifo nosso)

Ao mencionar a expressão ‘naquele tempo’, a entrevistada não se refere, a uma data específica, mas, um período marcado pela memória de suas experiências, que pode ser considerado um período de vida, de atividade profissional, política, religiosa, cultural, afetiva é o modo como se refere ao passado (MONTENEGRO, 1993, p. 60). Por meio da descrição da casa, ela chega ao local onde estão contidas lembranças a cerca dos acontecimentos vividos com a família, constituída após o casamento: esposo e filhos. Dona Joana fala sobre duas casas, uma que não existe mais (a primeira em que o casal morou após o casamento) e outra onde a entrevistada ainda reside. É a partir da descrição física da estrutura que ela inicia o exercício de deslocar-se temporalmente do hoje para o que ainda existe à disposição da memória, e da relação entre o tempo cronológico e o tempo sentido (BOSI, 1994, p. 54-55). A

²² Perrot (2005, p. 459-461) descreve como ocorreu à atribuição das esferas ‘público e privado’, a partir dos sexos e ao que cabia aos homens e mulheres de forma diferenciada.

²³As características da antiga moradia da família retratam uma realidade que era comum no bairro: retirada de madeira nativa das matas do próprio bairro para as construções dos moradores. Prática esta comum, não só em São João Batista, também todo o estado de Santa Catarina desde o Brasil – Colônia, como apresenta Anderson Claro, em sua dissertação de mestrado, intitulada ‘*A Produção de Casas de Madeira em Santa Catarina*’, em que afirma **ele morreu** que este processo de colonização: “Os imigrantes, ao chegarem a terra, irão limpá-las e fazer as primeiras plantações e construir a casa”, (CLARO, 1991, p. 15).

casa, ou as casas descritas por ela marcam períodos diferentes na vida da família. A segunda é lembrada com detalhes e destaca-se pela ampliação, nova delimitação do uso dos cômodos e substituição de madeira por ‘material’ sinônimo para a utilização de tijolos, que também pode sinalizar a condição financeira favorável da família para a execução das mudanças.

Outro aspecto é a divisão da casa, espaço compreendido como um lugar de abrigo familiar, que passou a ser compartilhado com a “venda”. Neste caso, a casa passa assumir também o caráter de atividade econômica e social, tendo em vista, o surgimento de novas relações: comércio/clientes. Naquele espaço, eles vendiam diversos produtos, especialmente sal, trigo, panelas, louças entre outros itens, que ao longo de aproximadamente de 26 anos integrou uma das principais fontes de renda da família. (informação que será detalhada mais para frente). Para a época, o estabelecimento também poderia ser compreendido como uma pequena mercearia que “vendia de tudo um pouco”, assim como a do inglês, Abraham Dent mencionada por Braudel (1979), em sua obra a Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII, ou ainda um pequeno armazém. O local também reunia os clientes e vizinhos todos os dias, dentro daquele contexto tratava-se de um espaço de sociabilidades do bairro. Diferente de Joana, as lembranças de Luiza estão mais ligadas às rotinas que ocorrem dentro de casa como: o horário de acordar, o momento das refeições, a fila para o banho:

Ele (**o pai**) levantava de madrugada primeiro e começava a dizer **tá na hora**, tá na hora! Quando ele dizia tá na hora, já tinha que levantar. (...) Naquela época éramos sete a oito pessoas **tomando banho na mesma bacia**. Um tinha que esperar o outro. E nessa hora, já estávamos todos com fome e cansados da roça. Mas também quando **chegávamos à mesa**, era aquela panela de feijão, com arroz e **muita comida**. (Grifo nosso)

O tom da afirmação da primeira frase dá ênfase ao significado que aquele ato contínuo tinha na vida dos filhos, era a voz do pai o despertador e também uma determinação para que começasse o dia e o trabalho na roça. Em relação a esta mesma memória, comprehende-se que toda a movimentação em torno do banho, ocorria devido ao cansaço do trabalho e ao desejo de saciar a fome, e a necessidade também de se sentirem limpos. A mesa é representada aqui como local de fartura, um importante sinal diacrítico que representa a capacidade produtiva e generosa, seja das pessoas ou da terra. Poderíamos dizer, igualmente, que esta é a versão externa, no interior dos domínios domésticos, há todo um cenário anterior a esta exposição da comida que merece ser conhecido também (SANTOS; ZANINI, 2008, p. 259).

Além disso, outro aspecto que se esconde por traz da mesa e da expressão fartura são as relações de gênero, etárias, hierárquicas e outras que mostram que a comida é um processo que depende da organização do trabalho familiar e coletivo. Para, além disso, a comida

também envolve emoção, trabalha com a memória e com sentimentos e pode marcar um território, um lugar, servindo como marcador de identidade ligado a uma rede de significados (MACIEL, p. 200-151). A cozinha era o local onde a família se reunia para se alimentar e repor as energias, como uma recompensa dos esforços empreendidos durante todo o dia. O banho aqui é marcado pelo retorno para casa após o trabalho diário, único momento do dia que esta ação ocorria:

Um disse pro meu pai: não tem como comprar outra banheira? **Porque uma só não dá para todo mundo não.** (Grifo nosso)

Aqui não é possível identificar um período cronológico específico, porém, ao que tudo indica, refere-se ao momento em que ela passa a ter mais compreensão do contexto familiar e dos hábitos diários, possivelmente, já na adolescência. Neste trecho, Luiza menciona uma reivindicação (tensão) para a aquisição de mais uma banheira diante do número de pessoas que residiam na casa e os transtornos provocados todos os dias neste momento, ou seja, uma imagem lembrança, que se refere a uma situação definida, individualizada, ao passo que a memória hábito já incorporou às práticas do dia-a-dia. A memória parece fazer um só todo com a percepção do presente (BOSI, 1994, p. 49). Esta bacia também é mencionada por Ana, porém, como gamela, recipiente esculpido em troncos de madeira nativa:

Ele (o marido) fez uma gamela de figueira, uma banheira bem grande. Fez de uma **figueira** que nós tiramos do mato. Nós **trabalhávamos no mato**. No começo tinha que fazer porque **não tinha de alumínio**, era só de madeira. (Grifo nosso)

Nesse momento, a entrevista descreve o objeto a partir de memórias já relacionadas ao período casamento. Além disso, ela faz uma comparação entre os tipos: a primeira àquela produzida a partir da árvore escolhida e do saber fazer local a partir do trabalho em meio à floresta, e a outra já industrializada, que também exigia da família ter possibilidades de comprar, ou seja, ter dinheiro. Já Rosa recorda-se mais sobre o trabalho e as práticas diárias relacionadas ao contato com o Rio Tijucas, pois morava às suas margens:

A gente **guardava água no pote** de barro **para a água ficar fresca**. Isso era todo dia. Tinha dias que a água era só lodo e barro. **Lavávamos a roupa no rio**, tinha a **banca de madeira**. Ela era feita com um pé de madeira e tábua, usávamos **sabão feito em casa com banha de porco**. (Grifo nosso)

Rosa apresenta um tema que já comprehende as atividades diárias relacionadas com a proximidade com o rio, principal fonte de abastecimento das famílias que residiam às suas margens. As nascentes concentravam-se mais próximas das montanhas, e, em terrenos mais distantes do local onde residia a família da entrevistada, então era deste afluente que provinha

a água utilizada para beber, cozinhar, tomar banho, lavar roupas, etc. O pote de barro é um utensílio que desempenha uma função específica dentro da realidade local, pois não havia cobertura de energia elétrica e com isso os refrigeradores não existem naquele contexto. Nesta descrição também suponho seja uma lembrança relacionada ao período entre a infância e adolescência, quando as meninas por volta dos sete anos já realizavam os serviços domésticos.

Mas para além da casa, é família que também se destaca em meio às lembranças. São os pais, as mães, filhos, esposos, sobrinhos, primos, avós, sogros e tios, entre outros que estão presentes nas narrativas de memórias das entrevistadas, geralmente, unidas ao trabalho na roça. Voltando a entrevista com Joana, relação família e trabalho é apresentado novamente, porém, agora se refere ao período da infância/adolescência, entre os sete a 14 anos, mais ou menos entre os anos de 1935 a 1942, antes de se mudar com a família para o bairro Colônia Nova Itália:

Nós trabalhávamos lá em cima no **grotão**, subia um morro de **quase uma hora de caminhada**, quase lá na virada do morro do Salto. Perto de ‘bicuínas’ e **dos macacos**. (Grifo nosso)

A descrição do espaço da casa é novamente mencionada pela entrevistada, desta vez, uma terceira: primeira, onde nasceu, na localidade de Domingas Correia, em Major Gercino. Este fragmento de memória está ligado à rotina e também ao mapa sonoro e afetivo que envolve as memórias deste período, como descreve Bosi (1994, p. 445) “Há paisagens sonoras selvagens, das florestas, e tranquilas onde os sons estão sujeitos aos ciclos naturais de atividade e repouso de seus produtores”. A rotina iniciava cedo, às 6h, com o preparo do café, a produção de uma polenta (que já comiam parte no café da manhã) e da ordenha da vaca, que garantiam sustento e energia para as primeiras horas de trabalho do dia e também para o almoço, funções compartilhadas entre a mãe e a pequena Joana. Em seguida, o pai dela ‘cangava’ a junta de bois para leva-los até a roça. E sentados no carro de boi, iam cantarolando montanha acima, canções populares, como segue:

Serenô, eu caio, eu caio
 Serenô, deixai cair
 Serenô da madrugada
 Não deixou meu bem dormir
 Serenô, eu caio, eu caio
 Serenô, deixai cair
 Serenô da madrugada
 Não deixou meu bem dormir
 Minha vida, ai, ai, ai
 É um barquinho, ai, ai, ai
 Navegando sem leme e sem luz

Quem me dera, ai, ai, ai
 Ter agora, ai, ai, ai
 Os faróis dos teus olhos azuis
 Serenô, eu caio, eu caio
 Serenô, deixai cair
 Serenô da madrugada
 Não deixou meu bem dormir
 Serenô, eu caio, eu caio
 Serenô, deixai cair
 Serenô da madrugada
 Não deixou meu bem dormir
 Vivo triste, ai, ai, ai
 Soluçando, ai, ai, ai
 Recordando o amor que perdi
 O sereno, ai, ai, ai
 É o pranto, ai, ai, ai
 Dos meus olhos que choram por ti
 Serenô, eu caio, eu caio
 Serenô, deixai cair
 Serenô da madrugada
 Não deixou meu bem dormir
 Serenô, eu caio, eu caio
 Serenô, deixai cair
 Serenô da madrugada
 Não deixou meu bem dormir

Ao som de ‘Serenô’ as memórias da entrevistada dizem respeito aos momentos vivenciados, assim como se “os sons se complementam como uma conversa ou uma orquestra, sem ruídos antagônicos, envolvendo a vida e o trabalho em ciclos compreensíveis”, (BOSI, 1994, p.445). Junto com eles, iam também as enxadas, um ‘boião’ (reservatório que lembra um pequeno botijão de barro) cheio de café com leite acompanhado de uma bolsa de farinha, que juntos eram misturados e formavam o ‘bidanga’ refeição sempre realizada por volta das 9h30 ou 10h, conforme a observação da posição do sol, já que a família não dispunha de relógio. O preparo ocorria no momento do consumo, após o boião ser esquentado em uma pequena fogueira, pendurado em um arrame entre duas forcas e um pequeno pau. Devido à distância, muitas vezes, o almoço ocorria lá mesmo na roça e o retorno para casa ocorria à medida que o sol se escondia por entre os morros ou quando as tarefas previstas para o dia fossem concluídas. Ao analisar estas lembranças, constata-se o que Tedesco (2014, p.315) também verificou em sua pesquisa de campo que:

A casa e a roça tem linguagens múltiplas na vida do colono; ambas obedecem aos ritmos que o tempo marca e solidifica, bem como aquele das alterações promovidas por fatores externos e as grandes situações marcantes do cotidiano (mortes, nascimentos, colheita farta, casamentos, conflitos, temores etc.); dimensionam a visualização do que é público e do que é privado; são espaços que se interpenetram através de trocas que vão se intercambiando, trocas essas materiais, simbólicas, mais e menos significativas em termos financeiros, contábeis e de reconhecimento.

Ao referirem a casa, família e a roça, as depoentes evocam memórias de diferentes épocas, porém, em sua maioria, fragmentos da infância e da adolescência, aquelas vividas junto aos pais e aos irmãos. Nestes trechos apresentam detalhes da rotina familiar, das funções que desempenham e também do modo como ações atualmente consideradas rotineiras como: tomar banho, lavar roupa, e ir trabalhar exigem esforços físicos consideráveis principalmente para as crianças. É preciso observar que se tratava de um bairro que não dispunha de rede de saneamento básico. A água para o banho, para beber, e cozinhar, por exemplo, vinha do rio ou da nascente, que dependia de um deslocamento diário para busca-la conforme a necessidade. O próprio banho exigia uma quantia significativa de água levando-se em consideração o número de pessoas que compunham o núcleo familiar, conforme mencionou a depoente Luiza. Outro fator era a condição do trabalho, que era pesado, com contato direto com a terra, os animais e as plantas, e então a qualidade deste banho que ocorria em uma ‘bacia, gamela ou banheira’ era realizado com condições de higiene limitadas.

Desta forma, as narrativas das mulheres fundamentam-se neste contexto social, permeado por delimitações do próprio tempo, refletem em que a “casa, unidade natural de produção e consumo, a família, grupo de pessoas ligadas por laços afetivos e psicológicos, passassem a significar a mesma coisa” (BRUSCHINI; ROSENBERG, 1982, p. 10). Além destas temáticas, as lembranças da ‘roça ou das roças’ que aparecerem de forma mais evidente nos depoimentos em que foram evocadas memórias ligadas ao período em que as famílias das entrevistadas forneceram cana de açúcar para a Usina de Açúcar Tijucas (USATI), empresa que desempenhou suas atividades por quatro décadas em São João Batista e região.

1.3 CANAVIAIS DE LEMBRANÇAS

[...] a rememoração do passado e o trabalho com as imagens do lugar de origem são um ato estritamente vivo, pois o grupo **possui laços afetivos, laços familiares** e ligações com o mesmo ambiente material, não só devido às lembranças, mas também pelos **contatos com familiares que ainda vivem lá.**²⁴

Este trecho traduz em palavras grande parte dos caminhos percorridos nesta dissertação, porém, que se intensificaram diante das lembranças dos canaviais, e das etapas, que iam desde o plantio até o fornecimento de cana-de-açúcar por parte das famílias dos colonos do bairro Colônia Nova Itália para a Usina de Açúcar Tijucas, conhecida e ainda

²⁴ LUCENA, C. T. **Artes de lembrar e de inventar:** (re)lembranças de migrantes. Belo Horizonte: Arte e Ciência, 1999. p. 83-85.

lembra com Usati ou só Usina. Ela foi fundada em 1943 por iniciativa do comerciante local, Benjamin Duarte (morador de São João Batista e um dos principais comerciantes do então distrito de Tijucas, que comprava a produção dos colonos da região e escoava para Tijucas) associado a Valério Teodoro Gomes, Atanásio Bernardes, Antônio Gallotti, João Cleofas e Eduardo Brennand.

A constituição da Usina baseou-se na política de controle da produção canavieira brasileira determinada pelo governo do presidente Getúlio Vargas, que em 1930, considerou necessário adotar medidas para impedir a superprodução de açúcar, de álcool e de suas matérias-primas, estas intensificadas com a criação do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA)²⁵. Neste contexto, no Vale do Rio Tijucas a quantidade de ‘açúcar grosso’ produzido pelas famílias nos engenhos passou a ser controlada por meio de registros e cotas de produção, que estavam submetidas ao pagamento de impostos conforme explica Gramkow (1983, p. 107-108). Estas medidas segundo a pesquisadora causaram impactos também no dia-a-dia dos agricultores que passaram a ter que ‘mexer com burocracias’ e, em alguns casos, havia colonos que se sujeitavam a registrar em nomes de outras pessoas:

Se sujeitava a ter a produção da unidade familiar registrada em nome de algum “vendeiro” da localidade, como se este fosse produtor. Os “vendeiro” eram comerciantes existentes pelas localidades (Distritos, Comunidades), que abasteciam o colono de querosene, sal, ferramentas e recebiam as safras dos produtos de subsistência e o açúcar grosso. (GRAMKOW, 1983, p. 107).

Entre os vendeiros da região, estava Benjamin Duarte, além de membros das famílias Gomes e Galloti, como apresenta Gramkow (1983, p. 109):

A criação da Usina será o resultado do desenvolvimento destas relações alcançadas pelas famílias Gomes, Duarte e Galloti ‘vendeiros’ e atacadistas do Vale. Ao final da década de trinta a seguinte situação está cristalizada. Estas famílias detinham: a) Propriedades de grandes extensões de terras, nas quais se localizavam engenhos, trabalhados por arrendatários; b) Controle do comércio geral regional.

Desta forma e diante da apresentação dos registros dos engenhos da região, o grupo de comerciantes organizou em 1943 a sociedade, e em 1946 produziu primeira safra já com a compra da cana produzida pelos colonos que se tornaram fornecedores de cana para a usina. Ao atravessar quase cinco décadas de atividades em São João Batista, a Usati (1943 a 1990 aproximadamente) – é mencionada por todas as depoentes, com ênfase nas funções que lhes eram conferidas enquanto crianças/adolescentes e mulheres.

²⁵ Conforme pesquisa no site da Fundação Getúlio Vargas, o IAA foi uma autarquia criada pelo Governo Federal em 1º de junho de 1933 por meio do Decreto nº 22.789, com o objetivo de orientar, fomentar e controlar a produção de açúcar e álcool. Informações disponíveis em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-tematico/instituto-do-acucar-e-do-alcool-iaa/>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

Ilustração 6 - A USATI em 1966



Fonte: Acervo Prefeitura de São João Batista.

Esta temática passou a conduzir minha pesquisa a partir de inquietações que surgiram de afirmações das depoentes, como: “uma vez tinha cavalete, mas foi quando a gente já era maiorzinha”²⁶, “Eu e a minha cunhada amarrávamos cana”²⁷, “Eu deixava os filhos na casa da sogra e ia para roça amarrar cana também”²⁸, “Nós plantávamos cana e vendíamos para Usina e os caminhões vinham buscar”²⁹. A partir da percepção da relevância do tema fui à busca de materiais que pudessem dar suporte às análises dessas memórias, entre eles, trabalhos acadêmicos. Foi então, durante esta busca, que encontrei a dissertação: ‘O Colono da Cana – estudo sobre as unidades de produção familiares no Vale do Rio Tijucas’, de Marcia Maria Gramkow (2018) e Grupo Empresariais Catarinenses – origem, evolução e perspectivas para 1990, de Ady Filho Vieira (2018).

A primeira apresenta com detalhes o contexto de produção familiar: a divisão do trabalho, o processo de produção da lavoura, além do nascimento da Usina e a morte dos engenhos de açúcar. Já a segunda, como o próprio título sugere, traz aspectos

²⁶ Luiza. 71 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida a Marcia Peixe Vargas em São João Batista/Santa Catarina, Brasil, a 24 jan. 2019. [Arquivos e transcrições estão depositados no acervo pessoal da pesquisadora entrevistada].

²⁷ Rosa. 81 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida a Marcia Peixe Vargas em São João Batista/Santa Catarina, Brasil, a 18 jan. 2019. [Arquivos e transcrições estão depositados no acervo pessoal da pesquisadora entrevistada].

²⁸ Joana. 91 anos, agricultora e comerciante aposentada. Entrevista concedida a Marcia Peixe Vargas em São João Batista/Santa Catarina, Brasil, a 15 de jan. 2019. [Arquivos e transcrições estão depositados no acervo pessoal da pesquisadora].

²⁹ Ana. 87 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida a Marcia Peixe Vargas em São João Batista/Santa Catarina, Brasil, a 28 jan. 2019. [Arquivos e transcrições estão depositados no acervo pessoal da pesquisadora].

socioeconômicos ligados às empresas catarinenses e uma delas é a USATI - Portobelo que tinha como titular na época da defesa da dissertação, o senhor Valério Gomes, e ainda era formada por um grupo de outras 12 empresas, entre elas a Refinadora Catarinense S/A com sede em Florianópolis. A motivação por saber mais sobre o tema trouxe-me um questionamento específico em torno de um utensílio de trabalho mencionado pelas mulheres: o cavalete!

Até o momento da realização das entrevistas, eu havia compreendido que ele trouxe mais agilidade e também conforto as ações (se é que conforto é a palavra mais adequada tendo em vista os esforços necessários para amarrar a cana), e que as depoentes fizeram referência à ele mais em fragmentos de memórias mais ligados ao período da adolescência e início da vida adulta. Desta forma supõe-se que o cavalete passou a ser utilizado pelas famílias das entrevistadas, entre os anos de 1950 a 1960.

Apesar de conversar com outras pessoas sobre o tema, eu não conseguia compreender a descrição de como este utensílio de trabalho era na prática. Com isso, digitei no Google palavras relacionadas: ‘colono da cana’ e a partir dessa busca que tive uma grande surpresa: a dissertação de Márcia Maria Gramkow contava com fotografias específicas do bairro Colônia Nova Itália, um recurso que dá suporte às memórias, pois:

Os homens colecionam esses inúmeros pedaços congelados do passado em forma de imagens para que possam recordar, a qualquer momento, trechos de suas trajetórias ao longo da vida. Apreciando essas imagens, ‘descongelam’ momentaneamente seus conteúdos e contam a si mesmos e aos mais próximos suas histórias de vida.³⁰

Ilustração 7 - O canavial



Fonte: Márcia Maria Gramkow, O Colono da Cana.

³⁰ KOSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999. p. 138.

Mais para frente, novas descobertas! Duas fotos em que aparecem uma adolescente utilizando o cavalete trouxeram a materialização das práticas descritas pelas entrevistadas, minha reação foi ficar paralisada e me concentrei na análise delas.

Ilustração 8 - Utilização do cavalete



Fonte: Márcia Maria Gramkow, O Colono da Cana.

Ilustração 9 - Amarração da cana no cavalete



Fonte: Márcia Maria Gramkow, O Colono da Cana.

À medida que lia a dissertação, percebi detalhes que me chamaram a atenção: na foto acima o primeiro sinal, como diria Ginzburg (1989) em *Mitos, Emblemas e Sinais*, parecia ser o terreno pertencente à família do meu sogro, o local onde ele e os irmãos nasceram, cresceram e trabalharam. Então, mais uma vez, considerei algo semelhante e reconheci a moça, era a tia de meu esposo, Maria, na época com 18 anos e aos fundos o pai dela, Ari Plácido Vargas hoje com 87 anos, na época agricultor local. Imediatamente enviei as fotos a

partir das imagens contidas na dissertação via celular por meio do aplicativo de mensagens *WhatsApp* e rapidamente confirmou que era ela mesma. Disse-me que se recordava deste trabalho e que a pesquisadora conviveu com a família durante 15 dias. Em questão de minutos, a dissertação já estava no e-mail dos filhos, irmãos e sobrinhos, enfim: uma lembrança dos tempos do canavial.

Após este achado, passei a intensificar a leitura e análise das entrevistas para perceber como ocorriam as etapas de cultivo da cana-de-açúcar no bairro Colônia Nova Itália. Verifiquei então que o cultivo ocorria entre os meses de janeiro a fevereiro e compreendia também o preparo da terra, com a aração/gradeação da terra, geralmente efetuada com o arado e o boi, conforme mencionado pelos depoimentos. Após esta etapa, a rotina de trabalho consistia em acompanhar o crescimento das mudas, que envolvia a capinação com a enxada, em torno de três vezes ao ano. Conforme Gramkow (1983, p. 89), o método utilizado para o corte da lavoura no bairro era o corte sem queima realizado em aproximadamente 18 meses após o plantio, no qual o homem adulto – chefe da família entrava no canavial e ia cortando cada cana, fazendo a limpa da "olha" e "das folhas" que eram unidas em "feixe" ou "molho" pela pessoa que vem logo a seguir (geralmente as crianças e mulheres).

Ilustração 10 - O corte da cana - colheita



Fonte: Márcia Maria Gramkow, O Colono da Cana.

Ao se referir ao processo de 'limpa da olha', a pesquisadora quer explicar que no primeiro momento, o agricultor tirava o excesso das folhas secas da planta, em seguida, separava o caule das folhas ainda verdes. Esta parte era destinada ao 'trato' (alimento) dos animais, enquanto a cana (caule) era levada ao cavalete. Então à medida que o corte ocorria, o espaço era constituído de um 'molho de cana', 'um molho de olhas' e os feixes formados pela junção das canas.

Ilustração 11 - O corte da cana – colheita



Fonte: Márcia Maria Gramkow, O Colono da Cana.

Nessa etapa, cabia às mulheres o ato de ficarem atentas ao corte e buscar as canas para que os molhos fossem formados nos cavaletes. O cavalete foi, na prática, um instrumento de trabalho produzido com madeira, constituído por duas partes intercruzadas em forma de x distantes cerca de um metro amparado por sarrafos nas laterais para dar estabilidade e sustentar o peso das canas que eram colocadas sobre ele. Esse utensílio era utilizado principalmente como uma forma de padronizar os feixes e uma maneira de mensurar o peso referente à quantidade de matéria-prima a ser entregue para a Usina.

Desta forma, o cavalete possibilitava aos fornecedores de cana ter uma noção da produtividade do dia e das metas serem atingidas, apresentadas pelas entrevistadas em medidas como: tonelada, um reboque, molhos ou um caminhão'. Além disso, ele era utilizado para efetuar a etapa da ‘amarração’, que ocorria após a cana ser cortada pelo pai, esposo ou irmãos mais velhos. Cabia às meninas, a partir de 10 anos, e moças pegá-las uma a uma e coloca-las no cavalete até completar a quantia para fechar o feixe, ou seja, amarrá-lo com a própria folha da cana.

Esta ação de juntar a cana disposta no chão e levar até o cavalete conforme representada na foto 2 remete ao evidente esforço que a jovem precisa realizar para formar o feixe. Se analisarmos com mais ênfase é possível verificar que o movimento se torna semelhante ao modo como se lança uma vara de pescar, tendo em vista a semelhança também devido ao comprimento da cana e sua espessura. Ao compreender o movimento necessário para realizar a função, constata-se aqui também o emprego de força física para amarrar o feixe, tendo em vista, que as canas precisavam ficar apertadas para que fossem manuseadas e transportadas pelo caminhão até a Usina. À medida que o corte avançava, o chão da lavoura ficava coberto pelas folhas secas do canavial.

Em outras fotografias também é possível perceber a presença de mais de um cavalete, ao que remete também à quantia de pessoas que executavam os serviços, bem como ao tamanho do terreno e a produtividade da família. A menção aos molhos que eram amarados percorre diversos trechos das entrevistas, ligados ao processo de corte e amarração da cana até serem levados para tratores e aos caminhões.

Ilustração 12 - O carregamento da cana



Fonte: Márcia Maria Gramkow, O Colono da Cana.

A partir da foto 4 é possível perceber a quantidade de cana a ser cortada e consequentemente a força de trabalho despendido pelas famílias para a execução desta etapa da colheita. Sobre este aspecto, depoente Luiza é uma das mulheres que mais apresenta fragmentos de memórias relativos a esse período, com detalhes sobre como ocorria na prática a colheita, a partir das determinações vindas do pai:

Íamos para a roça e ele dizia: **hoje temos que fazer dois reboques** e já falava **quantia de molhos** que a precisávamos fazer. Se deixássemos o molho frouxo, tínhamos que amarrar de novo. Às vezes, a gente já havia terminado, já estava escurecendo e ele dizia: vai vir mais reboques para carregar. (Grifo nosso)

Conforme enfatiza a entrevistada ela e os irmãos precisavam desempenhar a função como ‘gente grande’, com qualidade, pois todas as etapas influenciavam no valor a ser pago pela usina à família. A quantidade das cargas a serem preparadas variava, e o horário de

trabalho, que geralmente era regido pelo por do sol, se estendia noite adentro, às vezes, até as 21h30, para dar conta de carregar os reboques enviados pela Usina. Ao se referir ao trabalho na lavoura nesta época, ela enfatiza como o trabalho era cansativo, como estas tarefas diárias acometiam o corpo, principalmente a coluna, devido ao esforço repetitivo de reunir as canas, juntá-las em molhos, amarrá-las, carrega-las até o reboque. Em relação aos processos e a participação das mulheres, Rosa também se recorda do trabalho na lavoura de cana, ainda durante a adolescência, provavelmente por volta do ano de 1952: “Eu tinha 14 anos e ajudava a minha cunhada a amarrar os molhos de cana. Depois era enviada para a Usati. O caminhão vinha buscar e a gente chegava até fazer ‘serão’”.

A menção ao termo serão, diz respeito ao tempo do trabalho, os momentos em que se entendiam após o pôr do sol para que a carga necessária fosse entregue no prazo solicitado pela usina, assim como aparece também na entrevista de Luiza. A cunhada de Rosa é Joana, também depoente, que se casou em 17 de maio de 1952 e passou a residir ao lado da casa dos sogros, pais de Rosa, com quem compartilhava as funções na lavoura. Ao se referir a este período, Joana evoca a seguinte lembrança:

Primeiro, quando eu casei **meu marido trabalhava com cana para a Usina**. A cana era **passada nas costas na ponte de arame para o caminhão** pegar no outro lado rio e levar para a Usati. (Grifo nosso).

Durante a análise da entrevista efetuada com Ana também fica visível a participação das meninas, de outras gerações, agora suas filhas, nascidas a partir de 1965 que acompanhavam os pais no trabalho da lavoura:

Amarrei muita cana. **Era por tonelada**. Eu e marido **cortávamos e amaravamo**s. As **minhas filhas também chegaram a fizer isso**, eram crianças. Tínhamos **que ensinar elas a trabalharem**, elas tinham que aprender. Naquele tempo **era tudo na força, na foice, na enxada e no machado**. (Grifo nosso).

De modo geral, ao aprofundar nesta temática, o cultivo de cana apresenta-se na percepção das quatro entrevistadas como uma cultura que exigia muito empenho de toda a família. Não era uma fonte de renda viável financeiramente, pois gerava uma dependência junto ao comércio local em virtude da falta de dinheiro para pagar as mercadorias para o sustento da família, apesar de produzirem diversos produtos na propriedade. Ainda em análise a entrevista de Luiza, verifica-se esta percepção no trecho abaixo:

Não dava nada a plantação de cana, trabalhávamos muito, quase nos matávamos e quando acabávamos a safra e íamos receber o dinheiro, ia praticamente tudo para pagar a venda e o mercado, aquilo que tínhamos comprado a fiado durante o ano. Um dia eu disse para meu pai: Que vantagem tem trabalhar tanto! (Grifo nosso)

Entre as memórias de Dona Luiza, ligadas ao período da produção da cana-de-açúcar, o lazer também aparece condicionado a quantidade de reboques a serem enviados para Usati, inclusive aos sábados:

Em um sábado tivemos que amarrar **dois reboques** de cana, isso era mais ou menos **300 molhos prontos** para cada um, para levarem para a Usati na segunda-feira de manhã cedo. Quando a gente acabou **já era noite**. Quando íamos tomar banho era aquele ‘**pico da cana**’, **era horrível**. (Grifo nosso).

Ao analisar estas fotografias e ler a dissertação “O Colono da Cana”, foi possível compreender a dinâmica que envolvia o trabalho na lavoura de cana, mesmo se tratando de um trabalho produzido na década de 1980. Apesar das memórias apresentadas pelas entrevistadas serem anteriores a este período, observa-se que há práticas que iniciaram na década de 1940, com o início da atividade no município e que se perpetuaram no decorrer dos anos no bairro. Já em relação ao relacionamento das famílias fornecedoras de cana com a Usati, estas eram representadas pela Associação dos Fornecedores de Santa Catarina, com abrangência em todo território catarinense, e que segundo Gramkow (1983, p. 20), no período da pesquisa, a entidade contava com 1000 agricultores registrados como fornecedores de matéria-prima a usina. Era a Associação que assumia neste caso, a função de atuar em defesa dos direitos dos fornecedores. Este dado não é evidenciado nas lembranças evocadas pelas entrevistadas, por se tratar de uma função atribuída aos homens da família, geralmente aos pais ou esposos, no caso das depoentes mais ligadas ao período da vida adulta e ao casamento.

Ao venderem a cana para a usina, os fornecedores contribuíam com uma taxa de 2,5% sobre o valor, destinada ao Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) - instituído pela Lei Complementar nº 11 de 25 de maio de 1971, que previa: aposentadoria por velhice, aposentadoria por invalidez, pensão, auxílio-funeral e serviço de saúde. Diante da carência de atendimentos em saúde, por meio de uma reivindicação dos fornecedores, em 1968, o Instituto do Açúcar e do Álcool comprou a estrutura do atual Hospital Municipal, que na época estava em construção e pertencia ao então médico local, Mercides da Rocha Pacheco. Desta forma, em 05 de março de 1972, foi inaugurado o ambulatório destinado aos atendimentos dos fornecedores de cana e seus familiares, e no ano seguinte, em 14 de janeiro de 1973, ocorreu a inauguração total do hospital, que contava com uma sala de cirurgia, um equipamento de Raio-X, cozinha, lavanderia, farmácia, maternidade e 15 leitos. Os atendimentos eram realizados por duas enfermeiras e pelos médicos Mercides da Rocha Pacheco (antigo proprietário da estrutura) e Fernando Barros. Após a inauguração foi firmado convênio com o Inamps - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, que

atendia os trabalhadores e seus dependentes (agora, não só produtores de cana), mas todos aqueles que contribuíam com previdência social, neste caso, o atendimento ocorria mediante a apresentação das notas de produtor rural, notas de pesagem de cana, e etc.

CAPÍTULO 2 – EMBALOS DA EXPERIÊNCIA: ENTRE AS SEMELHANÇAS E AS DIFERENÇAS

“As entrevistas de histórias de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou”. (Verena Alberti, Histórias dentro da história)

A afirmação de Verena Alberti (2005) vem ao encontro do objetivo principal dessa dissertação, que é compreender as trajetórias de vidas de quatro mulheres, a partir do que foi escolhido por elas para ‘recompor suas memórias’ acerca de suas próprias vidas e com isto também a possibilidade de ir a busca de respostas para a pergunta que norteia este capítulo: Como elas se distinguiam e como se assemelhavam entre elas e os homens de sua época? Como mencionei anteriormente, foi ao balanço de suas cadeiras que os encontros se concretizaram. Duas tardes em que o sol não apareceu, que as gotas da chuva que caíram sobre os telhados foram captadas pelos dispositivos do gravador de voz, e outras duas em que o sol esteve presente, de maneira discreta, porém, recompensado pelo canto dos pássaros, também registrados. Houveram outros retornos, em que sol e chuva se mesclaram. Em cada uma das entrevistas, pontos específicos chamaram minha atenção com o intuito de descobrir o leque de papéis e simbolismos (DAVIS, 1997, apud SCOTT, 1995, p. 72). Nesse sentido, ao utilizar a entrevista do tipo história de vida “a preocupação maior não é o tema e sim a trajetória do entrevistado. Escolher esse tipo de narração pressupõe que a narração de vida do depoente ao longo da história tenha relevância para os objetivos do trabalho” (ALBERTI, 2005, p. 38).

Assim, como o fio que conduz a memória das depoentes é invisível no sentido da materialização, o cotidiano do qual se recordam também é. Ele é marcado pela sucessão de ações e atividades que foram desenvolvidas dia após dia, em uma determinada época, com características e interesses específicos e delimitadas pela compreensão do objetivo naquele período, apesar de estarem inseridas em um grupo social com representações próprias. Desta forma, a utilização da categoria ‘*cotidiano*’ neste trabalho utiliza-se do conceito de Michel de Certeau (1994)³¹, que rompe com o olhar generalizador sobre os indivíduos de um mesmo grupo social, a partir do momento que passa a considerar a individualidade como um lugar de pluralidade.

³¹ CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano.** Artes de fazer.18. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

Nesse sentido, no decorrer da pesquisa, o cotidiano se configura como uma lupa que busca observar como as experiências vivenciadas pelas mulheres foram produzidas. Tendo em vista, que o autor o comprehende como uma produção que perpassa por etapas de fabricação, que apesar das relações e do contexto social, o indivíduo pode apresentar contrariedades ao grupo pertencente, que são evidenciadas por meio de operações ou modelos de ação que compõe uma cultura. É por meio deste conceito de Certeau, que a categoria de análise ‘*cotidiano*’ está inserida nesta dissertação como uma ferramenta que possibilita decodificar e observar essas fabricações a partir das experiências das depoentes, que estão envolvidas pelas formas de proceder que A estas o autor chama de ‘maneiras de fazer’, pelas quais “(...) os usuários se repropõem do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural”, (CERTEAU, 1994, p. 41). As chamadas táticas de praticantes, que podem ser ações como ler, falar, caminhar, habitar, cozinhar etc. Além disso, Certeau (1994, p. 45), as divide entre estratégias e táticas:

Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, servir como base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. (...) Denomino, ao contrário, “tática”, um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias.

No entanto, o foco dessa pesquisa não está em aprofundar criteriosamente quais foram as táticas e estratégias empreendidas pelas depoentes, mas, em problematizar e visualizar quais foram as principais experiências evocadas por elas durante o processo de entrevista. Além disso, propõe identificar o que há dentro deste cotidiano por meio da experiência, como se produz, o que é ordinário e o que é extraordinário. Aliado à concepção do cotidiano, utilizou-se a categoria ‘*experiência*’ com base na abordagem de Joan Scott (1999), em seu artigo que leva o mesmo nome, publicado no livro *Falas de Gênero*³², que a comprehende por meio da evidência que surge a partir da comunicação e do conhecimento adquirido com o passar do tempo. Conforme a autora, “quando a evidência oferecida é a experiência, ganha mais força a noção de referencialidade – o que poderia ser mais verdadeiro afinal, do que o retrato do próprio sujeito sobre o que ele ou ela vivenciou?” (SCOTT, 1999, p. 25). Com isso, a historiadora acrescenta que a “experiência se refere a influências externas aos indivíduos –

³² DA SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. **Falas de gênero**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

condições sociais, instituições, formas de crença ou percepção – coisas reais fora deles às quais eles reagem, e não inclui seus pensamentos e reflexões” (SCOTT, 1999, p. 30). Com foco nesta dinâmica, Scott prossegue explicando o significado da utilização desta categoria:

Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. A experiência de acordo com essa definição torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento. Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la assim como as identidades que ela produz. Esse tipo de historicização representa uma resposta aos/as muitos/as historiadores/as contemporâneos/as que argumentam que uma experiência sem problematização é o fundamento de suas práticas; é uma historicização que implica uma análise crítica de todas as categorias explicativas que normalmente não são questionadas, incluindo a categorias ‘Experiências’.

Diante deste entendimento, buscou-se reconhecer a experiência “como uma forma de se falar sobre o que aconteceu, de se estabelecer diferenças e semelhanças, de defender um conhecimento irrefutável” (SCOTT, 1999, p. 48). Ao conciliar os conceitos de cotidiano e experiência a intenção foi estabelecer uma conexão do que estas mulheres faziam, como faziam, porquê faziam, entre outros. O exercício foi de transformar estas categorias em uma lupa que possibilita justamente historicizar as evidências apresentadas pelas entrevistadas. Ao analisar as entrevistas individuais foi possível observar duas subcategorias intrínsecas à experiência vivenciada por meio do cotidiano: o ordinário e o extraordinário. Em ambas as subcategorias se percebem dicotomias ao estabelecer relações com os significados que as próprias depoentes atribuem e o olhar enquanto pesquisadora, como alerta Scott (1999, p. 31):

Quando falamos sobre historiadores/as e outro/as estudiosos/as das ciências humanas, é importante observar que esse sujeito é tanto o objeto de investigação - a pessoa estudada no presente ou no passado – e o/a próprio/a investigador - o/a historiador/a produz conhecimento de outras culturas baseado na experiência dos arquivos ou o/a antropólogo que produz conhecimento de outras culturas do baseado na sua experiência como observador/a participante.

Ao analisar as entrevistas tornou-se perceptível que cada uma delas, ao seu modo, buscou *estratégias*³³ que marcaram suas trajetórias, sejam elas articuladas com base na necessidade/vontade, ou ainda, pelas circunstâncias que surgiram no decorrer de suas vivências. É nesse contexto que buscou-se analisar o que seria: ordinário e o extraordinário. Ao retomar as memórias de Joana, Luiza, Rosa e Ana, elenquei temáticas que se sobressaíram em suas narrativas: família, trabalho, sexualidade e afeto, espiritualidade, consumo e gerenciamento da própria vida.

³³ Conceito por Certeau (2012: p. 93) que considera o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que o sujeito de querer e poder. CERTEAU, Michel. A **invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 18. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 93.

Dentro destas temáticas, estão presentes a leitura de mundo que lhes foi possível produzir, enquanto mulheres, como moradoras de um bairro do perímetro rural de São João Batista com famílias, em grande maioria de origem ‘*italiana*’ e católicas. Desta relação são direcionadas para terem concepções delimitadas inicialmente pelo meio. O viver no campo, voltam o olhar delas desde a infância para identificar as necessidades básicas e desenvolver atividades que garantam a sobrevivência da família. Nesse espaço é preciso produzir os alimentos, criar os animais para o consumo de carne, ovos e leite, cultivar ervas para a produção de chás quando a doença chegar ou ainda para preveni-la, dominando técnicas que resultem na produção do que é necessário para o dia-a-dia, como: a produção de roupas, sabão, vassouras, o caixão fúnebre etc. São as mãos que conduzem as dinâmicas da rotina, pois tudo precisa ser ‘feito por alguém’, e estes alguém são as mulheres. Assim, um dia de uma mulher perpassa por uma série de ações que se sobressai aquelas desempenhadas por homens.

A realidade da família parte inicialmente do possuir terras. É neste espaço que o novo ciclo se inicia. Além de espaço para a moradia, ele será local onde as mãos do casal darão forma, que pode ser um terreno compartilhado com os pais ou sogros, ou um terreno adquirido pelo casal, que na prática, era atribuído apenas aos homens, presente nas falas das depoentes em expressões como: “Foi o meu marido que comprou” ou “Primeiro era do meu sogro”, exemplo que apresenta Renk (2000, p. 18), a terra como valor-base é a principal característica da condição camponesa, e uma marca da identidade e do trabalho familiar.

Outra constatação é de que à medida que as entrevistadas rememoram, as lembranças estão amparadas em um conjunto de regras e de expectativas³⁴ delimitadas temporalmente pelos hábitos daquele período (o vivido), presente em cada uma das etapas da vida, diferenciada entre homens e mulheres desde a infância. Este conjunto, segundo Gélis (1997, p. 312), compreendia a predominância da vontade coletiva em detrimento da individual. Neste sentido, embora cada ser tivesse seu próprio corpo, a dependência em relação às solidariedades de sangue era tal que o indivíduo não podia se sentir plenamente autônomo, ele era parte de uma grande família, que incluía não só os vivos, mas também os mortos. Assim, como descreve o autor, na prática também ocorria nas famílias das entrevistadas, que centralizavam as vivências e os direcionamentos da vida dos indivíduos que a constituíam, com base nas experiências e nos exemplos da mãe e do pai.

³⁴ GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÉS, Philippe (org.). **História da vida privada: da Renascença ao século das luzes**. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 312.

A partir da infância as crianças já eram inseridas nas dinâmicas de aprendizagens, que diziam respeito ao espaço da casa, da aldeia, das redondezas. Aprendizagem das técnicas do corpo, aprendizagem das regras de participação na comunidade local, aprendizagem das coisas da vida (GÉLIS, 1997, p. 308). Embora, a partir de sete, oito anos, os meninos iam com os pais aos campos e as meninas em geral ficavam com a mãe, com a qual aprendiam seu futuro papel de mulher, as memórias das entrevistadas nos apontam que no bairro Colônia Nova Itália as meninas desempenhavam as mesmas funções que os meninos na roça, porém, este espaço era percebido como um espaço masculino, dando ao homem a legitimidade para exercer sobre ele o seu controle, o que envolve a gestão e a centralização dos recursos financeiros os quais venham a ser gerados nesse espaço (GÉLIS, 1997, p. 307).³⁵

Esta constatação está presente e é enfatizada a partir da utilização da expressão “Ajuda”, mencionada pelas entrevistadas nas afirmações de que elas “iam ajudar o pai” ou “o marido”. Além disso, aprendiam ao mesmo tempo sobre o funcionamento da casa e as atividades como cozinhar, lavar, passar, alimentar os animais, além de irem para a roça onde também exerciam a força do trabalho, seja com instrumentos como enxadas, o cavalete no caso específico da cana e na condução do boi que também era utilizado para arar a terra. Sobre estas ações, dona Rosa demonstra a relação que existia entre as funções ligadas à plantação e ao serviço doméstico:

Se eu ia **capinar milho, era tudo de enxada**, hoje é tudo com máquina. Meu pai trabalhou também com milho, arroz... **O arroz era socado no pilão** e batido **na sala de casa**. (Grifo nosso)

A entrevistada apresenta neste fragmento dados interessantes, a presença do consumo do arroz nos hábitos alimentares das famílias e que exigia a uma prática específica, “socar no pilão”, além da utilização do espaço da casa, aqui entendido com um local onde as atividades deveriam ser exercidas predominantemente pelas mulheres, após o retorno ao trabalho na lavoura durante o dia. Outro exemplo das funções realizadas é o trabalho nos engenhos de parentes, como lembrou Ana:

Íamos **moer cana de madrugada** para fazer açúcar grosso. Existia **engenho de açúcar e de farinha**, meus tios tinham engenho, o Tio Olegário Pera e o Tio Vicente Pera. (Grifo nosso)

Ao analisar este trecho, considerei uma memória ligada ainda ao tempo da infância/adolescência, pois as lembranças da vida adulta se constituem da aproximação com a

³⁵ PEREIRA, Marie-Anne Stival; LOZANO, Leal. SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). Gênero e geração em contextos rurais. **Revista Estudos Feministas**. 2012, p. 165. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200021>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

família do esposo e o distanciamento da família de origem, principalmente pelo fato das mulheres saírem da casa dos pais, e na maioria das vezes, irem morar no mesmo terreno dos sogros, tornando-se eles novas referências de autoridade familiar. Já em relação a utilização do uso de animais para exercer a força do trabalho, Luiza lembrou-se que era responsável por conduzir o boi para os serviços com a terra. Ela recorda-se das exigências feitas pelo pai para a condução do boi em meio às carreiras (Técnica agrícola utilizada para virar a terra com o arado para prepará-la para o plantio, que resulta em pequenos ‘montes de terra’) além do emprego de violência física diante das expectativas que ele tinha para com as ações executadas pela entrevistada que nesta época ainda era uma menina, entre 9 e 10 anos aproximadamente:

Às vezes eu ia puxar o boi para o meu pai, mas o boi não seguia a carreira porque queria comer. Quando o boi saía meu pai ficava bravo. Então ele jogava pedras para acertar no boi, mas às vezes, acertava na gente. (Grifo nosso)

As responsabilidades atribuídas às meninas entre 8 a 12 anos, também estavam relacionadas a necessidade de saberem cozinhar, uma das atividades mais importantes diante da realidade familiar, pois as refeições exigiam das mulheres o conhecimento dos alimentos e do saber fazer, que é na prática uma atividade de seleção e combinação (ingredientes, modos de preparo, costumes de ingestão, formas de descarte etc.), que manifestam escolhas que uma comunidade faz, concepções que um grupo social tem e, assim, expressam uma cultura. O quê se come, com quem se come, quando, como e onde se come, são definidos na cultura.³⁶ Nesse sentido, no decorrer da entrevista com Joana, percebi a ênfase que ela deu sobre uma passagem em que sua mãe a deixou como responsável pelo preparo do almoço, durante um momento que saiu de casa:

Lembro-me como se fosse hoje, meu pai era muito pobre, nossa casa era de madeira com a cozinha de palha, não tinha fogão. Era uma corrente de ferro onde o caldeirão era pendurado e embaixo colocava-se a lenha. Um dia, minha mãe saiu e deixou cozinhando as frissuras de boi e pediu para eu cuidar. Acabei deixando a água secar e queimou. Quando meu pai chegou, ele correu e colocou água. Mas, **sabe como é frissura se colocar água ninguém mais come, amargou tudo.** Quando minha mãe chegou ela viu aquilo me chamou e queria me bater, ela queria chorar, coitada. **Era só o que a gente tinha para comer naquela época.** (Grifo nosso)

O saber fazer, neste caso, era empírico e o erro inaceitável, pois também estava relacionado às condições econômicas da família. Ao referir a esta lembrança Joana não especificou a idade, porém, ao que tudo indica isto ocorreu antes dos 12 anos, antes de se

³⁶ AMON, Denise; MANASCHE, Rentata. Comida como Narrativa da Memória Social. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.1, jan/jun. 2008. p.15. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/4467/3867>>. Acesso em 24 abr. 2019.

mudar com os pais para o bairro Colônia Nova Itália. Ao relembrar esse fragmento, aparecem ainda os detalhes que compunham a cozinha: chão batido, telhado de palha, o caldeirão e as correntes. Entende-se que a comida, no caso a carne, era escassa, especialmente a de boi que no contexto rural era um instrumento de trabalho, e a vaca destinada à produção do leite que também se destinava à família. Então quando se matava um boi, tudo era aproveitado, principalmente as “frissuras” (fressuras) (pulmões, traqueias, fígados, língua, coração e rins) alimentos que ficaram sob sua responsabilidade de preparar, porém, que exigiam cuidados específicos para chegaram ao ponto de consumo.

Nessa passagem, também se observa a forma como os riscos ligados à segurança das crianças estavam evidentes no cotidiano: o fogão, o caldeirão, a corrente, ambos fatores que poderiam contribuir para um acidente doméstico e até a morte, um fator mais ligado às práticas ensinadas às meninas. Ao analisar esse trecho, outro aspecto importante é perceptível: as crianças precisavam executar as ações diárias com a mesma capacidade de um adulto, sem levar em consideração que o adulto que já incorporou as práticas ao seu dia-a-dia, na maioria das vezes por meio da repetição ano após ano, acompanhado também pelo desenvolvimento intelectual e psicológico. Também sobre a alimentação, Dona Ana, destacou em uma de suas lembranças, uma prática que não foi evocada pelas demais entrevistadas, também considerada uma atividade realizada com mais frequência pelos meninos, jovens e homens, a pesca:

(...) Eu **pesquei muito no rio!** Pescava piaba, pois tinha muita. Eu pescava **de solteira**, nesse tempo pesquei muito. (Grifo nosso)

Observa-se que esta memória está amparada em uma etapa de sua vida, o período em que ainda residia na casa dos pais, antes do casamento, apresentado também com a expressão ‘naquele tempo’ para indicar que hoje o rio já não tem mais a mesma quantidade de peixes, aqui também interpretado pela palavra à revelia como indicativo de que haviam mais peixes e também entendido como a frequência que costumava pescar. Durante a nossa conversa, o fato dela ter demarcado o tempo de pesca como no tempo de ‘solteira’, provocou-me certa inquietação, então quis saber mais e perguntei: “E tinha coisa que você podia fazer de solteira que depois de casada não podia?” E ela respondeu de forma genérica: “Dependia, o que podia fazer, a gente fazia o que não podia, não fazia (risos)”.

Estas dúvidas levam-me a supor que antes do casamento, as mulheres em alguns casos, teriam mais liberdade para executar algumas funções que eram geralmente realizadas pelos homens, como o ato de ir pescar, ou ainda que esta função não estava delimitada exclusivamente aos homens no bairro e ao contexto da época. Por outro lado, deve-se ressaltar

que a pesca pode entrar aqui como uma prática ligada à alimentação, responsabilidade atribuída às mulheres. Assim, como recolhiam os ovos do galinheiro, também desempenham as técnicas do abate de aves, como galinhas, perus, patos entre outros. Em meio às lembranças, das quatro entrevistadas o tempo de brincar aparece apenas em um momento, quando Dona Rosa lembrou de ter ganhado uma boneca, possivelmente de porcelana, que recebeu da madrinha:

Naquela época **eu tinha uma boneca porque ganhei da minha madrinha**. Aí quebrei. E meu pai disse: deixa que eu compro outra. Nunca mais vi a boneca. Acho que era de louça, chorei a tarde toda. (Grifo nosso)

Como já mencionei no capítulo anterior, a percepção do trabalho na roça é o mais lembrado por ambas as mulheres, que também ofuscaram as lembranças relacionadas à escola. Porém, também aparecem associadas a divisão do tempo entre lavoura e o trabalho doméstico e os nomes das professoras. É partir desta relação que Joana recorda-se do “tempo de ir para a aula” ao se referir a conclusão dos estudos primários, ao que tudo indica, por volta de 1938/1939:

Meu início foi na escola (...). Só até a terceira série, (...) O dia que eu saí chorava que nem uma doida, **de tanto que eu gostava da escola!** Aí fui ajudar o pai na roça, **entrava com sete, então devia ter uns dez a 11 anos** quando eu saí da escola. (Grifo nosso)

O período acima mencionado leva em consideração o ano de nascimento da entrevistada (1928), com base na idade que em concluiu a 3^a série do ensino primário. Joana menciona que teve como professoras “Dona Marta casada com Alberto” e “Nair Conceição que era de cor” (não localizei até o momento informações específicas sobre elas), ambas as professoras atuaram na localidade de Negra Chica, hoje atual município de Major Gercino, antes território pertencente a Tijucas. Neste sentido, verifica-se que possivelmente, Joana estudou no período em que foi regulamentada a campanha de nacionalização do ensino, por meio dos decretos federais nº 406 de maio de 1938 e nº 1.545 de 25 de agosto de 1939. A região onde a família residia integrava a zona rural e também um contexto de colonização. Apesar destas questões não serem detalhadas no decorrer das quatro entrevistas, em consulta aos arquivos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC)³⁷ foi possível localizar um Quadro de Desdobramento das Escolas Isoladas³⁸ das localidades de Tigipiô,

³⁷ Entidade situada na Rua Duque de Caxias, nº 261, no bairro Saco dos Limões, em Florianópolis, anexo ao prédio onde funciona a Diretoria da Imprensa Oficial e a Editora de Santa Catarina. Para mais informações acesse: <http://www.sea.sc.gov.br>.

³⁸ Registro contido na pasta Quadro de Matrículas ESC/GE 1947, resguardado no Arquivo Público de Santa Catarina (APESC)-.

Colônia, Arataca, Major e Três Barras, referente aos anos de 1946 e 1947³⁹ em que estas unidades escolares contavam com professoras e um professor, considerados de origem nacional. Apenas uma delas possui sobrenome ligado ao grupo de imigrantes, Natércia Vaz Zunino, que era natural de Tijucas e posteriormente casou-se com um jovem do bairro e anexou o último sobrenome após o casamento. Durante a entrevista de Rosa, ao questioná-la sobre o período escolar, a primeira lembrança evocada é referente a professora Natércia:

A minha professora era a **Dona Natércia** e depois o marido dela, o **Anfilóquio João Zunino**. A escola era pertinho do mercadinho que tem hoje ali. **Ela era de Tijucas**, veio para cá solteira, depois se casou com ele. (Grifo nosso)

Também em pesquisas nos arquivos do APESC localizei um quadro de matrícula da então Escola Pública Mista Estrada de Colônia de Tigipió, do ano de 1946, escrito pela professora, Natércia Vaz Zunino, que apresenta entre as alunas, também o nome da depoente. Durante a primeira entrevista, Ana também mencionou o nome de Natércia como sua professora além da professora Marta, supõe-se aqui, ser a mesma a qual Joana se referiu anteriormente. Já durante a entrevista com Luiza o tema escola não foi aprofundado.

Ao selecionar os fragmentos acima, busquei apresentar especificidades de recordações das entrevistadas que me conduziram a compreensão de que as meninas/adolescentes desde a infância eram submetidas as aprendizagens necessárias, para, ao mesmo tempo fortalecer o corpo, aguçar os sentidos, habilitar o indivíduo a superar os reveses da sorte e principalmente a transmitir também a vida, a fim de assegurar a continuidade da família. Havia nisso uma forma de educação em comum, um conjunto de influências que faziam de cada ser um produto da coletividade e preparavam cada indivíduo para o papel que dele se esperava (GÉLIS, p. 308). Em resumo, as análises de memórias ligadas à infância trazem à tona um panorama em que as meninas precisavam conciliar a atividade doméstica com as da lavoura e a escola, enquanto aos meninos estava garantido apenas o trabalho na roça e o acesso à escola. No caso das entrevistadas, estas funções também estavam ligadas a constituição do grupo familiar e ao número de integrantes. (Essa relação ficará mais evidente no capítulo 3).

Dona Luiza, por exemplo, é uma das entrevistadas com o maior número de irmãos, além dela a família era formada por outros oito filhos, sendo destes quatro meninos e cinco meninas. Dos meninos, apenas dois sobreviveram e ela era uma das filhas mais velhas e considerada uma das mais fortes para o trabalho na roça. Por este motivo, cabia a ela desempenhar as funções da lavoura com o pai com proximidade. Já na família de Rosa eram

³⁹ Relatório da auxiliar de inspeção escolar, Dalila Baixo Soares, em 03 de fevereiro de 1946, sobre as escolas de Tijucas– Arquivo Público de Santa Catarina – pasta Quadro de Matrículas ESC/GE 1947.

apenas ela e um irmão com oito anos de diferença. Segundo ela, a mãe ainda teve outro filho, mas o “outro durou um mês só”.

No caso de Joana, ela foi a primogênita seguida de três irmãs e um irmão, duas delas faleceram ainda bebês uma com dois anos e sete meses e a outra sobreviveu apenas 11 meses. Abro parênteses para destacar que todas as famílias das entrevistadas vivenciaram perdas de bebês/crianças. Um tema que me chamou atenção, especificamente em um dos trechos da entrevista com Joana, quando ela contou sobre as doenças que atingiam as crianças e como eram comunicadas as mortes:

A gente estava aqui e ouvia o sino. Daqui a pouco tocava de novo. Era uma tristeza! Quase todas as semanas morria uma criança. (...) sarampo matava, tosse comprida matava, ataque de vermes matava. Quase todas as crianças tinham vermes, chamávamos também de bicha. (Grifo nosso)

Sobre a causa da morte, Joana mencionou que teria sido devido a uma tosse comprida (também conhecida como coqueluche ou tosse espasmódica), que é uma doença respiratória que acomete principalmente crianças menores de um ano, especialmente aquelas que não foram vacinadas⁴⁰. Junto a primeira, um ataque de vermes (conhecido no meio rural como lombrigas ou bichas), e cientificamente denominada *Ascaris lumbricoides*, um parasita intestinal que pode ser transmitido através do contato com solo e/ou alimentos contaminados⁴¹.

Os tratamentos eram realizados com chás caseiros e xaropes, produzidos pelas mulheres ou retirados de plantas da mata. Apesar disso, nem sempre eram suficientes para curar as doenças e salvar vidas. As causas do falecimento da irmã, informadas pela entrevistada, foram descritas por meio das imagens - lembranças que ela tem sobre o dia da morte da criança, marcada pelo badalar do sino da capela da comunidade, principal forma encontrada pela comunidade para informar o luto de uma família.

Nesta perspectiva, as recordações problematizadas até o momento demonstram que as memórias das mulheres constroem um conjunto de memórias compartilhadas e socializadas. O coletivo destas memórias está marcado por tradições herdadas e memórias individuais, com alguma organização social e uma estrutura dada por códigos culturais compartilhados (TEDESCHI, 2014, p. 40). Um exemplo disso é a forma como o trabalho é apresentado por todas elas, a partir de uma dinâmica que envolve esforço físico, que rompe com a ideia de que

⁴⁰LIPHAUS, Bernadete L; GONCALVES, Maria Inês Cappeletti; CARVALHANAS, Telma Regina Marques Pinto. Coqueluche: epidemiologia e controle. *BEPA, Bol. epidemiol. paul. [online]*. 2008, v. 5, n. 53, p. 3-8.

⁴¹LEDA, Maria da Costa-Macedo; Maria do Carmo Esteves da Costa; Liz Maria de Almeida. Parasitismo por *Ascaris lumbricoides* em crianças menores de dois anos: estudo populacional em comunidade do Estado do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*. 1999, v. 15. p. 173.

a ‘ajuda na roça’ era algo ‘leve’, e demonstra que se tratava efetivamente da execução da função, principalmente em virtude das famílias das entrevistadas serem compostas por um número considerável de mulheres. Outro fator a ser destacado é o fato de o exercício destas ações serem avaliadas e corrigidas constantemente pelo pai e pela mãe, seja no contexto dos afazeres domésticos, seja na dinâmica da lavoura. Constata-se que as mulheres aprendiam fazendo, errando ou acertando.

Em diversos pontos das entrevistas, as mulheres dão ênfase as funções e como elas exigiam resistência física, o que reflete novamente o quanto precisavam se dedicar para atingir suas obrigações diárias, as quais estavam submetidas. Por exemplo, Rosa sobre raspar a mandioca no ralador e amarrar cana: “Naquele tempo era tudo na mão, fazia até calos nas mãos”. Ou Luiza sobre o carregamento de cana-de-açúcar para enviar para a Usati: “Lá nós tínhamos que dar aquele monte de cana todo para os homens do trator para botar em cima”. Ana sobre o trabalho em meio à mata no corte de árvores para a madeireira: “Nós trabalhávamos com madeira, não era lenha, era madeira, e era de machado”. E Joana sobre relação entre os afazeres domésticos e a roça, ambas marcadas pelo esforço físico: “Eu ajudava meu pai. Ele fazia a primeira carreira com o boi, depois era eu”.

2.1 MEMÓRIAS DA ADOLESCÊNCIA E DA VIDA ADULTA

Eu pensei que ia durar uma vida inteira. Foi minha prima quem me falou pela primeira vez que mulher menstruava, ganhava filho e morria. Eu tinha oito anos. Fui para casa chorando. Achava que durava a vida inteira.⁴²

O trecho acima foi mencionado por Dona Rosa, quando perguntei a ela como as crianças/adolescentes ficavam sabendo sobre as “coisas da vida”, especialmente em relação aos cuidados com o corpo e a saúde da mulher. E foi esta a resposta que recebi. Apesar do diálogo sobre os temas como: menstruação, gravidez e morte serem restritos no meio familiar, a lembrança da entrevistada demonstra que as trocas de informações ocorriam por meio das relações familiares, como no caso dela, por meio de umas das primas mais velhas. A partir deste trecho fica perceptível que as meninas mais velhas se tornavam referências para as mais novas, pois à medida que passavam por determinadas situações, compartilhavam as vivências com as demais. Era por meio desta relação que elas eram inseridas nos assuntos considerados proibidos e silenciadas pelos pais.

Desta forma, percebe-se que o silêncio era camuflado e rompido, diante dos encontros entre as próprias meninas/moças. Na sequência, Rosa acrescentou à lembrança informações

⁴² Dona Rosa ao se referir as primeiras descobertas sobre a vida ainda na infância.

de que esta prima era solteira na época e que “ela era 12 anos mais velha que eu”, então acredito que a moça tinha aproximadamente 20 anos de idade. Ainda sobre o assunto voltei a perguntar sobre os temas e respondeu:

Naquele tempo, quando **as mulheres ficavam grávidas era a vida ou a morte**. Porque hoje tem médico, então se der uma **hemorragia dá para estancar**. (...) Naquele tempo **elas colocavam uma roupa bem comprida** para esconder. (Grifo nosso)

Aqui percebe-se também a ênfase que ela dá a ausência da assistência médica no bairro, uma realidade comum ao contexto rural da região. Eram as parteiras que estavam incumbidas de “trazer as crianças”, como a mãe de Ana. Ao afirmar que “elas colocavam roupas bem compridas” não a questionei se esta prática dizia respeito às moças solteiras ou as mulheres já casadas, ou algum caso específico vivido dentro da família ou entre as amigas, ou ainda a respeito das mães. Porém, quando abordei este tema na entrevista com Joana, ela recordou-se de uma das primeiras lembranças que teve de ver a mãe com outro bebê. Conforme a entrevistada, as meninas e moças eram levadas para a casa de parentes próximos para passarem o dia fora e não presenciarem as cenas do parto e também as dores da mãe. Então ao retornarem para casa, encontravam a mãe com o bebê no colo:

Se a mãe menstruava a gente não sabia, se ficava grávida a gente não sabia! **Faziam um vestido franzidinho para não aparecer**. Não era falado na frente da gente nada. Naquele tempo era tudo escondido. (Grifo nosso)

Nessas duas recordações, as mulheres associam o uso de roupas específicas à gravidez. Isso pode ser indício que na prática, esta já era uma forma de compreender que a mãe ou outra mulher estava gestando um bebê. Outro aspecto mencionado por Joana é a associação que faz ao dia do nascimento da uma irmã com a chegada da parteira: “Quando vi aquela velha, a parteira, não gostei”. Então, estes fatores levam-me a crer que esses conhecimentos eram adquiridos de forma empírica também a partir das percepções de cada indivíduo, ou seja, à medida que a gravidez era percebida por meio de associações: o uso de roupa, o ato de chamar a parteira, seguido da necessidade de saírem de casa. Em outro momento, Luiza evoca fragmentos de memória de uma passagem que lhe marcou, o dia da morte de sua tia, irmã de seu pai quando tinha entre sete e oito anos:

Minha tia **trabalhou o dia todo debaixo do sol quente**. Como ela estava grávida minha mãe pediu para eu ir ajudar ela a lavar a roupa, colocar quarar e a estender no varal. Ela estava para ganhar já. Até que sentiu as dores e a parteira veio. Só pode entrar a **parteira e as mulheres**, que vieram **rezar o terço** junto com ela para **Nossa Senhora do Bom Parto**. Elas rezaram e depois foi aquele desespero, porque ela teve uma hemorragia, o bebê nasceu e tá vivo até hoje, mas ela morreu. Foi uma tristeza, porque era o primeiro filho dela e era a **filha mais nova** dos meus avós. (Grifo nosso)

Ao rememorar a morte da tia, a depoente emocionou-se, pois segundo ela foi um acontecimento que marcou a família de uma forma muito impactante. Além de ela ser a filha mais nova, essa tia morava junto com os pais já idosos, aos quais foi incumbida de cuidar deles até morrerem. Além disso, era o primeiro filho do casal, que havia selado o matrimônio há apenas um ano. Além da presença da parteira verifica-se outro aspecto cultural do bairro, a reza do terço e o pedido de intercessão à Nossa Senhora do Bom Parto, imagem ou quadro que geralmente ficava no quarto do casal como protetora das mulheres grávidas no momento do parto. Ainda conforme a depoente, no dia em que ocorreu a morte de sua tia, ela tentou se aproximar da casa para saber o que estava acontecendo, sabia que era com a tia e que possivelmente o bebê ia nascer. Porém, os homens aguardam na porta e não deixam ninguém entrar:

Eles disseram para **irmos brincar para longe**, mas a gente ouvia as mulheres rezando, **os gritos da minha tia e também o choro das outras pessoas. Nunca deixavam a gente brincar e naquele dia, mandavam a gente ir.** (Grifo nosso)

A partir das memórias das entrevistadas, verifica-se que apesar destas medidas de afastar as crianças de casa, elas concluíam o que estava acontecendo em virtude da própria vivência e do conhecimento que dispunham. Há indícios também que, o fato de dizerem que não sabiam, era uma forma de resguardar a elas o caráter moral da educação a qual foram submetidas culturalmente, de que ‘moças de família não sabem destas coisas’. O esconder mencionado pelas mulheres pode ser compreendido aqui como uma estratégia cultural, que suponho partir do entendimento de que: “quem não sabe, não faz”, “quem não sabe não sente curiosidade de fazer”. Aliada também às questões ligadas à religiosidade que também determinavam as relações sociais no bairro, especialmente pela presença dos padres e suas determinações, como apresenta Rosa em outra lembrança:

Tinha **um padre José**, muito bravo. É aquele que tem a estátua lá na Igreja de Major Gercino. (...). Ele não podia ver uma manga, aqui ó, **tinha que ser aqui**. Ele **era bravo**. A gente tinha que se confessar e naquele tempo era sempre às 3 horas da madrugada, e a primeira comunhão era às 11 horas do dia. Ninguém podia engolir um copo d’água, nada. Ainda coloquei fogo no véu, porque estava todo mundo com uma vela na mão. (Grifo nosso)

O padre ao qual ela se refere é o Monsenhor José Locks, que atuou também como sacerdote no município vizinho de Major Gercino, na Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, onde foi construída uma estátua de madeira em sua homenagem. Em São João Batista, o padre dá nome ao Hospital Municipal. Além de exercer a função de autoridade eclesiástica no perímetro de atuação, Monsenhor José Locks exercia sobre os moradores do bairro a autoridade sobre os princípios morais, que cobravam especificamente das moças o uso de roupas compridas,

como lembrou a entrevistada. A expressão “tinha que ser aqui”, foi uma tentativa de representar as medidas que eram exigidas por ele (mangas compridas). Essa observância atingiu outros níveis de submissão, que eram já determinados pelos pais no momento da escolha do modelo de roupa a ser produzido pela costureira do bairro, que também não se opunham a tais determinações, como é lembrado por Dona Luiza:

Aí ele (o pai) dizia assim: Pode escolher! (...) Aí elas (as costureiras) **faziam o modelinho que a gente queria**. Mas, **tinha que ser abaixo do joelho**, porque naquela época não podia mostrar o joelho. Isso era bom mesmo, porque **todo mundo fazia assim**. Porque **se fizesse menos!** Aí de quem pegasse na mão do namorado, **já era vagabunda**. (Grifo nosso).

Observa-se a partir dos itens grifados, que os preceitos morais ligados ao vestuário estão incutidos nos hábitos das famílias do bairro. A produção e a compra das roupas eram supervisionadas pelos pais, principalmente porque estas roupas eram utilizadas na maioria das vezes nos dias Santos, nas celebrações e nas festas do padroeiro da capela local. Além disso, a constatação da entrevistada “que todo mundo fazia assim”, demonstra que dificilmente esta imposição era contrariada. O ato de contrariar poderia comprometer não só a reputação de quem usaria a roupa, mas também de quem a produziu, geralmente ‘mulheres já casadas e mães de família’. Romper com este estigma causaria grandes danos à honra da moça, como enfatiza Luiza ao afirmar que eram consideradas “vagabundas” as mulheres que utilizavam vestidos acima do joelho. E que ainda, a reputação era posta em xeque conforme a demonstração de afeto, no simples ato de dar às mãos ao namorado.

Outra prática comum entre as famílias era a função atribuída à mãe de monitorar o período menstrual das filhas. Isso ocorria geralmente associado à função de lavar as roupas e também a de entregar lenços de malha ou tecido utilizados para conter o fluxo. O acompanhamento mensal de cada filha era uma forma de controlar, de demonstrar também autoridade e uma tentativa de garantir que as moças não teriam relações sexuais antes do casamento, e de não se tornar uma mãe solteira. Foi assim, que Dona Luiza teve que contar à mãe sobre a sua primeira gravidez:

Já fazia uns dois meses que eu estava grávida. Aí um dia a minha mãe chegou e perguntou: **tu não ficas mais menstruada? Tu não tens roupa para lavar**. Ela entrou em casa e voltou perto de mim e disse assim: **Conta a verdade para mim?** **Aí eu disse: que sim**. Mas, o primeiro filho, a gente nem sabia, e pensava onde é que vai vir esse filho? (Grifo nosso)

A recordação sobre o dia em que sua mãe descobriu a gravidez demonstra como as relações familiares eram estabelecidas e como o controle sobre o corpo da mulher também estava condicionado à vigilância nas mais simples situações cotidianas. Neste período a

entrevistada tinha 18 anos e namorava há nove meses com o moço que se tornou, posteriormente, seu esposo. No decorrer destes fragmentos de memória, verifica-se que a vigilância ocorria sobre as meninas, moças e mulheres e que aos homens lhes eram garantidas a liberdade de proceder como desejavam. Entre os momentos de diversão vividos pelos moradores do bairro Colônia Nova Itália estavam as festas nas casas dos familiares, que contavam com música, geralmente gaitas (acordeões). Os vizinhos e familiares eram convidados e, assim, também era uma oportunidade dos jovens se conhecerem.

Já ao questionar Joana sobre esses momentos, a entrevistada referiu-se às “domingueiras”, que ocorriam em um local específico, um tipo de salão onde havia música e dança próximo de sua casa, onde as moças e os moços se encontravam e também namoravam. Entre suas lembranças está a canção “Nós queremos uma valsa”, do músico Carlos Galhardo, canção gravada em 1941, que costumavam cantar e dançar nas domingueiras:

Antigamente, uma valsa de roda,
Era de fato, o requinte da moda,
Já não se dança uma valsa, hoje em dia,
Com o mesmo gosto e com tanta alegria!...

Mas se a valsa morrer,
Que saudade, que a gente vai ter,
Mas... se a valsa morrer,
Que saudade, que a gente vai ter!
Nós queremos uma valsa,
Uma valsa, para dançar,
Uma valsa, que fale de amores,
Como aquela, dos patinadores...

Vem, meu amor,
Vem, meu amor,
Num passinho de valsa,
Que vem e que vai,
Mamãe, quer dançar com papai!... (Grifo nosso)

Os trechos grifados são os que foram cantados pela entrevistada, que fez questão de parar a conversar para se lembrar como era a música. Em poucos instantes ela começou a cantar, e depois disse: era mais ou menos assim, mas depois você pode procurar na internet que deve ter tudo lá! Assim eu fiz! (risos). Em relação as domingueiras, as entrevistadas Rosa e Ana não se aprofundaram, porém, Dona Ana comenta que “naquela época se namorava pouco tempo e já casava”. Em outro momento, recordou-se que os jovens da sua época geralmente iam às danças, que ocorria no horário das 14h às 16h, sempre aos domingos. Outra prática comum era as festas de aniversário que celebram na casa dos amigos:

A gente fazia **surpresa**, cada um levava uma coisa: um levava o **bole**, outro um **pão**, outro uma **rosca** e para beber um **licor** ou **concertada** (feita de café, cravo e cachaça). Tudo era feito em casa. (Grifo nosso)

Ao referir ao seu casamento, disse que ocorreu a celebração religiosa e uma pequena festa para os familiares:

Casei no sábado, quando foi na **segunda-feira às 5 horas da manhã** já fui tirar **lenha no mato no machado**. Cinco anos eu e meu marido fizemos isso. (Grifo nosso)

O casamento marcava um novo momento da vida especialmente da mulher que passava a assumir as responsabilidades que aprendeu na casa dos pais: cozinhar, lavar, passar, limpar acrescida agora, de ter que se dedicar ao trabalho para o sustento da família junto com o marido, acrescido do dever de gerar filhos e educa-los. No caso de Dona Ana, percebe-se também que com o casamento uma nova atividade passou a ser desenvolvida, passou a ir com o esposo “tirar madeira no mato” para ser comercializada para uma madeireira do bairro:

Andava **no meio do mato descalço, sem bota, sem nada**. As **cobras passavam debaixo dos paus**, mas nunca nos mordeu nenhuma, porque **Deus cuidava!** (mostrou-me o crucifixo de metal do peito). (Grifo nosso)

Em seguida, ao recordar das condições do trabalho, suas lembranças também remetem aos riscos de exercer a função entre as montanhas em meio à floresta nativa, de Mata Atlântica, entre eles a presença de cobras. Confesso que esta passagem também me tocou profundamente ao perceber que o machado se tornou um instrumento de trabalho dela, sendo uma jovem recém-casada, aos 28 anos de idade. Enquanto ouvi suas lembranças, tentei imaginar como teria sido esta experiência e como eu me comportaria caso estivesse no lugar dela.

Associadas as primeiras lembranças do casamento, Joana rememora a casa de madeira construída ao lado dos sogros, onde o casal passou a produzir cana-de-açúcar junto com o sogro, que fornecia cana para a Usati e também como produziam alimentos para o próprio consumo, como: feijão, arroz, milho, mandioca e algodão. A decisão de permanecer na roça e trabalhando com o sogro ocorreu porque o esposo dela era o único homem da família, era somente ele e a irmã mais nova, aqui neste caso, Dona Rosa. Desse modo, havia terras suficientes para garantir o sustento dos pais, da irmã (solteira) e do novo casal. De acordo com Gramkow (1983, p. 64), morar próximo a casa dos pais do marido e trabalhar em suas terras era uma prática comum na região:

(...) Os filhos casados com suas famílias, podem, eventualmente, trabalhar em lavouras do pai, e assim acontecendo, seu trabalho será remunerado em dinheiro ou em produto, sendo computadas as horas de serviço e as necessidades de cada unidade familiar.

Dos aspectos abordados até aqui, utilizei a comparação entre as memórias das entrevistadas com intuito de apresentar um mosaico dos principais temas que conduziram o roteiro comum de perguntas a todas as entrevistas, porém, que ao longo de nossas conversas foram direcionadas as temáticas e as trajetórias de vida de cada mulher. Desta forma, este capítulo teve o intuito de aprofundar as vivências no bairro e as experiências de cada uma delas, que ora se assemelham e compartilham memórias coletivas, ora recordam de situações isoladas. Nesse sentido, voltando ao questionamento inicial deste capítulo, em que se assemelhavam? Em que se distinguiam? Considero o trabalho e esforço físico empreendido pelas mulheres como o principal fator que as aproximava dos homens de sua época, que inclui os espaços da roça e da casa. A elas cabiam apenas uma condição, a de realizar os afazeres, que eram redobrados após o casamento diante das demais responsabilidades enfrentadas individualmente.

O acesso à escola era o mesmo para ambos, a partir das entrevistas não foi possível constatar quem tinha mais oportunidades. Já o período da adolescência é marcado pela constante autoridade da família que assume a função de controlar as ações das moças, especialmente o modo de se vestir, comportar e namorar. Era como uma organização social que honrava com a reputação das moças e de toda a família para que elas não ficassem ‘mal faladas’. Destaque aqui para as normas estabelecidas pela Igreja Católica, e cobradas pelos sacerdotes que atuavam no local.

2.2 SER MULHER: AS LINHAS INFORMAIS DA EXPERIÊNCIA

O vai e vem das cadeiras de balanço possibilitou-me a analisar as memórias evocadas pelas depoentes a partir de movimentos que indicaram padrões comportamentais vivenciados no bairro Colônia Nova Itália, que se perpetuaram nas três gerações investigadas. Essa consideração leva em conta as idades das entrevistadas, pois Joana representa a geração do fim da década de 1920, com 91 anos, Ana e Rosa nasceram na década de 1930, com 81 e 87 anos, respectivamente, enquanto Luiza com 71 anos nasceu no fim da década de 1940. Ao considerar estes dados juntamente com as lembranças rememoradas pelas mulheres, observam-se os papéis informais que elas desempenhavam na sociedade de suas épocas, assim como Maria Odila Leite da Silva Dias, evidenciou em *Quotidiano e Poder em São Paulo no*

século XIX (1995). Estes papéis, no contexto rural do bairro Colônia Nova Itália, representam na prática uma linha do tempo que delimitava as etapas da vida de uma mulher e atribuía a elas o cumprimento de funções predestinadas desde o nascimento até a vida adulta.

Apesar de esta delimitação ser evidente nas memórias evocadas pelas entrevistadas, elas estão incorporadas ao universo do que é para as entrevistadas comum ou algo que não interessa e ainda uma experiência sem valor para o outro, resultado da escrita de uma história ligada, geralmente a um olhar masculino sobre o bairro e da cidade. É diante desta percepção sobre o que é informal, que surge uma chave para abrir o cadeado da História das Mulheres do bairro. A essência das exigências de ser uma mulher no período em que as entrevistadas viveram está justamente no que é invisível, na experiência do que já foi vivido, em meio às regras conduzidas pelas palavras, pela oralidade e fixadas no íntimo de quem às recebia.

Ao revisitar as entrevistas, elenquei etapas que representam características e atribuições vividas pelas mulheres com idades próximas das depoentes:

Nascimento até os 10 anos

As gestantes trabalhavam até os últimos momentos da gravidez, com a execução dos serviços domésticos e na lavoura, inclusive com as atividades que exigiam esforço físico. O nascimento ocorria com auxílio das parteiras, acompanhados pela presença da sogra ou da mãe. Na sequência do período puerpério, após os 45 dias considerado de ‘resguardo’ a mulher já retornava as funções. Quando a família era constituída com a presença da avó, era ela que assumia a função de cuidar dos bebês e das crianças menores de sete anos, para que a nora continuasse a trabalhar na roça com o filho. Essa avó geralmente era a paterna, que morava ao lado da residência da família ou já morava com o filho e a nora, por ser mais idosa e/ou viúva. Isso ocorria, pois a função de acolher os pais idosos era atribuída, na maioria das vezes, ao filho mais novo ou ao que tinha mais proximidade afetiva com os pais ou por morar mais próximo.

Em virtude desta hierarquia geracional, a avó cuidava do bebê após o ‘resguardo’ da mulher, que na sequência seguia para o trabalho, conciliando os afazeres domésticos com os da lavoura. No caso das famílias, em que a presença da avó não ocorria, os primeiros bebês eram levados para roça junto com os pais, com pausa para o café e a amamentação. Quando isso ocorria, a criança era colocada em um cesto ou balaião feitos de cipó com cobertores para acomodar melhor o bebê. Conforme rememora dona Ana, em uma passagem sobre o período em que suas filhas eram crianças, a amamentação ocorria na roça.

Entre os cuidados, estava a preocupação de a amamentação não ocorrer “*em dias de sol forte*”, pois “*esquentava o leite*”, esta condição favorecia que o leite azedasse e poderia causar riscos à saúde da criança. Os espaços destinados à plantação no bairro eram, em sua maioria, vargens – planícies que normalmente não continham vegetações próximas e não dispunham de locais com sombra. Nesses dias, especialmente no verão, as mulheres iam até a casa de a família amamentar o bebê, ou ainda levavam a mamadeira e fazia mingau de farinha de mandioca com leite.

Infância entre os 10 a 12 anos

À medida que as crianças iam crescendo, 10 a 12 as meninas passam a ser inseridas nas atividades cotidianas com mais responsabilidade, como por exemplo, ir até a roça levar o café e o lanche para os familiares que estavam trabalhando, cabia a ela aprender a buscar água, alimentar as aves e demais atividades que já acompanhavam diariamente antes desta idade. A partir desse momento, elas também passavam a cuidar dos irmãos mais novos, enquanto o pai e a mãe trabalhavam na roça. Nesse período em que ficavam em casa, também já cozinhavam e eram incumbidas de levar algumas refeições aos familiares que estavam trabalhando. Como também menciona Ana neste fragmento, ao se recordar das funções realizadas pelas filhas:

Elas eram pequenas, **mas tinham que levar comida para nós**. A maior levava a pequena junto. Um dia ela (a maior) caiu em cima de um pau e derramou todo o café. E tinha que levar coitada né! A gente estava forneando farinha, tinha que ficar lá e precisava comer também. (Grifo nosso)

Nessa etapa da vida, as meninas e também os meninos do bairro Colônia Nova Itália também frequentavam a catequese e realizavam a 1ª Eucaristia, além frequentar sempre aos domingos as celebrações na capela de São José, padroeiro do bairro.

Adolescência

Nesse momento, as meninas passam a ser cobradas pelos pais com mais rigor, especialmente por serem consideradas moças, em alguns casos (definição utilizada a partir da primeira menstruação). É neste período que os pais passam a controlar com mais ênfase o cumprimento das roupas, as conversas com os meninos, e a carga de trabalho passa a ser maior. Além disso, os afazeres domésticos precisavam ser realizados com excelência, pois o dia-a-dia é como se fosse um estágio de preparação para que a adolescente esteja apta para ser no futuro, uma boa dona de casa, esposa e mãe. Aqui, a força do trabalho das adolescentes

também passa a ser mais importante e representativa dentro de suas famílias, principalmente por já terem mais resistência para executarem as funções que exigem força física.

Há casos, de meninas com idades entre 12 e 15 anos que assumiram a função da mãe frente à família, diante dos casos de morte da matriarca, causada na maioria das vezes, por complicações advindas da gestação ou do parto, além de doenças, acidentes entre outras causas. Esse rigor para que as jovens aprendessem os afazeres, era como se fosse também uma garantia para que a família sobrevivesse. Afinal os homens estavam incumbidos de prover o sustento de seus descendentes por meio do trabalho e de ‘por comida na mesa’ assim como atender as necessidades que apareciam. Porém, a dinâmica da rotina familiar como um todo era responsabilidade da mulher.

Vida adulta a partir dos 18 anos

A partir dos 18 anos a jovem era considerada adulta, porém, continuava sob a responsabilidade do pai. Ao analisar as entrevistas observa-se que há casos em que as jovens saiam de casa para trabalhar fora entre os 16 a 17 anos como uma forma de ter acesso ao dinheiro, ao consumo e também a independência longe dos olhares dos pais. Nessa etapa, as moças já recebem a permissão para namorarem e frequentar as festas das capelas próximas ou ainda participar de domingueiras, acompanhadas geralmente dos irmãos mais velhos e até mesmo dos pais. Diante desta nova dinâmica, novas regras são impostas entre elas, a proibição de namoros com jovens considerados de ‘má família’, ‘má índole’, ‘pobre’, entre outros. O consentimento primordial para o relacionamento perpassava a autorização do pai, que aprovava ou não o namoro. Os encontros deveriam ocorrer geralmente aos domingos à tarde, na sala da casa da família da moça, sob o olhar de algum familiar. O período do namoro ocorria em média de 1 a 2 anos e logo o casamento era marcado na Igreja.

Após o casamento o casal passava a morar próximo da família do esposo, que recebia uma parte do terreno para trabalhar ou ainda trabalhava de meia com os pais. A gravidez após o casamento era esperada e quase uma obrigação às mulheres. A gestação representava também a saúde da mulher, a fertilidade e também a perpetuação das gerações futuras. Desta forma, a vida adulta é na prática a sequência dos aprendizados da infância que perpassaram por diversas etapas de formação. A mulher passa ser a principal integrante da família, capaz de ter a dimensão de todas as etapas da administração da propriedade, com conhecimentos ligados ao saber fazer que vai desde preparo dos alimentos, inclusive com técnicas de abate de animais como aves e porcos, produção de chás e remédios provenientes da natureza, cultivo da terra e dos alimentos de subsistência, produção de roupas, sabão para lavar roupas e tomar

banho, entre outros. Por meio desta linha de experiências, fica mais nítido compreender o contexto em que as entrevistadas viveram e perceber as direções que seguiram. Nesse sentido, a partir do próximo capítulo serão apresentadas as trajetórias de vida das mulheres, a partir das seguintes perspectivas:

- **Joana:** suas lembranças são marcadas por detalhes minuciosos desde a infância até a vida adulta. Sua memória reviveu canções que estiveram ligadas ao trabalho e ao lazer. Demonstrou ao longo das entrevistas que foi uma mulher que buscou sempre aprender e estava disposta a me contar sobre como buscou por isso.

- **Rosa:** refere-se as funções executadas junto aos pais e ao modo como a decisão de ficar solteira impactou na administração da propriedade que herdou, o cuidado com os pais idosos e o envolvimento que teve ao ajudar a criar os sobrinhos e também os sobrinhos netos.

- **Ana:** recorda-se da rotina do trabalho junto com o marido quando cortavam madeira, na produção de mandioca, fumo, a criação das filhas e o modo como seguir os passos da mãe como benzedeira marcou suas vivências.

- **Luiza:** rememora os confrontos vividos dentro do contexto familiar a partir da percepção do trabalho em família e da busca pela liberdade de poder namorar o moço que desejava e com o qual casou-se depois.

CAPÍTULO 3 - UM BALANÇO NÃO LINEAR E SELETIVO

“[...] a vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e um relato dessa história”. (Pierre Bourdieu, As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário)

Os esforços empreendidos para lembrar ou esquecer, aliados aos movimentos que as deslocam para frente e para trás em suas cadeiras, antecederam um caminho. Este por sua vez, contempla encruzilhadas e suas emboscadas, que também pode ser compreendido como uma caminhada, esta conforme Bourdieu (2005, p. 404) que se faz e que está por fazer, uma corrida, um *cursus*, uma viagem, um percurso, ou seja, que se caracteriza por um balançar não linear. Assim, na concepção do autor, torna-se necessário aprofundar a análise, ir a busca de recursos empíricos e teóricos que contribuíam para entender as relações pelas quais estão envolvidos os sujeitos, especialmente o contexto em que eles viveram/vivem. Para ele, a *história de vida* se baseia na “sucessão longitudinal de eventos constitutivos da vida, considerados como história em relação ao espaço social em que ocorre” (BOURDIEU, 1986, p. 71).

Neste sentido, o estudioso faz uma crítica a concepção da história de vida de uma forma linear e unidirecional, que geralmente é apresentada e se “comporta” em um começo (‘uma estreia na vida’), etapas e um fim. No duplo sentido do termo e de objetivo (‘ele fará seu caminho’ significa: será bem-sucedido na vida), um fim da história (BOURDIEU, 2005, p. 404). No entanto, ele sugere que os estudos sejam realizados a partir deste *cursus*, pelo qual o indivíduo está inserido. Entende-se a “noção de trajetória como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço em devir e sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 1986, p. 71).

Sendo assim, as reflexões de Pierre Bourdieu demonstram o desafio do historiador diante de pesquisas que envolvam história de vida e dos estudos auto e biográficos, como os que compreendem a narrativa dessa dissertação, que perpassou por etapas de elaboração, como o encontro com as mulheres entrevistadas, pesquisas sobre o bairro, o município, os hábitos locais, documentos históricos e leituras que possibilitaram uma reflexão acerca dos sujeitos e objetos envolvidos neste recorte temporal.

Diante deste suporte teórico, enfatiza-se o entendimento de que os fragmentos de memórias evocados pelas mulheres compõem um mosaico de lembranças oriundas das diversas *emboscadas*, *encruzilhadas* e *transformações* das quais enfatizou Bourdieu em seus escritos. Apesar das críticas e dos alertas destacados pelo autor ao referir à “ilusão

biográfica”, optou-se por compreendê-los como uma recomendação, que se configura na escrita deste trabalho em reconhecer e informar ao leitor que a utilização de fontes orais produzidas a partir de entrevistas no estilo história de vida. Apresentam-se como construções narrativas, que partiram de seleções conscientes do que foi lembrado, do que foi esquecido, do que foi enfatizado e como foram evidenciados pelas entrevistadas. Ou seja, são conduzidas pela decisão que as mulheres tiveram ao expor o que viveram e, pensar a respeito das experiências contadas com foco no problema da pesquisa, que é o cerne dessa dissertação. Essa noção, remete principalmente à questão do movimento das memórias, do balanço que conduz o ato de rememorar, a partir do que nos indica Portelli (2011) ao considerar a entrevista oral como um esforço pessoal de composição que se torna uma performance diante do entrevistador.

Além disso, cabe ressaltar também a seleção consciente que os rumos da escrita do trabalho seguiram a partir das escolhas estilísticas do texto e dos elementos que o compõem com apresentação das memórias pessoais de quatro mulheres, que refletem também na apresentação das memórias coletivas. Fatos históricos mencionados por elas, e o *Renascimento do Acontecimento* que dá início as motivações para a pesquisa sobre o bairro Colônia Nova Itália até chegar à História das Mulheres. Para isso, também se entende que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”, (BENJAMIN, 1994, p. 224). Em relação ao outro desafio, o da escrita destas histórias de vida, encontra-se inspiração na forma como Natalia Ginzburg construiu sua narrativa em **Léxico Familiar** (1989) como o seio familiar está imbricado nos fragmentos de memórias evocados pelas entrevistadas.

Apesar de a obra ser um romance, a leitura Ginzburg (1999) dá fôlego ao exercício de uma escrita sensível e crítica, uma demonstração de que não é preciso desaparecer totalmente do texto enquanto narrador frente a participação na construção da narrativa. Outro aspecto, observados pela escritora são os elementos que compõem sua escrita: memórias pessoais, coletivas e que se configuram na apresentação de fatos históricos ligados a sua família, de sobrenome Levi, com origem judaica e socialista, que viveu perseguições, torturas e até perda de familiares, mortos pelo fascismo entre os anos de 1930 a 1950, que compreendem também memórias ligadas à Segunda Guerra Mundial. Outra característica é o modo como recorreu às lembranças e as experiências vivenciadas junto aos membros da família. Em especial, a aproximação entre o modo que as mulheres eram compreendidas dentro da família.

Voltando às aproximações das entrevistas realizadas para esta dissertação ao gênero biográfico, ressalta-se também o cuidado ligado aos aspectos éticos que envolvem esta pesquisa, que partem do respeito para com as depoentes, tanto do ponto de vista pessoal como profissional, pois em minha concepção estão indissociáveis. A meu ver, o primeiro apresentará resultados na conduta do segundo, enquanto um indivíduo social, e é por isso que comprehendo que jornalistas e historiadores têm o mesmo compromisso ético e moral para com o biografado, apesar de que os métodos de pesquisa e suas atuações sejam concebidos de formas diferentes. Em cada uma das áreas reside a necessidade de se desenvolver trabalhos baseados na honestidade, com foco no método escolhido e de acordo com o problema de pesquisa em estudo. Essa reflexão parte da leitura do artigo *Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética*, escrito pelo historiador Benito Bisso Schimidt, que aborda as relações e tensões entre ética e narrativa biográfica no campo do conhecimento histórico a partir de suas pesquisas direcionadas a investigarmos percursos individuais, e a construir biografias históricas.⁴³

Além disso, diz respeito a minha formação acadêmica inicial na área do jornalismo, a qual conta com código de ética próprio relacionado às questões deontológicas. Para o historiador, a principal diferença entre a atuação dos dois profissionais consiste que, no caso do historiador, “o que guia os passos da investigação e estabelece o que deve ou não ser narrado são problemas de pesquisa com relevância histórica, que podem ser respondidos pelos métodos dessa disciplina” (SCHIMIDT, 2014, p. 144). Esta é, segundo o autor, o que diferencia jornalistas de historiadores. Diante desta temática, Schimidt (2014, p. 139) reforça o objetivo central das pesquisas históricas, aqui atribuídas especialmente aos historiadores do tempo presente, vejamos:

(...) Os historiadores realizam suas pesquisas não com o intuito de desvendar segredos, mas sim de explicar historicamente os percursos de seus biografados, de pensá-los a partir de seus projetos e campos de possibilidade. Eles também têm consciência de que as explicações históricas, embora assentadas na rigorosa pesquisa das evidências do passado, são provisórias e contextuais, e que, portanto, não se pode falar em biografias “verdadeiras” ou “definitivas”.

A metáfora de olhar pela fechadura apresentada pelo Benito Bisso Schimidt proporciona profundas reflexões acerca do que se faz, como fazer e do que os historiadores fazem com o encontro e com a busca por informações sobre a vida de uma pessoa escolhida para ser sujeito de estudo de uma pesquisa. Contudo, a linha tênue que se apresenta pelas

⁴³ SCHIMIDT. Benito Bisso. **Revista História**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 124-144, jan./jun. 2014.

questões comportamentais e éticas do historiador, do ponto de vista da biografia histórica, contribui para que haja a compreensão.

(...) funcionamento de determinados mecanismos sociais e sistemas normativos, a pluralidade existente em grupos e instituições vistas normalmente como homogêneas, a construção discursiva e não-discursiva dos instituições vistas normalmente como homogêneas, a construção discursiva e não-discursiva dos indivíduos, as margens de liberdade disponíveis às pessoas em diferentes épocas históricas, entre outras questões. (SCHIMIDT, 2014, p. 141).

A partir deste momento, diferentemente do que foi apresentado nos capítulos anteriores, buscaram-se expor as memórias evocadas pelas depoentes de forma individual por meio dos aspectos que foram mais evidenciados por elas nas entrevistas, com a experiência de olhar pela fechadura e observar sobre quais experiências foram lembradas pelas mulheres a partir da questão central da pesquisa: o que fizeram enquanto mulheres? Como lhes era permitido fazer? É preciso ressaltar que as depoentes viveram em um contexto cultural/social marcado pelas hierarquias familiares e pela influência da Igreja Católica, além da predominância dos deveres do trabalho no campo e doméstico, onde havia normas a serem seguidas⁴⁴. Ao acompanhar as narrativas seguintes, haverá a presença de temas já abordados anteriormente, fragmentos de memórias que foram relembrados várias vezes durante os encontros e, por isso, aparecem novamente com mais problematizações. Optei por apresentá-los aqui, pois foram desde modos evocados pelas mulheres, dentro de uma perspectiva do olhar para as suas experiências individuais. A sequência escolhida para isto foi a mesma do itinerário das entrevistas: Joana, Luiza, Rosa e Ana.

Joana: a busca pelo lugar próprio

Eu trabalhei muito na roça, mas eu só procurei sair da roça. Eu tinha essa vontade porque a roça era só pobreza, não dava nada. (Joana)

Eu estava inquieta e com diversas dúvidas que me impediam de prosseguir. Nem mesmo as anotações no bloquinho, a transcrição da entrevista e a escrita da trajetória de vida da entrevistada convenceram-me que aquelas informações bastariam. Já com os escritos em mãos, decidi visitar Joana novamente e sentada à sua frente, passei a reler o arquivo, e à medida que eu lia, fazíamos breves pausas para que eu pudesse compreender melhor os

⁴⁴ Ao analisar as trajetórias vida das entrevistadas parto do princípio apresentado por Pinsky (2009: p. 163) de que “a categoria de gênero, entretanto, ajuda a pensar nessas questões, escapar ao reducionismo, levar em conta as transformações históricas e incorporar, na pesquisa e na análise, seus entrecruzamentos com etnia, raça, classe, grupo etário, nação, entre outras variáveis”.

detalhes.⁴⁵ Ela ouvia de forma atenta como se em questão de segundos se desconectasse ‘deste tempo’ e refizesse o ‘caminho de volta’ por meio da narrativa. Até que a perguntei: Mas, porque a senhora buscou tanto fazer outras coisas do que trabalhar na roça? E ela me respondeu: “Porque a roça era só pobreza”!

Ao falar de ‘tempo de pobreza’, a depoente recordou-se que nasceu com a ajuda da parteira⁴⁶ do bairro, Carmelita Borge (in memoriam), aos 21 dias do mês de dezembro do ano 1928, na localidade Negra Chica, em Major Gercino⁴⁷, na época ainda território pertencente a Tijucas. Filha primogênita, a família morava cerca de oito quilômetros distante do bairro Colônia Nova Itália, em São João Batista, local para onde se mudaram 14 anos mais tarde. Além dela, ainda neste bairro, seus pais tiveram mais duas filhas: Laura (após dois anos e sete meses), e na sequência Maria, que viveu apenas 11 meses.⁴⁸ O sustento da família provinha do trabalho na roça com o plantio de cana e mandioca (geralmente os produtos destinados à comercialização) e itens para a subsistência como feijão, arroz, milho, café e corte de madeira. Como era a filha mais velha ela acompanhava o pai no trabalho (detalhes mencionados no capítulo I), e que também é lembrado durante o segundo encontro:

Eu queria que **fosse hoje**, para ter uma pessoa filmando e **vendo o que eu fazia em cima daquelas serras: botava lenha para baixo, carpia, arrancava feijão, amarrava cana**. Às vezes, eu estou na cama, lembro e penso, ah se fosse hoje! (Grifo nosso)

As atividades mencionadas pela entrevistada vão ao encontro novamente da constatação (Capítulo 2) de que as meninas desempenham funções “pesadas”, assim como, os meninos e homens adultos. Outro aspecto é a relação que ela faz com o “tempo de hoje” e a utilização da tecnologia para o registro e a legitimação dessas ações. A partir deste trecho percebe-se a ênfase que ela dá ao termo “vendo o que eu fazia em cima daquelas serras”, uma menção também às condições de trabalho e as dificuldades relacionadas ao relevo do terreno em que a família trabalhava, que limitava a produtividade e as condições de cultivo, um sinônimo de coragem e de garra ao olhar para suas lembranças. O termo “o que eu fazia”

⁴⁵ Lembro aqui do que Portelli (2011, p. 12) escreveu ao se referir a História Oral como gênero narrativo: “Haverá graduais tentativas e correções após o fato, quer por empenho pela exatidão, quer por eficiência programática, repetições incrementadas por conta do acabamento e precisão ou de efeito dramático”.

⁴⁶ De acordo com Monticelli (1997), assistência à mulher durante o parto foi realizado durante muito tempo por outras mulheres chamadas de parteiras ou assistentes de parto. Estas podiam ser amigas, mães, vizinhas ou pessoas escolhidas nas comunidades, consideradas capazes de colaborar com a futura mãe em alguma tarefa relacionada ao parto.

⁴⁷ Conforme o histórico do município de Major Gercino presente na Biblioteca online do IBGE “(...) Primeiramente Major pertenceu a Tijucas e depois a São João Batista, obtendo emancipação política em 1961. Em 12 de fevereiro de 1921 tornou-se distrito de Tijucas, com território desmembrado de Boa Vista (atual bairro de Tigipió, em São João Batista). Disponível em: <www.biblioteca.ibge.gov.br> acesso em 13. ago. 2018.

⁴⁸ Nomes fictícios conforme orientações do Comitê de Ética. Além disso, as causas das mortes foram apresentadas em fragmentos de memórias no capítulo anterior.

também se torna uma questão inicial para interpretar a busca pela sua autonomia, que se consistiu de estratégias, consideras o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que o sujeito querer e poder (CERTEAU, 2012, p. 93). Este querer aparece em lembranças desde a infância, quando desejou aprender “coisas novas” e pediu à mãe que a deixasse aprender a fazer renda de bilro e tricô:

Desde novinha eu queria aprender coisas novas. Já deveria ser uma ideia que veio comigo. Eu tinha uma prima minha que todo sábado **me ensinava a fazer renda de bilro**, ia a pé até na casa dela, lá perto da **Igreja do Salto**. Depois também aprendi **fazer tricô quando saí da escola**, aprendi a fazer **blusa, sapatinho e toquinha**. (Grifo nosso)

Ao contar-me sobre essa memória, Joana evidencia o ato de aprender como ter sido uma característica própria desde “novinha”, ao que tudo indica refere-se ao período antes dos 12 anos, quando ainda morava em Major Gercino e também ao período que saiu da escola (tema apresentado anteriormente no capítulo 2). O saber fazer tornava-se também um fator de diferenciação entre as demais meninas, afinal era na infância que o processo de aprendizagem sobre a vida adulta iniciava. Então saber fazer roupinhas para bebês, por exemplo, já indicava estar circunscrita na condição de ser mãe que a menina estava submetida (DE MATOS; SOIHET, 2003).

Ainda em relação ao trabalho na roça, a entrevistada refere-se ao ano de 1942, e ao inverno que “queimou até a soca da cana”, principal fonte de renda da família. Em virtude da geada, e também para morarem mais próximos dos parentes (tios de Joana), a família mudou-se para o bairro Colônia. A mudança ocorreu a bordo do caminhão de um amigo da família, acompanhado por um tio paterno. O recomeço da família ocorreu em uma nova casa, próxima às margens do Rio Tijucas, no lado esquerdo mais precisamente, sentido São João Batista/ Major Gercino, onde a atividade agrícola continuou garantindo o alimento que chegava à mesa deles. Já no novo bairro, os pais de Joana tiveram outros dois filhos, Cecília que morreu com um ano e um mês e depois José, o caçula.⁴⁹ Nesta época, Joana já tinha 14 anos e junto com o pai e a mãe, representava a força do trabalho da família, pois a irmã nova não tinha tanta resistência física, além de ser mais nova e o irmão ainda era uma criança. Depois de dois anos vivendo no novo bairro, a adolescente quis aprender um novo ofício, ou seja, uma nova tática empreendida pela entrevistada que segundo Certeau (1992, p. 94) “(...) postula um lugar suscetível de ser circunscrito com algo próprio e ser base de onde podem gerir relações com uma exterioridade de alvos”:

⁴⁹ Nomes fictícios utilizados conforme orientações do Comitê de Ética.

(...) **Eu inventei de aprender a costurar.** Uma mulher que morava no Fernandes foi ensinar cinco moças lá na igreja do Salto. Lá tinha a casa da minha prima e aí fomos todas para aprender a costurar. (Grifo nosso)

Com as aulas de corte e costura, ela viu uma possibilidade de ganhar dinheiro e ainda deixar o trabalho na roça. Então pediu para usar a máquina de costura de sua mãe (daquelas tocadas à mão e no pedal), para costurar para fora, era o desejo e a alternativa de muitas delas, pois poderiam receber recursos financeiros, reduzir o tempo de obrigação na roça, além de terem uma profissão (TEDESCO, 2014, p. 335). Porém, além de costurar, a adolescente já com 17 anos, continuava a dividir sua jornada de trabalho com a lavoura e os afazeres domésticos. O que lhe causava grande insatisfação, pois ela queria dedicar-se apenas a costura. A jovem via a família trabalhar de sol a sol, e mesmo assim, o retorno financeiro não chegava. Foi quando em 1947 tentou mais uma vez:

(...) Um dia eu cheguei para o meu pai e disse: Pai isso aí não dá, não dá para nós viver com isso (**seria o trabalho na roça**). Eu vou embora, embora para Brusque trabalhar na fábrica (...) (Grifo nosso)

A iniciativa de chamar o pai para conversar sobre os problemas que a família enfrentava foi utilizada para mostrar as possibilidades que ela tinha de poder mudar a trajetória que estava em curso, e ao mesmo tempo, ter uma nova profissão. Para que o pai aceitasse a proposta, comprometeu-se que enviaria à família um valor para contribuir com as despesas da casa. A motivação para Joana sair do campo e ir para a cidade⁵⁰ foi provocada pelo processo de desruralização vivenciado pelas famílias dos Vales do Rio Itajaí Mirim e Tijucas, que atingiu a economia regional desde o início do século XX, determinada por fatores como “o enfraquecimento da atividade agrícola, agravado pelo esgotamento dos solos e escassez de novas áreas para expansão agrícola” (BELTRAME, 1991, apud LAGO, 1960, p.96). Além destes itens, a família dela sofria com outro problema: a falta de mão-de-obra para cultivar as terras, pois eram apenas, o pai, mãe, ela, uma irmã e um irmão. Diante destas circunstâncias, conforme descreve Beltrame (1991) neste período, a indústria passou a atrair os colonos, especialmente os artesãos, que na esperança de trabalharem por um salário, fizeram da indústria sua fonte de renda principal.⁵¹

Ela saiu da casa dos pais no bairro Colônia Nova Itália, em São João Batista, e mudou-se para Brusque, cidade vizinha, situada cerca de 40 quilômetros, e passou a trabalhar na

⁵⁰ (...) O campo, ao mesmo tempo tem a realidade prática e a representação, vai trazer as imagens da natureza, do ser, do original. A cidade vai trazer as imagens do esforço, da vontade, da subjetividade, da reflexão, sem que essas representações se alastrem de atividades reais. Desses imagens confrontadas irão nascer grandes simbolismos. LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991, p. 37.

⁵¹ BELTRAME, Angela de Veiga. A colonização do Vale do Itajaí Mirim e os reflexos na degradação de seus recursos naturais renováveis. **Revista GEOSUL| UFSC**, n. 9 11 - Ano VI - 1 semestre de 1991, p.97.

primeira empresa têxtil daquela cidade, fundada em 1892, a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux⁵². A ida para Brusque em 1947 apresentou uma nova realidade para a jovem, que só conhecia o município de passagens das poucas vezes que foi com os pais visitar um dos tios que morava em Gaspar/SC. Ao ingressar na fábrica ela passou a ter carteira de trabalho assinada, documento regulamentado pelo Decreto nº 22.035, de 29 de outubro de 1932, pelo então presidente da República, Getúlio Vargas⁵³, que especificavam o salário mensal, além de outros direitos trabalhistas, amparados na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, criada em 1943, que segundo o historiador John French (2001) ter uma carteira assinada representava a regularização da vida profissional do indivíduo e no caso de Joana, também uma nova realidade: a concretização de desempenhar uma profissão.

Entre os aspectos destacados acima, o considerado mais importante para a família da jovem era o salário, cerca de 500 cruzeiros, que garantia à família uma renda mensal, coisa rara para a época, pois só se via dinheiro em espécie no fim da safra, ou seja, uma ou duas vezes por ano, e que se destinava ao pagamento das compras feitas a fiado nas cadernetas das “vendas”. Porém, para residir na cidade era preciso pagar pela pensão o equivalente a 200 cruzeiros, para a família que a hospedava, conhecidos de seus pais:

Eu pagava **200 de pensão e sobrava 300**. Mandava um pouco para o meu pai **comprar comida e ficava com um pouco para mim**. Às vezes eu dava 200 e ficava só com 100 para mim... Para comprar uma roupinha, porque passear? Passeava em lugar nenhum! Porque era ordem do meu pai. Ele não me deixava andar por lá. E aí ele ficou contente, porque ele ganhava aquele dinheirinho. (Grifo nosso)

O envio mensal do salário que ela recebia pelos serviços prestados à fábrica garantia a permanência dela na cidade, agradava ao pai e ajudava no sustento da família. Em virtude da distância entre os municípios, cerca de 40 quilômetros, ia poucas vezes para casa, quando possível e de ônibus. O expediente iniciava todos os dias às 5h, porém, pelo menos uma hora antes, Joana e mais três moças, filhas do casal onde ela ‘pousava’, esperavam o caminhão vir busca-las para ir até a fábrica. O caminhão fazia o trajeto de um ônibus, passava pelos pontos onde havia operários. Ela descreve-o como se fosse um pau de arara e assim retornavam por volta das 14h, ao término do expediente. Com a rotina e a inserção no meio urbano, Joana se aproximou do mundo do consumo e passou a comprar objetos e itens que no meio rural não

⁵² De acordo com Hening (1987) em Colonização e indústria no Vale do Itajaí - o modelo catarinense de desenvolvimento, os primeiros teares da Fábrica de Tecidos Renaux foram acionados em 11 de março de 1892, com investimentos dos sócios Karl Christian Renaux, Paul Hoepcke e Augusto Klappoth, (p. 110-117).

⁵³ BRASIL. Decreto nº 22.035, de 29 de outubro de 1932. Regulamenta a carteira de Trabalho. Presidência da República. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22035impressao.htm>. Acessado em: 28 de abr. 2019.

eram tidos como essenciais. O que parece simples se torna algo novo para aquele contexto, como a aquisição de uma cama, meia dúzia de cadeiras e dois porta-vasos.

Entre eles, o de mais relevância comum ao meio rural, estava a cama, já as cadeiras e a preocupação com a estética para ornamentar a casa estão mais ligadas à vida na cidade. No caso especial das cadeiras, elas substituíram os bancos de madeira que acompanhavam a mesa principal das refeições e garantia espaço para toda a família. Entretanto, o esforço para permanecer na cidade, exercer uma profissão e poder ajudar a família financeiramente durou pouco tempo:

(...) Trabalhei **sete meses só**, porque naquela época as máquinas não eram automáticas. (...) Meu pai ficou com muita pena de mim porque o trabalho era pesado. (...) Quando eu fui pedir a conta o homem lá de cima do terceiro andar perguntou: porque é que você vai embora? Eu disse: porque meu pai trabalha na roça é pobre e ele me botou aqui para eu ganhar um dinheirinho, mas agora eu pago 200 de pensão e me sobra só 300. Aí eu disse: não dá mais, porque o que é sobra pra mim é pouco! Então voltei para a roça com o pai. (Grifo nosso)

A decisão tomada pelo pai levou a filha de volta ao bairro e com isto também aos serviços na roça. Entre as suas obrigações estava, por exemplo, o preparo da terra, a aração com o arado, equipamento de ferro que é puxado pelos bois. Novamente a jovem não estava satisfeita, e investiu mais uma vez na possibilidade de costurar para fora:

Aí depois eu inventei de novo de costurar para fora até eu namorar o meu esposo. Ele passou quatro anos lá em casa (**ia namorar**) eu estava sempre costurando para fora. Aí eu não ia mais para a roça porque não dava mais, tinha muita costura. Eu costurava muito bem, eu olhava eu fazia. (Grifo nosso)

A partir deste período, Joana passou a estar mais próxima de exercer uma profissão, mesmo estando na casa dos pais e meio rural, pois pode se dedicar à costura, que lhe garantia novamente uma renda a mais para a família. Após dois anos, desde o retorno para a casa dos pais, a moça seguiu com o ofício de costurar para fora. Neste período, com 19 anos, iniciou o namoro com João⁵⁴, que também morava no bairro Colônia Nova Itália, só que no lado de dentro, na margem direita do Rio Tijucas. A residência da família dele situava-se ao lado da capela em honra ao padroeiro São José, uma casa considerada grande para a época, de madeira, com três janelas grandes na frente.

Com a permissão da família, o jovem podia visitá-la (na casa dos pais) às quartas-feiras, aos sábados e domingos. O espaço permitido para o namoro era a sala, local de fácil acesso de todos da família. Então, nesta etapa, a vida da moça dividia-se principalmente entre os afazeres domésticos, a costura e agora também o relacionamento.

⁵⁴ Nome fictício, porém, refere-se aqui ao que seria seu futuro marido.

O trabalho com a costura dava orgulho à jovem, especialmente em épocas de festas no bairro e nas comunidades próximas, geralmente ligadas ao calendário das celebrações religiosas da Igreja Católica. Os serviços aumentavam e garantiam um bom rendimento, e às vezes, até os dias de namoro ficavam comprometidos:

Aí um dia eu fui pedir para ele. Se eu pedir uma coisa, você vai aceitar? Ele me disse, fale: Eu ia pedir para você não vir aqui na quarta-feira porque a festa é domingo e não vou dar conta das costuras.

A preocupação era com as entregas das roupas que haviam sido encomendadas com antecedência, que ela precisava terminar. Afinal, as festividades do padroeiro São José e datas como Natal e Páscoa eram de extrema importância para os moradores do bairro e comunidades próximas. Entre os costumes daquela população estava a obrigação de reservar para dias santos ou domingos de festa com celebrações religiosas, a melhor roupa, a mais nova ou ainda era o momento do ano em que podiam comprar fazendas de tecidos (pedaços de tecidos) para que a costureira do bairro produzisse novas vestimentas. O namoro deu certo, e após participarem de uma missa no Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro, em Nova Trento, junto com os pais dela, João fez o pedido de noivado. O detalhe, é que tanto a ida quanto o retorno foram feitos a pé por uma trilha que existia no bairro e que ligava ao município vizinho.

Então, em 17 de maio de 1952⁵⁵ o casal oficializou a união com a celebração do casamento. Após o casamento, Joana mudou-se para o outro lado do rio, em uma casa de madeira construída ao lado dos sogros. Lá, eles passaram a produzir cana-de-açúcar juntamente ao pai de seu esposo, que fornecia cana para a Usati e também alimentos para o próprio consumo, como: feijão, arroz, milho, mandioca, algodão.

Com o casamento e novamente marcada pela necessidade de trabalhar na roça junto com o marido, Joana, deixou a costura. Além de administrar sua própria casa (era preciso buscar água no rio, para lavar a roupa, beber e cozinhar, fazer comida, limpar a casa entre outras ações) dividia-se com aqueles na lavoura, principalmente a capinação com a enxada, e no caso da cana, a sua função destinava-se a amarração dos molhos⁵⁶ de cana. Em paralelo a produção de cana, entre o fim da década de 1940 e início dos anos 1950, a fumicultura também passou a ser uma atividade econômica interessante para os agricultores, especialmente com o incentivo de empresas fumageiras como a Souza Cruz e Tabacos

⁵⁵ Data mencionada pela entrevistada e apresentada em sua certidão de casamento.

⁵⁶ Conforme Gramkow (1983, p. 89), “O corte sem queima é o mais usado pelo colono, o qual vai entretanto no canavial (homem adulto - chefe da família) e cortando cada cana, fazendo a limpa da "olha" e "folha" que serão juntadas em "feixes" ou "molhos" pela pessoa que vem logo a seguir (geralmente as crianças e mulheres)”.

Blumenau,⁵⁷ que passaram a oferecer vantagens aos agricultores como a garantia da venda de sua safra anual. Com esta proposta, e a possibilidade de agregar mais uma fonte de renda, o sogro dela incentivou o filho a ingressar na atividade e a construir estufas (estrutura de tijolos destinada a secagem das folhas do tabaco) e adequar a propriedade para o novo cultivo:

Um dia meu sogro disse: olhem, botem uma **estufa de fumo** aqui e vocês vão trabalhar. Aí colocamos duas estufas. (Grifo nosso)

Apesar do vai e vem da rotina e das novas responsabilidades assumidas por ela em virtude do casamento, Joana não perdeu o desejo de se dedicar apenas às costuras. Ela queria tanto, que tentou novamente. Apresentou ao esposo que costurar garantiria à família um retorno financeiro melhor e João concordou, e em seguida compraram uma máquina de costura. A primeira gravidez, que ocorreu após cinco meses do matrimônio (período considerado demorado para a época e que causou preocupação ao esposo):

Naquela época tinha que engravidar. Ele queria comprar o **regulador, um remédio fortificante para o útero**. Queria comprar para eu ficar grávida, porque ele achava que eu não engravidava. (Grifo nosso)

Então no dia 7 de setembro de 1953, nasce o primogênito do casal. Assim como os pais, ele chegou ao mundo pelas mãos de uma parteira, dona Pascoa Angeli Peixer, conhecida no local como Pascoeta. As práticas realizadas no momento do parto são lembradas até hoje pela entrevistada:

Era ganho com a bunda em cima de uma caixa de madeira, que se chamava ‘**meio alter**’ aí era colocada ela virada e a gente sentava bem na beiradinha. Então, era só esperar que nascesse, porque elas (as parteiras) sabiam tanto que nem nós. Só Deus! (Grifo nosso)

Além deste, o casal teve outros quatro filhos nascidos nos anos de 1956, 1959, 1964 e 1970, só a última a nascer foi na maternidade, no Hospital Imaculada Conceição, em Nova Trento. Apesar da pausa inicial no trabalho com a costura, após a compra da máquina, a entrevistada retornou a todo vapor, mesmo à noite e à luz de querosene. Já com o primeiro filho, com três anos, e o segundo ainda um bebê, ela passou a contar com a ajuda da cunhada:

Ela cuidava do que tinha três anos, aí ele vinha para casa de noite. Aí eu colocava o bercinho do outro no meu lado, **pegava um pé e embrulhava ele e o outro a costurar**. Tocando a roupa com as mãos. (Grifo nosso)

Além da costura, Dona Joana percebeu uma nova oportunidade de negócio no bairro. A localização da casa da família no centro do bairro e as condições financeiras que eles

⁵⁷ A intensificação da fumicultura na região e os motivos que levam o agricultor a optar por esta atividade são apresentados por Gramkow (1983, p. 10).

tinham na época, lhe encorajaram a fazer uma nova proposta ao marido: montar uma venda, um comércio para vender aos vizinhos produtos que não eram produzidos ali. Desta forma ela seria a responsável por administrar o negócio, conciliando ainda com os serviços de costura:

Eu sozinha cuidava do comércio porque o **meu marido não sabia ler**. Então eles trabalhavam na roça e minha cunhada ajudava a cuidar das crianças. Depois paguei pessoas para me ajudar a cuidar das crianças porque não dava conta de tudo. **Eu que fazia tudo na venda.** (...) As compras, eu comprava de Itajaí, de Florianópolis, de Brusque. (...) Os carros vinham e vendiam para gente. (Grifo nosso)

O esposo a ajudava apenas no período da noite, quando junto com a venda eles tinham o boteco (bar). Ali eles vendiam cachaça e cigarros e o esposo atendia, cobrava e dava o troco, porém, apenas estes itens, o restante era com a esposa. O local também era considerado um ponto de encontro no bairro, e “toda noite era baderna, de gaita e toque”, recorda-se Joana. Os produtos como sal, trigo, sabão, louças e outros itens eram vendidos a fiado, com anotações na caderneta para serem pagos no fim da safra, geralmente de “fevereiro a fevereiro” como a entrevistada detalha. O local permaneceu em atividade no período de 1967 até dezembro de 1993:

Aí depois ele morreu, parei a venda, me aposentei. Eu aprendi a fazer renda de bilro, aprendi a costurar, aprendi a ler muito bem. Eu lia tudo que eu via pela venda... Eu tenho cliente que ainda me conhece onde eu passo. Eu tinha uma freguesia que era uma beleza.

Acompanhar os movimentos da vida e da memória de Joana demonstram o quanto as experiências podem libertar ou não uma pessoa, em escalas diferenciadas. No decorrer de suas rememorações percebe-se a ênfase entre o Sim e o Não que lhes são concedidos e como ela os encara em cada uma das situações. Apesar de estar em um contexto em que os acessos à educação, à cultura e ao trabalho industrial (que considerava ser o mais promissor), foi mais restrito o sentimento de inconformidade com algumas situações, o que direcionou sua trajetória para a busca do seu lugar próprio dentro da realidade a qual estava submetida. Por outro lado, a conformidade com o que integrava a sua rotina a tornava uma mulher aceita socialmente e respeitada. Em meio a esta dicotomia, realizou diversas atividades frente ao trabalho na roça, na fábrica, na costura, na venda, como mãe e esposa.

Luiza: do trabalho aos enfrentamentos diários

O convite para participar da entrevista foi aceito com antecedência, mesmo sem me conhecer, diante de uma conversa prévia com a minha sogra que também é sua vizinha.

Conforme o horário combinado, iniciamos a entrevista e logo nos primeiros momentos, veio a afirmação: “Minha filha, eu trabalhei muito nessa vida, Ô se trabalhei”.

Então, logo pedi para que contasse mais sobre isso. Em seguida, falou sobre os nove irmãos, cinco meninas incluindo ela e outros quatro meninos (destes, dois faleceram ainda crianças) e como desde cedo foram incluídos no trabalho, especialmente ela, que era uma das filhas mais velhas. À medida que se recordava da família, do núcleo inicial marcado pela presença da mãe, do pai e dos irmãos, suas memórias passaram a ser ligadas ao universo do *trabalho*, que diz respeito a:

Um conjunto de significados e representações presentes em todas as esferas da vida. Um verdadeiro fazer que se remete à ação, ao saber, ao devaneio, à realização, ao contrário da alienação do trabalho nas relações capitalistas. Não sendo uma atividade isolada, mas aquilo que se baseia e reflete um conjunto de relações sociais. (SILVA, 1998, p. 79).

Em meio ao contexto rural/cultural/local, o trabalho é o que significa uma pessoa, esta é régua pela qual é medido o empenho realizado por cada indivíduo no decorrer da vida. Seu valor está em o quanto contribuiu inicialmente para obter o sustento de sua família, que refletirá nas condições financeiras e em poder adquirir mais terras para aumentar a produtividade ou para a compra de bens de consumo. De acordo com Carneiro (2001, p. 37) as mulheres participavam igualmente das tarefas produtivas junto com o pai e os irmãos, por se tratar de proles numerosas e por muitas vezes substituírem as mães. Além de estar ligado diretamente à atividade agrícola, no caso das mulheres, a concepção do trabalho perpassa todas as ações consideradas de caráter doméstico, desde cozinhar, costurar, lavar, passar, limpar entre outros.

No primeiro momento, o trabalho lembrado pela depoente é o da lavoura, realizado junto a produção de cana-de-açúcar, atividade que envolveu centenas de famílias do bairro Colônia Nova Itália e bairros próximos desde os anos de 1940 a 1990, período de grande atividade da Agroindústria Usati – Refinadora de Açúcar. O universo das vivências familiares toma o centro dos fragmentos de memória evocados por Luiza, à medida que sua narrativa passou a ser construída em torno das percepções cotidianas, principalmente da ênfase que dá à figura do pai como o chefe da família. Sobre este aspecto, Carneiro (1991, p. 32) nos mostra que as casas paternas estruturavam as relações sociais de produção e de reprodução que orientavam as trajetórias de cada um dos membros do grupo doméstico. Esta constatação ocorria principalmente em áreas coloniais onde foram estabelecidas famílias de imigrantes ‘italianos’, que passaram a desenvolver a agricultura familiar. Diante desta realidade, conforme a autora, a família, era entendida como:

Uma unidade cujos interesses coletivos devem ser preservados, se impõe como uma entidade supra-jurídica cujas regras internas (do mundo privado, da casa) são tidas como particulares, não devendo ela, portanto, submeter-se às determinações de qualquer ação estranha (exterior) e impessoal da justiça oficial. Assim, o que se estabelece dentro dos limites familiares deve ser respeitado e acatado por aqueles que se reconhecem (e são reconhecidos) como integrantes deste grupo. De acordo com esta lógica, o pai, responsável pela manutenção do grupo familiar. (CARNEIRO, 2001, p. 24).

Ao prosseguir as rememorações, evidencia-se que na prática, ela enquanto filha, era obrigada a se submeter as determinações do pai, principalmente no que dizia respeito ao trabalho na roça. Conforme Luiza, a rotina de trabalho iniciava após o café, por volta das 6h, quando a família seguia para a lavoura de cana-de-açúcar. No local, era comum o uso da força animal para ‘virar a terra’ e as crianças já desempenham funções específica, como conduzir o boi para os serviços com a terra, experiência mencionada anteriormente. A respeito disso, vale destacar, que mesmo de diante de um animal de porte grande, muitas vezes maior que a menina ou menino incumbido de puxar o boi. Outro aspecto é a exigência de se ‘fazer certo’ e as implicações de ‘não alcançar o desejado ou esperado’, acompanhados de uma atitude violenta, que se configura em momentos “onde o poder está em risco” (ARENDT, 2009, p.73). Neste caso, percebe-se uma característica cultural das infâncias vividas no bairro: em comum apresentam o rigor como a vida nas situações diárias, há menções de que: “*só um olhar já bastava*”, “*as crianças daquele tempo eram obedientes*”, “*Deus me livre, se respondesse para um pai*”, e “*ninguém ia dormir sem pedir a benção aos pais*”, entre outras. Por de trás dessas afirmações, verifica-se a presença da violência simbólica que:

É uma forma de dominação que se apoia em expectativas coletivas que produzem a necessidade de obedecer às normas, regras e hierarquias sociais sem contestação. A violência simbólica se baseia na fabricação de crenças no processo de socialização que fazem com que as pessoas se enxerguem e se avaliem de acordo com os critérios definidos por alguém com maior poder. Essas crenças socialmente construídas induzem os indivíduos a se posicionarem no espaço social seguindo padrões do discurso dominante. (ABRAMOVAY; CUNHA; CALAF, 2009, p. 25).

Assim, como as mencionadas por Victor Tomelin, o autor de *Pedagogia do Silêncio – o Tamanho do Medo*, dissertação de mestrado pela Unicamp – Universidade Estadual de Campinas –, defendida em 1965, sob a orientação de Rubem Alves, que resultou na edição do livro com o mesmo nome, em 1992. Com sensibilidade, Tomelin conta a trajetória de sua vida, na pequena cidade de Rodeio – SC, fundada em 1875, a partir da chegada de famílias oriundas do Tirol Trentino⁵⁸, capítulos que narram memórias desde a primeira infância, o período escolar, o convívio com a família, a adolescência, sua passagem pelo seminário até se

⁵⁸ Município localizado no Vale do Itajaí a 186 quilômetros de Florianópolis, próximo aos municípios de Blumenau, Timbó, Ascurá e Benedito Novo. Mais informações: www.rodeio.sc.gov.br.

tornar adulto. Em cada página, marcas de um tempo que produziu nele, medos e submissão nos mais variados níveis. A ausência da manifestação de afeto, especialmente por parte do pai, e posteriormente, consequências por conta desta falta. Trata-se de uma imersão no contexto cultural e social da região do Vale do Itajaí do século XX, que se assemelham as vivências do Vale do Rio Tijucas e do município de São João Batista, as quais estavam submetidas as depoentes. As crianças eram educadas pelo silêncio, que era produzido pelo medo e representava o que consideravam ser respeito.

Na sequência, sem que eu fizesse uma nova pergunta, Luzia prossegue a destacar memórias ligadas produção da cana-de-açúcar, especificamente ao período da colheita da cana, quando cabia a ela função de fazer molhos, ou seja, reunir as canas em quantidade para fossem amarradas. Além disso, ajudava a carregar o reboque, uma espécie de caretinha de carga acoplada atrás do trator que levava cana para a Usati. Aqui novamente, o pai aparece como autoridade no direcionamento das atividades:

Eu não sei como a gente tem coluna, porque não era para ter mais nada, nós do tempo antigo não. (...) Lá pelas seis horas da tarde, ele dizia: vem mais dois reboques para carregar. Naquele tempo escurecia e nós ficávamos na roça até acabar. Aí colocávamos uma **luz na ponta de uma cana e ficava segurando** para iluminar para os tratoristas. (Grifo nosso)

Como apresentado no capítulo 1, a função de amarrar realizada geralmente pelas mulheres, acometia o corpo devido aos movimentos necessário para amarrar a cana em feixes. Neste trecho verifica-se que o expediente ocorria mediante a necessidade da Usina, neste sentido a família tinha que se adequar para entregar a carga acordada. Mesmo após a infância, a produção de cana-de-açúcar permaneceu como principal fonte de renda para a família de Luiza, aliada a produção de alimentos para o consumo próprio como o arroz, o feijão, a mandioca, o café, entre outros itens. Porém, o que não era produzido pela família precisava ser adquirido nos comércios locais. Com isto, os pagamentos das compras eram pagos somente no período do término da safra, e às vezes, o valor já estava comprometido:

Não dava nada a plantação de cana, a gente quase se matava de trabalhar e **quando acabava e ia receber o dinheiro** estava tudo para pagar no mercado, tudo a fiado. Um dia eu disse pra ele: ‘Que vantagem tem!’ E ele disse, escuta: ‘**Se eu não for comprar fiado o que você come?**’ Mas... **a gente plantava de tudo**: nós tínhamos o arroz, o feijão, o amendoim, a farinha em paiol, o açúcar grosso. Tinha porco, galinha.... **Mas ele disse: ‘e a tua roupa?’** (Grifo nosso)

O cultivo de cana apresenta-se novamente como uma cultura que exigia muito empenho de toda a família, e na concepção da entrevistada, não era uma fonte de renda viável financeiramente, pois gerava uma dependência junto ao comércio local. Ao utilizar a

expressão “*quando acabava e ia receber o dinheiro*” percebe-se que a subsistência primordial da família dependia do cultivo da cana, que ocorreria com a safra, neste caso, apesar da família atuar com policultura, plantavam outras variedades para o consumo próprio tinham criações de onde provinha a carne que consumiam. Essa percepção da dependência do dinheiro da cana é evocada também pela entrevistada Joana, que mencionou em um momento que “*naquele tempo era muito pobreza*”, à venda a fiado e na caderneta era uma realidade comum entre as famílias.

Já entre os itens que não eram produzidos na propriedade, estavam as roupas. Neste caso, pagava-se pelo tecido e depois pelo trabalho da costureira, valor que variava de acordo com a quantidade de roupas produzidas, de acordo com o número de pessoas da família. Estas roupas eram especialmente aquelas usadas apenas em datas festivas, como a Festa de São José, padroeiro local, ou ainda para ir às missas e para as festas que ocorriam na casa de familiares. Outro aspecto importante apresentado é o comprimento das roupas, especialmente dos vestidos:

Tinha que ser abaixo do joelho, porque naquela época não podia mostrar o joelho. Naquele tempo era o maior apego. Quem pegasse na mão do namorado já era vagabunda. (Grifo nosso)

A afirmação acima diz respeito às restrições ligadas ao uso e as escolhas das roupas e o impacto que isto tinha perante a comunidade e a família. Esta determinação também estava ligada ao controle sobre o corpo da mulher e a sua sexualidade, que era fiscalizada principalmente pelos preceitos da Igreja Católica, presente pela atuação dos padres, que visitam frequentemente o bairro e as famílias. Como autoridades eclesiásias eles também tinham poder sobre como conduzir os hábitos da população. Pois, segundo os preceitos da época, “a mulher é assimilada ao pecado: uma tentadora da qual é mistério se defender, reduzindo-a ao silêncio: velando-a” (PERROT, 2003, p. 21). Associado a este conceito, o lazer aparece em meio as suas lembranças que também perpassam pelo trabalho. Aqui, se entende como uma vivência da adolescência, afinal as meninas eram educadas para acreditar que deveriam obedecer a seus maridos; e os meninos educados para acreditar que tinham o poder de corrigir suas esposas. Nos casamentos de verdade, a sujeição poderia ser moderada pelos interesses comuns do sustento econômico, para o qual ambos contribuíam. Das necessidades sexuais, da criação dos filhos ou do interesse religioso compartilhado. (DAVIS, 1990, p. 123). Divertir-se não era uma questão primordial, nem mesmo aos sábados, todos os dias poderia ser um dia de trabalho:

Em um sábado ele nos fez amarrar dois reboques de cana e aí tinha um baile de aniversário, na casa de um tio meu. E o pai disse: tem que amarrar dois reboques de cana hoje, para segunda-feira de manhã os reboques virem **carregar 300 molhos cada reboque**. Já era noite e a nossa vontade de ir dançar era grande, **a gente era nova, gostava de se divertir**. Aí quando terminamos já era 9 horas da noite e **era só aquele ‘pico da cana’ que era horrível**. (Grifo nosso)

A vida no bairro era marcada pelo trabalho que direcionava a vivência das famílias, desta forma, a “vida festiva pode, por um lado perpetuar certos valores da comunidade (até garantindo a sua sobrevivência) e, por outro, fazer a crítica da ordem social” (DAVIS, 1990, p. 87). Havia as festas consideradas mais apropriadas, aquelas de caráter religioso, que ocorrem mediante celebração religiosa. Novamente percebe-se o envolvimento que a entrevistada tinha frente ao trabalho junto com a família. Neste período da adolescência, Luiza passa a dar detalhes sobre o namoro e como suas decisões influenciaram sua vida, especialmente as contrariedades frente às decisões do pai:

Ele não queria que eu namorasse com o meu esposo. Não queria por causa de brigas por terra. Meu sogro era tio do meu pai. **Aí namorei uns três meses, e parei de namorar para não ‘apanhar’ do meu pai.** (Grifo nosso)

Situações familiares que envolviam a proibição de namoros eram comuns na região, diante de fatores como o sobrenome, a condição financeira da família e principalmente desavenças derivadas de negociações ou ainda delimitação de terrenos, que eram feitos por “picadas”, árvores e cercas:

As famílias são classificadas numa ou noutra categoria a partir de um conjunto concreto de características que remetem ao plano econômico das relações sociais: disponibilidade de terras, natureza da ocupação não agrícola, importância relativa da agricultura no conjunto da renda familiar, formas de comercialização da produção, utilização de crédito bancário, modernização dos meios de produção etc. (SEYFERTH, 1993, p. 41)

Exatamente a divisão de um terreno foi um dos motivos pelo qual o namoro não era permitido. A causa mencionada pela depoente deve-se ao fato de que em locais onde a atividade agrícola é a base da sociedade, “o principal bem transmitido é a terra” (CARNEIRO, 2001, p. 32). Desta forma, como explica Carneiro (2001, p. 38) “o processo de transmissão do patrimônio é sempre traumático e configura um momento em que a autoridade patriarcal pode ser questionada”. Por este motivo, é um assunto que deve ser tratado com respeito, mesmo no interior do grupo familiar; os descontentamentos devem ser reprimidos. Em relação a decisão tomada pela depoente, chama atenção a preocupação a mesma que tinha em relação a uma possível agressão que sofreria caso desobedecesse a ordem do pai.

Ao rememorar essa passagem informou que nesta época estava com 15 anos aproximadamente, uma idade em que as meninas já podiam namorar, desde que este ato fosse do desejo e do interesse do pai. Ao mencionar o período do namoro, Luiza afirma que as agressões foram constantes e provocavam grandes desentendimentos dentro do núcleo familiar. Por este motivo, ela optou por se afastar do namorado e deixar que o tempo determinasse o que seria de toda esta história, pois tinha medo que as consequências fossem mais duras. Por outro lado, após esta decisão, o pai tentava aproxima-la de outros jovens os quais ela não gostava. Ele (o pai) insistia e chamava os moços do bairro para cortejá-la, na tentativa de que a jovem esquecesse aquele que era proibido:

Eles vinham aqui em casa e o pai dizia: ó aquele ali gosta de ti, **porque tu não namoras com ele?** Aí um dia eu respondi: porque não namora o pai?! (**E apanhei**) Depois de quase três anos, eu não tinha esquecido ele. **Aí um dia ele disse, vamos namorar de novo. Namorei e apanhei de novo.** (Grifo nosso)

Os embates continuam diáriamente, e Luiza resistiu mesmo com as consequências que lhe causavam sofrimento e até dores físicas. Até que decidiu enfrentar de vez o pai e contrariá-lo definitivamente, e voltou a namorar com o moço proibido:

Chegou um dia, ele perguntou para mim: não vai deixar dele? Aí eu disse, **não, não vou deixar.** Agora o pai pode me matar porque agora eu já tenho 17 anos, já chega! E meu pai disse: - Mas eu não queria e ainda não quero. Mas aí eu disse: agora a coisa mudou, se o pai quer ou se o pai não quer, eu vou trabalhar fora, pode dar o que for. Eu vou me virar, vou trabalhar. Aí ele se arrenegou comigo e disse: pode ir. (Grifo nosso)

No mesmo dia à noite, após o ocorrido, uma vizinha foi até a casa da família para convidá-la para trabalhar em sua casa como empregada doméstica. A senhora foi lá por indicação de uma tia, que acompanhava de perto a situação, e que também considerava que sair da casa dos pais seria uma forma de amenizar os problemas e também os sofrimentos da sobrinha. Ao ser convidada para o emprego, Dona Luiza conta que não respondeu no momento, pois ficou preocupada:

Ela me convidou, mas eu disse, não vou responder nada. **A minha mãe era uma santa, de tão boa, mas meu pai, ele tinha uma cinta feita com couro de bicho do mato.** Ela me disse: eu preciso de uma menina para trabalhar comigo. Aí ele disse: queres ir? Eu disse: não digo nada, é o pai que manda. **E ele deixou eu ir.** (Grifo nosso)

A permissão ocorreu com objetivo de afastá-la do moço e também da atividade fora de casa render à família uma renda extra, aquela que viria mensalmente. A casa que foi trabalhar ficava a poucos quilômetros de onde eles residiam, porém, já no distrito de Tigipió, também em São João Batista. Lá passou a desempenhar funções semelhantes às que executava na casa

dos pais, com exceção do trabalho na lavoura, porém, incluía tirar o leite da vaca, fazer comida, limpar a casa e acompanhar a filha da patroa. À medida que os dias passaram, Luiza percebeu que trabalhava muito mais do que na casa de seus pais e que não valeria a pena continuar, porque mesmo diante de todos os enfrentamentos vividos em virtude do comportamento do pai, era sua casa:

Eu tirava leite e pensava, **meu Deus passo tanto trabalho na casa dos outros, eu vou passar trabalho na casa do meu pai.** Pedi as contas e fui embora, fui trabalhar com o meu pai de novo na roça. (Grifo nosso)

O retorno para a casa dos pais marcou um novo momento na vida da entrevistada, porque segundo ela, enfrentar o pai e sair de casa, mostrou-lhe que era uma boa filha, pois sempre trabalhou muito, se esforçava para dar conta de todo o trabalho, por ser mais velha, até mais que os irmãos homens. Ao voltar enfatizou que não deixaria mais o namorado, mesmo contrariando o pai, retomou o relacionamento e casou-se com o namorado.

Ana: força e espiritualidade

Não era lenha, era **madeira!** Não tem daquele caminhão grande que passa ali no asfalto com **eucalipto?** Então, era daquele que nós tirávamos. Nós cortávamos lá de dentro do grotão, passávamos **dentro do ribeirão no meio das pedras** e trazíamos até perto do engenho com uma **junta de bois.** (...) Naquele tempo **ninguém tinha bota, tinha só tamancos para os dias de festas.** (Ana)

Foi ao som do canto dos pássaros, que Ana, 87 anos, evocou este fragmento de memória durante nossa conversa. A ênfase à madeira se dá pelo fato dela se referir a extração de vegetação nativa, da floresta de Mata Atlântica que reveste o solo do bairro Colônia Nova Itália, diferentemente do que ocorre hoje, após a implantação de legislações ambientais que determinaram o reflorestamento. Na concepção dela, e dos moradores locais, lenha são os pequenos pedaços de madeira utilizados para ascender o fogo no fogão. Neste trecho a depoente destaca o trabalho diário realizado junto com o esposo em meio às montanhas, a primeira fonte de renda da família por cinco anos. O caminhão indicado por ela é uma simbologia com intuito de demonstrar a quantidade extraída por dia, de forma a indicar que haviam metas a serem cumpridas, não exatamente como as de hoje, mas diante de um processo manual com ferramentas simples, como o machado e a utilização da força animal para o carregamento.

A descrição do trajeto ressalta os desafios enfrentados e as condições insalubres que enfrentavam todos os dias, partindo da falta de roupas adequadas e de calçados que punham em risco a saúde e a segurança pessoal do casal, geralmente vestiam-se as mulheres com

vestidos e calças de moletom e os homens usavam calças de tecidos. Outro aspecto que pode ser observado é que apesar do trabalho ocorrer em meio à floresta, o calçado não era algo de fácil acesso para os moradores do bairro. É comum verificar que o primeiro contato com um sapato ou sandália ocorria no momento da 1º eucaristia, sacramento da Igreja Católica realizado quando as crianças já tinham em torno de dez anos. Para além desta data, havia o calçado para o dia de festas (este utilizado apenas em datas comemorativas com a autorização geralmente dos pais) para que durasse mais tempo, devido ao valor considerado alto quando multiplicado pelo número de filhos.

Além disso, o corpo era submetido a oscilação de temperaturas constantes, tendo em vista o aquecimento e o suor provocados pelas caminhadas até coivara (clareira aberta no meio da floresta para iniciar o corte) e o esforço físico realizado para cortar, rolar e carregar as torras, seguido do contato com a terra geralmente úmida pelo sereno da madrugada e a passagem pela água gelada do ribeirão. Essa troca ocorria repetidas vezes durante o dia até que a carga encomendada para aquele dia fosse atingida. Questões ligadas à saúde da mulher, como por exemplo, cólicas menstruais e outros tipos de dores, não eram consideradas suficientes para que evitasse o trabalho pesado, as tarefas diárias precisavam ser executadas. Foi nesta atividade, que Ana passou a trabalhar após o casamento, como detalhou a seguir:

Casei no **sábado** e quando foi na **segunda-feira às 5h da manhã fui tirar lenha no mato com machado**. Foram cinco anos trabalhando assim, eu e meu marido. Nós vendíamos a madeira para serraria. Se fosse hoje, alguém ia?! **Andava no meio do mato descalço**, sem bota, sem nada. As cobras passavam debaixo dos paus, mas nunca fui mordida por uma – **Deus cuidava** (mostrou o crucifixo de metal do peito). (Grifo nosso)

A lembrança do casamento está atrelada ao início da nova rotina e do trabalho no mato. Dona Ana casou-se em 2 de julho de 1960, aos 28 anos, depois de dois anos de namoro, idade considerada já avançada para a época, tendo em vista, que muitas jovens se casavam a partir dos 16 anos. Em outro momento da entrevista, contou-me que a celebração ocorreu na Capela São José, no próprio bairro, com um almoço comemorativo na casa de seus pais, ao qual chamou de ‘casamentinho’, apenas com a presença de pais, sogros, padrinhos e alguns familiares. Em relação a expressão “*casei no sábado e quando foi na segunda-feira às 5h da manhã fui tirar lenha no mato com machado*” percebe-se aqui que após a celebração à mulher passava a se adequar à atividade econômica desenvolvida pelo marido, e a partir deste momento, também os serviços domésticos que antes dividia com os outros irmãos (a), ela tinha que realizar sozinha.

Essa lembrança assemelha-se aos aspectos apresentados no romance ‘*O Quatrilho*’⁵⁹, escrito pelo autor José Clemente Pozenato em 1985 e transformado em filme dez anos depois. Em ambos os formatos, a questão central reside nos aspectos socioculturais vivenciados na região de Caxias do Sul, no século XIX, área colonizada por imigrantes italianos. Após o casamento entre os personagens Ângelo e Teresa, a preocupação já está no trabalho, na nova rotina que Teresa assumirá diante da nova família, tendo em vista que o casal foi morar junto com a família de Ângelo, que assumiu a chefia da família após a morte da mãe. Apesar do livro e do filme se tratarem de uma trama fictícia, o autor utiliza-se de elementos culturais e sociais próprios da área mencionada.

Já a residência do casal foi construída também com madeira retirada do mato pelo esposo, localizada cerca de um quilômetro de onde Ana residia com a família. Como apresentado no capítulo anterior, era comum que após o casamento as mulheres fossem morar próximo à família do esposo, tendo em vista que esta era uma característica do processo de sucessão familiar do bairro. Além disso, era comum que os padrinhos assumissem a criação dos afilhados, na ausência dos pais biológicos ou diante da impossibilidade financeira que acometia as famílias. Foi o que aconteceu com o esposo de Dona Ana, que contou com dois pais e duas mães:

A mãe dele ia ganhar ele e **não tinha condições de ficar com o bebê**, era muito pobre. **Então deu ele para a irmã dela criar**. Naquela época era pobreza. Hoje é todo mundo rico. Porque hoje tem dinheiro, tem tudo. Todas as duas morreram lá em casa, **cuidamos delas até elas morrerem**. (Grifo nosso)

Conforme a depoente, o esposo sabia da história e reconhecia-os como mães e pais, mesmo sabendo que aqueles que o criaram eram seus tios/padrinhos e que os tios eram seus pais biológicos. Nas comunidades de origem católicas, a presença do compadrio era comum, pois:

Pais e padrinhos aparecem, no ato batismal, partilhando responsabilidades sobre a criança. Neste sentido, ideologicamente, as distâncias sociais se minimizam. Simbolicamente, a hierarquia existente no compadrio se daria entre padrinhos e afilhados. Pais e padrinhos, em princípio, são tidos nesta relação como “iguais”. Entre eles deveria haver solidariedade, na intenção do benefício das crianças. (BRÜGGER, 2003, p. 6)

Neste caso, comprehende-se outra dinâmica da vida no bairro. O cuidado com os idosos, que era realizado por um dos filhos até a morte. Neste caso, Dona Ana, como nora, foi a responsável por acompanhar e cuidar dos sogros até os últimos momentos. Quando os idosos já estavam debilitados, passavam a residir junto com o casal. E era a esposa quem

⁵⁹ POZENATO, José Clemente. **O quatrilho**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

assumia todo o cuidado. Em outro momento, Ana apresenta indícios de que a concepção de seus filhos levou em consideração um período de programação do casal, que compreendia as dificuldades da época e a atividade de subsistência que realizavam. Neste trecho é possível compreender que Ana tinha consciência das dificuldades enfrentadas pelas famílias numerosas, principalmente quando menciona em outro momento da entrevista que sua mãe teve seis filhos, o que já significava um número alto para prover o sustento e garantir uma qualidade de vida para a realidade da época:

Tiramos lenha por cinco anos **até que nasceu minha primeira filha**. Tive **duas moças e um menino**. A gente trabalhava muito e não era fácil para ter filho. Aí fiquei com três. Mas o menino que nasceu com 5kg, no hospital de Tijucas não sobreviveu. Aí depois fiquei mais velha, não tive mais. Aqui **tinha mulher com oito ou mais filhos**, isso **dependia se a pessoa casava mais nova**. Eu já casei mais velha e só tive filho depois de cinco anos de casada. Namorei pouco tempo, só dois anos, naquele tempo namorava pouco e logo casava.... mas hoje também é assim, é pouco tempo também. (Grifo nosso)

Ao se referir ao período do namoro, faz uma comparação aos relacionamentos atuais, no início como uma crítica e depois de uma breve pausa, considera semelhante ao ‘seu tempo’. A diferença de hoje segundo ela, está nos relacionamentos em que o casal vai ‘morar junto’ sem que se cumpra a etapa do sacramento do matrimônio. Apesar de não ser explícito nas entrevistas, observar-se que os namoros no período vivenciado pela entrevistada ocorriam em média de um a três anos pelo fato das relações sexuais antes do casamento serem proibidas e a castidade deveria ser preservada até o casamento, neste caso, atribuída principalmente às mulheres. Na prática eram proibidas porque eram elas que engravidavam. Desta forma, o período mais curto do namoro garantia também que uma gravidez indesejada não ocorresse (as informações sobre a contracepção não eram difundidas entre as moças, pois se acreditava que quanto mais se sabia, mais poderiam querer fazer. Por outro lado, novamente os princípios da Igreja não deveriam ser contrariados antes da celebração do casamento, o que para a sociedade local causava grande repercussão e difamação da moça e de sua família.

Ao mencionar o tema gravidez, Dona Ana recorda-se que sua mãe foi uma das principais parteiras do bairro, segundo ela responsável por ‘trazer muitas crianças’. De acordo com Cadenas Gordillo e Pons Bonals (1994, p. 123), as parteiras “passaram a fazer parte de um ‘grupo’ encarregado de transmitir costumes e normas relacionados à reprodução da comunidade. Reconhecem que o fato de fazerem parte deste grupo as coloca em situação de prestígio e ‘respeito’ perante os habitantes da comunidade”. Interessei-me em saber mais detalhes sobre o

assunto, e perguntei: “*Com quem ela aprendeu a ser parteira?*” E ela me respondeu: “*Com ninguém! Para ser parteira era só esperar que o bebê vinha. Entendes como que é que é?*”

Então continuei com o intuito de que ela descrevesse mais: “*Mas as pessoas vinham chamar ela?*” E ela prosseguiu: “*Ah sim! Ela ia na casa da pessoa. A mulher que estava grávida e ia ganhar o bebê mandava chamar. Chamavam ela daí.*” Eu queria ainda mais detalhes e continuei: “*Mas, o que ela fazia, esperava nascer?*” E ela respondeu: “*Esperava nascer, aí cortava o umbigo, dava banho e arrumava o bebê, fazia tudo. Enfaixava, era tudo enfaixadinho até as mãozinhas, porque hoje é tudo de fora. Era frio, tudo muda né querida (ênfase), tudo passa. Hoje não, já veste uma bermudinha já tem roupinha.*”

Ainda sobre a função de parteira, perguntei: “*Para ser parteira tinha que ter coragem, né? Tua mãe tinha coragem?*”, respondeu: “*A mãe tinha! Tinha que ter, não era nada demais! Quando eu fui ganhar o meu menino tive que ir para o Hospital em Tijucas, mas ele morreu. As outras duas tive em casa com a parteira.*”

Neste trecho verifica-se a presença da figura da parteira e ausência da presença médica nos nascimentos das crianças do bairro. No caso da mãe, de Dona Ana, outro fator representativo contribuía para que ela realizasse os partos: era também benzedeira. Detinha também conhecimentos considerados espirituais, capazes de auxiliar as pessoas no combate a enfermidades. Sobre esta temática, Maluf (1989, p. 61-62) afirma que essas funções eram atribuídas às mulheres porque:

São as mulheres que dominam as transformações mais importantes para se fazer os alimentos e as roupas, são elas que conhecem as plantas curativas , que sabem os segredos do parto e a determinadas mulheres (as benzedeiras - que usam nos seus rituais objetos ligados ao espaço da casa) que os homens recorrem para se protegerem ou enfrentarem situações que fogem ao seu controle.

Um conhecimento popular aprendido na prática diária e transferido de geração em geração. No caso de dona Ana, foi a espiritualidade que fez com que ela seguisse a mãe e também se tornasse benzedeira:

O benzimento aprendi com a minha mãe. Eu não posso parar de benzer. Quem cura tá aqui. (Jesus no crucifixo). Tudo que eu benzo graças a Deus é curado. Mas, não sou eu quem curo, é Deus. É quebrante, tira sol, mal olhado, cobreiro, fogo brabo. Tudo é de benzer. **Médico não adianta.** Não adianta nem gastar dinheiro. (Grifo nosso)

Ao se referir ao benzimento a depoente destaca que aprendeu as lições com a mãe e por este motivo, segundo a tradição, este aprendizado que deve ser exercitado até o fim de sua vida. Porém, antes de sua morte deve ser repassado para outra pessoa para que o ciclo não se encerre. Neste trecho Ana enfatiza os confrontamentos entre o conhecimento popular e a

medicina, aqui representada pela relação fé x ciência, situação vivenciada inclusive entre as pessoas que a procuram. Na concepção da entrevistada, o ato de benzer se constitui de uma intermediação entre as forças divinas e as suas intenções de alcançar o objetivo proposto pela oração que ela profere a partir do que aprendeu com a mãe. Em palavras mais simples, Dona Ana explica que para cada sintoma e situação existe uma oração e que tudo deve ser benzido nove vezes. Porém, a pessoa deve acreditar, sem fé, o benzimento não dá resultado:

Depois que minha morreu eu comecei a benzer. Tem que deixar alguém que benze. Aí tem o **cobreiro, o fogo bravo, a zipra, o afogado, até o gado eu benzo, doença de míngua e bruxa também**. A bruxa atentava as crianças. Tirava o bebê do berço e coloca na cozinha, deixa a criança chorar. Eu benzo dela, mas não quero saber dela. Quem sabia que era a bruxa? Ninguém, mas era uma pessoa, uma mulher! Hoje em dia não tem mais tanto. Mas tinha de tudo. Geralmente em criança pequena. Elas mordiam e ficavam os dentinhos. Do mundo tem de tudo, tem o bom e tem o ruim. Hoje se contar para os padres eles não acreditam. (Grifo nosso)

Neste momento da entrevista, quis saber mais informações, e pedi para que na sequência me explicasse como ela identificava os sintomas, e ela me explicou:

Cobreiro: ocorria mais em criança bolhas que surgiam na boca em decorrência da contaminação de algum inseto e animal que passou em um local e a criança pôs a mãe na boca; Fogo Bravo: semelhante ao sobreiro, porém, mais forte; Zipra: inflamação em uma parte do corpo em tom avermelhado; Afogado: pessoa que se afoga sozinho ou passou por algum afogamento com bebida ou comida; Doença de míngua/ mal olhado: causa fraqueza e sonolência, causada pela inveja; Bruxa: mulher que mordia as crianças e deixava marcas pelo corpo dos bebês. Tirava as energias dos bebês e fazia-o chorar muito.

Entre as memórias evocadas sobre o benzimento, estão aquelas referentes as crianças embruxadas, em que “a bruxa aparece de forma vampiresca, quer dizer, ela suga sangue da criança, e esta emagrece, definhando, quase até morrer. A ação da bruxa acentua, assim, a fragilidade da criança” (MALUF, 1989, p. 83). Aos 87 anos, Ana ainda benze e é comum que as pessoas a procurem para realizar os benzimentos, segundo ela é uma missão da qual não pode deixar de executar. Além da convivência com a mãe durante grande parte de sua vida, os aprendizados ocorreram, pois, sua mãe deixou tudo por escrito para que ela prosseguisse.

Ser parteira ou benzedeira em um bairro do perímetro rural de uma cidade pequena, significava também ter conhecimentos prioritários sobre os aspectos da vida, o nascimento e a saúde, seja ela física ou espiritual. A mulher que seguia com essas tradições tornava-se referência e geralmente era procurada com frequência, inclusive por pessoas que não residiam no bairro, mas que vinham em busca de soluções para os problemas, neste caso mais específico, das benzedeiras. As pessoas acreditavam no poder da oração de quem benzia e, assim, também acreditavam que a cura podia acontecer conforme as orientações da benzedeira, e também os chás que eram recomendados por elas. Apenas os casos mais

extremos eram tratados por farmacêuticos, e depois por médicos, porém, isso passou a ocorreu mais tarde, por volta dos anos 1960/1970. A ausência destes profissionais na região, o valor a ser desembolsado pelas consultas e o tratamento não condiziam com a realidade econômica das famílias. Em um fragmento, Ana recorda-se de um quadro de pneumonia que a acometeu e precisou de medicamentos:

O médico era o doutor Guilherme em Nova Trento, então meu irmão foi até lá buscar remédio para mim. Não tinha condução, nem nada, foi a pé. (...). Mas, o remédio era só quando era muito grave, senão era tudo com chá. E se bebia de tudo: era amargosa, sabugueiro, primeiramente quando dava sarampo nas crianças era a primeira coisa que a gente dava: chá de sabugueiro. Naquela época tudo era muito perigoso, era cada bicha que dava nas crianças.

A partir deste trecho é possível perceber as dificuldades enfrentadas pelas famílias quando alguém adoecia, pois a consulta médica na prática não existia. A função de ver o médico ou farmacêutico cabia geralmente a um homem da família que precisava se deslocar cerca de 20 quilômetros a pé ou de bicicleta até o Centro da cidade vizinha. Este trajeto ocorria em meio à mata por uma trilha que ligava o bairro à Nova Trento.

Devido às proximidades familiares, os moradores da Colônia Nova Itália faziam compras e também participavam de celebrações religiosas em Nova Trento, como no Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro, conhecido popularmente como Morro da Cruz ou Morro da Santa. Dona Ana rememora novamente, os tipos de doenças que afetavam a população, especialmente as crianças como mencionada também por Joana durante a sua entrevista, igualmente o sarampo e os vermes. Na relação da Comunidade com as questões relativas à saúde permeava o embate entre a ciência e a religiosidade, porém, dentro da religiosidade, ocorria outro confronto. A autoridade do Padre frente ao conhecimento popular, especialmente contra os benzimentos realizados pelas mulheres, como é apresentado pela depoente em partes da entrevista em um momento:

Se contar para um padre hoje, eles não acreditam...tem padre que não acredita em benzimento. Mas não sei porque, pois são orações, é Deus quem cura.

Além da cruz de metal pendura em seu pescoço, Dona Ana convida-me a conhecer o seu quarto para que eu veja o espaço que ela dedicou às suas orações diárias, seu encontro pessoal com Deus e onde reza pelas intenções que traz em seu coração. Ao entrar, logo da porta vejo uma série de quadros de santos que compõem a decoração, além de estátuas. Mas, a maior delas guarda em seu guarda-roupas, uma Nossa Senhora Aparecida que ganhou de uma das filhas após uma viagem ao Santuário Nacional, localizado na cidade de Aparecida do Norte, em São Paulo. Naquele momento, contou-me que além das orações e do benzimento,

também assiste as missas pela TV, e por devoção assiste sempre às transmitidas pelo canal da TV Aparecida, e acrescentou:

Eu rezo para tudo quanto é santo, quanto é falecido, **tanta gente precisa de oração.**
Então quem precisa eu rezo, não tem problema. (Grifo nosso)

Rosa: do saber ao fazer

Ela já estava à minha espera ao lado do sobrinho neto que lhe fazia companhia. Apresentei-me e começamos a conversar. Incialmente, Rosa, solteira, 81 anos, me ouviu falar sobre as motivações acerca do tema e da pesquisa, e comentei:

– *Tinha muita coisa pesada que as mulheres faziam, né?*

E ela completou:

– *Ah, tinha! Como carregar água do rio, sabe onde a vó dele mora né, perto daquele gramadinho, então meu pai morava lá. Aí a gente carregava dois baldes de água no ombro, um aqui e outro aqui (demonstrou com as mãos). Aí também levava a louça para lavar no rio e não gastar a água da moringa.*

E eu prossegui:

– *Isso era todo dia?*

E a sua resposta foi:

– *Sim todo dia. Buscava essa água até para cozinhar. Aí não tinha geladeira, para a água ficar fresca e a gente colocava em potes de barro.*

Minha curiosidade continuou:

– *O que me chama a atenção é que não tem muitas nascentes, aí a água que vocês usavam era a do rio mesmo (Rio Tijucas)?*

Em suas primeiras rememorações, assim como as demais entrevistadas, Rosa apresenta o **trabalho** como primeira memória. Porém, diferentemente de Joana e Luiza, ela se refere às práticas do contexto doméstico, aquelas realizadas quase essencialmente pelas meninas, moças e mulheres e ligadas ao cotidiano, que perpassam pelas seguintes objetivações:

A vida cotidiana é constituída a partir de três tipos de objetivações do gênero humano (objetivações genéricas em si), que constituem a matéria-prima para a formação elementar dos indivíduos: a linguagem, os objetos (utensílios, instrumentos) e os usos (costumes) de uma dada sociedade. Já as esferas não cotidianas se constituem a partir de objetivações humanas superiores (objetivações genéricas para-si), isto é, mais complexas, como as ciências, a filosofia, a arte, a moral e a política. (ROSSLER, 2004, p. 102)

No decorrer da narrativa da depoente, evidencia-se a utilização dos utensílios e seus usos e a comparação entre como as coisas que “*eram naquele tempo*” e como “*são hoje*”. Isso ocorre porque no decorrer da vida cotidiana “os pensamentos e as ações visam sempre a sua efetivação de forma rápida, segura, num menor tempo e com o menor esforço possível, tanto físico quanto intelectual” (ROSSLER, 2004, p. 107). Nos fragmentos acima, a entrevistada recorda-se do período em que a energia elétrica não existia na cidade e o acesso a água potável não era canalizado e nem se pensava em saneamento básico.

O banheiro, por exemplo, era a “patente”, uma estrutura de madeira construída próxima da residência, como se fosse uma casinha. Lá dentro havia um buraco onde a pessoa sentava. Todos os dejetos ficavam ali. Estas ausências exigiam conhecimentos específicos para que os serviços diários fossem executados. Sem energia, os equipamentos elétricos também não faziam parte da rotina, e assim, todas as atividades precisavam ser executadas de forma manual.

Diante da realidade tecnológica e urbana da qual dispomos e que se vive no século XXI, se torna quase que incompreensível entender como era esta rotina. Por outro lado, demonstra o quanto o *saber fazer* era uma característica desse “*tempo*” e como em um universo de simplicidade, especialmente em relação ao aspecto econômico, realizava-se tantas ações. Sobre este aspecto Rossler (2004, p. 107) acrescenta que na vida cotidiana, os pensamentos e as ações visam sempre a sua efetivação de forma rápida, segura, num menor tempo, e com o menor esforço possível, tanto físico quanto intelectual.

Assim, verifica-se outra característica, o pragmatismo; o pensamento voltado para a realização de atividades cotidianas, sem, no entanto, elevar-se ao nível da teoria. Neste sentido, Rosa evoca, por meio de suas rememorações, o que poderíamos chamar de *expertise popular*, que parte da necessidade, por exemplo, de possuir reservatórios apropriados para o armazenamento da água (potes de barro, as chamadas moringas), a construção de bancas para lavar a roupa às margens do rio:

No rio, **tinha a banca**. Era de madeira, meio compridinha, pregava a tábua, colocava uma capinha para não se molhar. Aí **esfregava a roupa com sabão feito em casa**. **Naquele tempo a gente fazia com banha de porco**, porque hoje tem azeite, mas naquele tempo a gente fazia, matava o porco, fazia torresmo, tirava a carne e derretia a banha. (Grifo nosso)

As bancas eram construídas próximas do rio devido a necessidade de haver uma grande quantidade de água corrente para limpar a sujeira da lida com a terra. Ainda neste mesmo trecho, explica outros procedimentos, de como a partir do abate de porcos utilizava-se a banha para produzir o sabão. Como evidenciado, o porco era um animal do qual se

aproveitava várias partes, além da produção de linguiças, alimento que se conservava por mais tempo:

A gente fazia linguiça com a carne de porco **para não estragar**. Botava duas varas penduradas na cozinha e deixava secar. **Às vezes sentia raiva porque quando dava aqueles dias quentes, pingava tudo no chão.** Ficava aquela mancha. (Grifo nosso)

Esta prática de deixar as linguiças para secar ocorria geralmente na cozinha, próximo ao fogão à lenha onde o calor era mais concentrado, assim, ocorria um processo de defumação até que a carne ficasse curada para o consumo da linguiça. O sentimento de raiva mencionado pela entrevistada diz respeito a uma noção de limpeza e ao retrabalho (limpar constantemente o espaço onde estavam penduradas as linguiças). Em meio a esta etapa, a gordura escorria e sujava o chão. Ainda em relação ao *saber fazer*, Rosa descreveu que as vassouras eram produzidas com uma espécie de planta com folhas verdes:

A gente cortava **vassoura de rachão**, hoje tem vassoura de cipó, de outras coisas. Mas, **nós tínhamos que ir no mato cortar** para fazer. (Grifo nosso)

Já em relação a produção de alimentos para o consumo estava o arroz, que passava por uma etapa específica antes de chegar à mesa da família:

O arroz era **socado dentro da sala de casa**. Tinha dias que eu **chorava, porque aquela palhinha entrava nas gretas do chão que era de madeira**. Pegava um palito e ia tirar tudo. (Grifo nosso)

Como apresentado no capítulo 2, esta prática era realizada pelas mulheres sempre no período da noite, após os demais afazeres da casa. Entre os motivos que contribuíram para a depoente, ao evocar lembranças ligadas a esta temática, está o fato dela ter sido a única filha mulher da família:

Minha mãe teve o avô dele (**menção ao sobrinho**), depois teve **um bebê que durou só um mês** e depois de oito anos eu nasci. Aí ela só teve dois filhos. (Grifo nosso)

Desta maneira, Rosa foi inserida nas atividades diárias pelas mães desde muito cedo, uma prática comum nas áreas coloniais como afirmam Santos e Zanini (2008, p. 258):

Ensinavam, além de culinária, posturas para a vida: quem deveria ser servido primeiro, para quem seria destinado o melhor pedaço de alimento, como servir as visitas, o que deveria ser destinado à caridade, onde sentar, com quem falar, sobre o que falar, entre tantos outros ensinamentos.

O ato de aprender, que posteriormente, se configura como o *saber fazer* ocorria pelo acompanhamento da mãe ou das irmãs mais velhas, de acordo com a formação familiar. Assim, o aprendizado se dava de forma empírica, além de observar. Estas já submetidas à

prática, ou seja, “utilizam a imitação como um modo de aprender a agir segundo formas socialmente adequadas. Não é nenhuma novidade o fato de que a imitação consiste num elemento essencial dos processos de aprendizagem (ROSSLER, 2004, p. 107). Em meio aos afazeres da casa, Rosa também se recordou do trabalho da roça e novamente enfatizou os processos manuais necessários para as atividades:

Eu trabalhei muito no pesado, era amarrar cana, fazer farinha. Mas hoje tem ralador, tem máquinas, **mas nós fazíamos tudo à mão.** (Grifo nosso)

Na sequência, a entrevistada menciona o período em que o irmão casou, saiu da casa dos pais, porém, continuou trabalhando com o pai. O casamento era uma das possibilidades das quais os jovens tinham à sua disposição. As outras eram a vida religiosa e o celibato civil (ficar solteira). Em virtude de um relacionamento não ter dado certo, optou por permanecer sozinha e continuou dedicando-se ao núcleo familiar, especialmente aos pais quando se tornaram idosos:

Minha mãe **perdeu a memória, teve Alzheimer. Cuidei da minha mãe até o fim,** ela durou sete anos com essa doença. Eu tinha uns 37 anos quando cuidei da minha mãe e ela tinha uns 65 anos quando morreu. (Grifo nosso)

Depois de cuidar da mãe também cuidou do pai, que faleceu posteriormente. Desta forma, como descreve Carneiro (2001, p. 37), após a morte dos pais, quem seguia o celibato e integrava áreas coloniais de origem italiana, permanecia exercendo as mesmas funções de auxiliar na nova unidade doméstica constituída pelo irmão sucessor. Além disto, continuava a receber uma parcela de terra pela sua participação na lavoura familiar e nas tarefas domésticas, o que lhe garante uma dose de segurança para enfrentar o futuro após a morte dos pais. Assim, permaneceu morando na propriedade da família, mas acolheu uma sobrinha recém-casada, que junto com o marido passaram a trabalhar nas terras. E ao ser questionada sobre não te se casado, concluiu:

Eu **até gostava de casar**, mas com quem eu quis **não deu certo.** Aí não quis mais. Preferi ficar sozinha. (Grifo nosso)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento em torno da pesquisa e das reflexões das memórias das depoentes foi exigente, acompanhado também de uma enriquecedora caminhada de aprendizados teóricos, práticos e humanos. A partir do fio condutor do Renascimento do Acontecimento, com base em Dosse (2013), o ato de retornar o olhar para o bairro Colônia Nova Itália, em São João Batista (SC) e as movimentações populares e políticas, tornou-se possível perceber o silêncio e a invisibilidade dada à História das Mulheres dentro do bairro e da própria cidade. Refiro-me aquelas ações já mencionadas nesta dissertação, como: a aprovação do projeto de lei nº 0020.5/2018 pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)⁶⁰, a sanção da Lei Municipal nº 3.792/2017 pelo prefeito de São João Batista Daniel Netto Cândido, e a fundação da Associação dos Descendentes e Amigos do Núcleo Pioneiro da Imigração Italiana no Brasil (ADANPIB) em março de 2017, e etc.

No decorrer deste processo, foram escolhidas e estabelecidas narrativas específicas para contar a história da então Colônia, com destaque para a utilização da divulgação midiática como ferramenta de amplificação dessas versões. Neste sentido, o uso de representantes dessas memórias, com referenciais dessa narrativa, demonstra a necessidade de desenvolver mais estudos para que a pluralidade, mais as trajetórias sejam contadas. De fato, elas são significativas, mas não são as únicas. Dentro dessa dinâmica, é preciso cada vez mais ter cuidado e respeito com a história de cada indivíduo. Afirmo isto, porque ao selecionar e escolher os representantes, entrevistados e narradores, esta etapa direciona a produção de uma narrativa. Assim, sugere-se sempre uma reflexão em torno do que se pretende produzir: Qual intuito? Qual finalidade? Até que ponto isto contribuirá positivamente? Será que estou contribuindo para um processo de produção de diferenças sociais?

É evidente que por se tratar de investigações recentes, a utilização de referenciais como os mencionados anteriormente, dizem respeito também, ao critério de notoriedade utilizado pelos meios de comunicação para evidenciar personagens dentro de uma perspectiva narrativa. A decisão está em elencar o que se destaca, o que seria mais relevante para o público e o que mais chama a atenção. Ao mesmo tempo, é o que está mais acessível para a produção midiática, o que gera menos envolvimento e tempo de produção, tendo em vista o desafio de realizar uma investigação aprofundada sobre a história do bairro.

⁶⁰ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA. Projeto de Lei nº 0020.5/2018. Disponível em: <www.alesc.sc.gov.br>. Acesso em: 4 maio 2019.

Ao apresentar as etapas pelas quais o bairro tem passado, possibilitou-me, enquanto pesquisadora e moradora da cidade, analisar como em um curto espaço de tempo 2016-2019, a sucessão de acontecimentos produz novas concepções em torno de um lugar, principalmente, quando já não existe mais uma *memória espontânea*, como destacou Nora (1993, p. 13). Vem daí a necessidade de se promover as comemorações e de se marcar o “tempo” com eventos que atuam com uma função arquivista, pois desde o aniversário dos 180 anos da chegada do grupo de imigrantes, o bairro se tornou um lugar de memória, uma referência física do acontecimento. Vale ressaltar que este lugar se consolidou especificamente como a Capela São José, o cemitério e também a Ponte dos Imigrantes, que passaram a ser considerados os monumentos desta narrativa. Com as ausências e o distanciamento temporal do que se considerou o Acontecimento, a materialização por meio de monumentos é a constatação do que foi feito neste espaço onde tudo começou.

O movimento com que as ações no bairro Colônia Nova Itália estão seguindo, caminham também para a afirmação do que descreveu Nora (1993) a respeito das funções destes espaços e os status que eles assumem, pois “a memória vem do exterior e nós a interiorizamos como uma obrigação pessoal, pois ela não é mais uma prática social. Com isto, a memória atribui a cada um o dever de ser o historiador de si mesmo (NORA, 1993, p. 17). É, de fato, uma característica de *Renascimento do Acontecimento* no bairro. As pessoas estão em busca da “*identidade do eu*”, aquela que segundo o historiador, “obriga cada um de se relembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade” (NORA, 1993, p. 18). As pessoas, chegam pelos mais variados motivos, mas, em sua essência procuram uma referência, que na prática, trata-se da “apropriação veemente daquilo que sabemos que não mais nos pertence” (NORA, 1993, p. 18).

Para além de uma justificativa acadêmica, é também um convite a reflexão sobre como nós, enquanto cidadãos, contribuímos, participamos e autorizamos a escrita destes capítulos históricos em nosso tempo presente. O se torna mais relevante, neste sentido em minha concepção. É o entendimento de que existe uma série de personagens, de trajetórias e de vivências, não só do grupo considerado pioneiro, mas de todos aqueles que já moraram no local e os que ainda hoje lá vivem. Por isso, escolher a História das Mulheres, é uma forma de não reduzir essa diversidade de memórias, histórias e vidas que residem no bairro, mesmo que esta dissertação também perpassou por diversas etapas de seleção e escolhas conscientes, de acordo com a proposta da pesquisa, o que não a reduz. Esta pesquisa é uma breve contribuição, um feixe que se abre para a pesquisa da história, para que seja compreendida a partir de novos olhares e possibilidades. Ao desenvolver este trabalho, constatei a necessidade

da criação de políticas públicas ligadas à memória, história e ao patrimônio cultural (material e imaterial) da cidade de São João Batista (SC), tendo em vista, o quanto ‘escassos’ são os suportes e recursos que um pesquisador tem ao realizar seu trabalho, no que tange a história local. Sugere-se também a realização de projetos que envolvam com mais frequência, os alunos das redes públicas municipal e estadual de ensino, público que contribui significativamente para a escrita da História do Tempo Presente e que possui novas habilidades.

Por outro lado, adentrar o mundo das mulheres, não foi uma tarefa simples, foi um mergulho, repleto de momentos de profundos questionamentos, até mesmo pessoais. A utilização da metáfora da cadeira de balanço serviu para suavizar a responsabilidade de submeter às fontes ao método e a análise das memórias das entrevistadas com respeito e profissionalismo, a partir de referências teóricas. Foi também um caminho escolhido para a narrativa conter as sensações e impressões que senti neste processo de pesquisa. A cadeira surgiu inicialmente como objeto unificador entre as entrevistadas, pois todas me aguardavam sentadas em suas cadeiras. No entanto, percebi também uma relação de afeto com que as mulheres tinham por elas, e que dentro do processo de entrevista, se sentiram à vontade para evocar suas memórias em meio ao vai e vem do balanço realizado pelo movimento que a cadeira realiza.

Com esta percepção, enquanto caminhava em uma manhã nublada do mês de março deste ano, já inquieta com os direcionamentos da pesquisa, passei a relacionar o movimento da cadeira, com os esforços empreendidos por quem é entrevistado, pelo ato de acessar as memórias e como estas memórias podem ser “reconstruídas” por meio da entrevista oral. Recorri à Portelli (1997, 2001 e 2011) como suporte para compreender este processo e também perceber as intencionalidades presente na troca relacional que existe entre pesquisador e entrevistado. No entanto, além disso, compreendi a presença da cadeira dentro deste contexto, como um lugar de fala das mulheres. De uma fala autorizada, ligada ao espaço que hoje elas dispõem em suas famílias, três delas viúvas e uma solteira, entendi que é ali onde podem ser elas, onde podem lembrar e esquecer do que lhes é desejado, um espaço de reflexão, de receber, visitar e de falar sobre o que não tiveram possibilidade em sua infância, juventude e vida adulta.

Ao conhecer uma a uma, as depoentes apresentaram temáticas comuns, que busquei problematizar no capítulo 1 e 2, com intuito de contar sobre o processo de entrevista, apresentar a história do bairro em estudo e suas reverberações na trajetória das entrevistadas. No capítulo 1, evidenciaram-se as memórias relacionadas ao trabalho das

mulheres nos canaviais destinados à comercialização de cana-de-açúcar para a Usina de Açúcar Tijucas por parte das famílias das depoentes, devido ao bairro Colônia Nova Itália ter sido um dos maiores fornecedores de matéria-prima para a agroindústria. Com sede e atividade em São João Batista desde a década de 1940, a *Usina ou Usati*, como é lembrada pelas entrevistadas, era a principal fonte de renda das famílias locais. Por trás desta informação, estão as condições de trabalho pelas quais as depoentes, ainda crianças, enfrentavam diariamente, como: trabalhar descalço, desempenhar funções específicas dentro da lavoura, uma atividade que exigia esforço físico extremo, além do ‘pico e coceira’ provocados pelas folhas da cana e a necessidade de atingir metas diárias para o envio para a Usati. Vale ressaltar, que a temática foi evidenciada pelas quatro entrevistadas, enfatizada por todas, principalmente por se tratar de uma atividade que perdurou até o início da década de 1990. Além delas enquanto filhas, vivenciam este processo durante o casamento e com a criação dos filhos, um período significativo de suas vidas.

Dentre as memórias que mais me marcaram enquanto pesquisadora, e apresentadas no capítulo, está a presença dos cavaletes, equipamentos de madeira utilizados para amarrar a cana em feixes e ser contabilizados e pesados para a entrega na Usina. Representados pelas fotografias produzidas por Gramkow (1983) em sua dissertação “*O Colono da Cana*” que teve como foco as entrevistas e visitas no bairro. Conforme as entrevistadas, ele era um equipamento utilizado principalmente pelas meninas, moças e mulheres que eram responsáveis pela função da amarração. No aspecto ligado ao trabalho, outro destaque é o fato de as mulheres grávidas que trabalhavam na lavoura até os últimos momentos da gestação, como recordou Luiza, ao evocar as memórias ligadas a morte de sua tia. Uma marca ressaltada pelas depoentes é a necessidade da força física que precisavam realizar nas mais variadas ações diárias, seja no ato de carregar água, na produção dos alimentos, socar o arroz no pilão, passar a roupa com ferro à brasa, carregar lenha para o fogão, etc.

No capítulo 2, destacou-se as semelhanças e as diferenças entre homens e mulheres do bairro. Neste momento da pesquisa, observou-se o que intitulei de *Linhos Informais da Experiência*, o caminho a ser trilhado pelas meninas que mais tarde se tornariam mulheres e donas de casa. Essas linhas, apesar de não serem escritas em um estatuto ou evidentes como tal, são as etapas pelas quais as mulheres deveriam passar, a formação que lhes era repassada geralmente pelas mães, incumbidas de ensinar todas as atividades que as tornaria uma mulher capaz de responder as suas responsabilidade diante do casamento e da constituição de suas próprias famílias.

Cada etapa em sua essência era delimitada mais ou menos por uma idade e pela forma com que a mãe aprendera. Outro aspecto é que entre as depoentes, o acesso à educação por meio da escola foi registro devido a percepção de que os filhos e filhas representam mão-de-obra importante para execução das atividades diárias. Desta forma, compreendiam que o ato de escrever os nomes e aprender a ler já seria o necessário para o meio em que viviam. Para eles, a necessidade maior, e mais urgente, era a subsistência da família, que facilmente chegava em média há dez pessoas.

Nesta perspectiva de formação destinada às meninas/mulheres, elas dominavam tantos os conhecimentos considerados da casa, como os ligados à propriedade, pois o saber fazer que detinham perpassava as mais variadas atividades. Mesmo que ao acompanhar os pais, irmãos e esposos nas funções diárias era considerado um ato de ‘ajuda’, o conhecimento adquirido e os serviços executados ocorriam como as praticadas pelos homens. Isto refletia, principalmente nas famílias em que as mulheres ficavam viúvas, elas permaneciam geralmente sozinhas com os filhos, enquanto os homens contraíam novo casamento. Em comum, as mulheres demonstraram no decorrer das entrevistas, momentos que consideraram a produção da lavoura, especialmente a da cana como uma atividade que “não dava nada”, que não proporciona retorno satisfatório comparado com o trabalho exercido.

No capítulo 3, buscou-se apresentar de uma maneira mais próxima as experiências e as percepções que as entrevistadas têm de sua trajetória de vida. A escrita foi conduzida pelo direcionamento das entrevistas orais e pelos aspectos mais evidenciados pelas mulheres. O objetivo foi apresentar o que se tornou mais singular dentro da trajetória de vida de cada uma delas, o que escolheram para compartilhar. Ressalta-se, porém, que o intuito não foi escrever a biografia delas, ou de compreender estas memórias como uma história de vida marcada por um começo, meio e fim, mas uma opção estilística de texto para valorizar o que foi lembrado, inserindo-me como uma narradora do que foi captado pelo gravador, pelas anotações realizadas e pelos sentimentos que povoaram a experiência da entrevista. A possibilidade do encontro com cada uma delas foi envolvida por emoções únicas, impossíveis de serem escritas, mas que optei por mencionar, pois também se trata do processo de produção de uma pesquisa e de uma pesquisadora. Creio que sem sentir, não há como desenvolver qualquer estudo.

Ao analisar as narrativas individuais, percebe-se também o modo como as memórias são lembradas e como as experiências se assemelham, mas produziram em cada uma delas diferentes lembranças. Joana percorre o desejo de se afastar do trabalho na roça, mesmo permanecendo no bairro. Sua entrevista é marcada por detalhes e muitas datas. Ana optou

pela espiritualidade como seu posicionamento frente a vida. Suas memórias demonstram o caminho que percorreu, mas retoma sempre a esta questão. Já Luiza utiliza-se dos questionamentos nas sutis necessidades diárias para buscar mais qualidade de vida. Rosa, encontra nas práticas diárias a forma mais apropriada para conduzir seus dias, desde o cuidado com seus pais e posteriormente com a vindia da sobrinha e do seu esposo que passaram a morar com ela. Em comum, as depoentes apresentam-nos a produção de uma memória coletiva que apresenta a História das Mulheres do bairro a partir da ótica do trabalho. Esta é a grande temática que desdobra os demais conteúdos abordados. É um trabalho pesado, exigente fisicamente, diário e constante. Ele é manual, parte do conhecimento do saber fazer, e não diz respeito apenas à lavoura, mas ao viver. De modo geral, a grande problematização dessa dissertação está em reconhecer os movimentos que as memórias evocadas pelas depoentes seguiram, e como, estas se configuraram no Tempo Presente.

REFERÊNCIAS

FONTES

A – Orais:

Entrevistadas realizadas em outubro de 2018

Joana. 91 anos, agricultora e comerciante aposentada. Entrevista concedida a Marcia Peixe Vargas em São João Batista/Santa Catarina, Brasil, a 19 de out. 2018. [Arquivos e transcrições estão depositados no acervo pessoal da pesquisadora]

Rosa. 81 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida a Marcia Peixe Vargas em São João Batista/Santa Catarina, Brasil, a 22 out. 2018. [Arquivos e transcrições estão depositados no acervo pessoal da pesquisadora entrevista]

Luiza. 71 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida a Marcia Peixe Vargas em São João Batista/Santa Catarina, Brasil, a 25 out. 2018. [Arquivos e transcrições estão depositados no acervo pessoal da pesquisadora entrevista]

Ana. 87 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida a Marcia Peixe Vargas em São João Batista/Santa Catarina, Brasil, a 31 out. 2018. [Arquivos e transcrições estão depositados no acervo pessoal da pesquisadora]

Entrevistadas realizadas em janeiro de 2019

Joana. 91 anos, agricultora e comerciante aposentada. Entrevista concedida a Marcia Peixe Vargas em São João Batista/Santa Catarina, Brasil, a 15 de jan. 2019. [Arquivos e transcrições estão depositados no acervo pessoal da pesquisadora]

Rosa. 81 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida a Marcia Peixe Vargas em São João Batista/Santa Catarina, Brasil, a 18 jan. 2019. [Arquivos e transcrições estão depositados no acervo pessoal da pesquisadora entrevista]

Luiza. 71 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida a Marcia Peixe Vargas em São João Batista/Santa Catarina, Brasil, a 24 jan. 2019. [Arquivos e transcrições estão depositados no acervo pessoal da pesquisadora entrevista]

Ana. 87 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida a Marcia Peixe Vargas em São João Batista/Santa Catarina, Brasil, a 28 jan. 2019. [Arquivos e transcrições estão depositados no acervo pessoal da pesquisadora]

B – Impressas:

BENELLI, Roberto. **San Giovanni Battista**: da Florentia al Brasile attraverso una sottile striscia di cuoio. Firenze: Diple Edizioni, 2000.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina.** Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1939.

DALILA BAIXO SOARES. **Relatório da auxiliar de inspeção escolar em 3 de fevereiro de 1946, sobre as escolas de Tijucas.** Arquivo Público de Santa Catarina. Pasta Quadro de Matrículas ESC/GE 1947.

FELLER, Flavio. **Histórias do oratório de São Sebastião do bairro Índia em Canelinha – SC, 1915-2015.** Florianópolis. Sagrada Família Indústria Gráfica e Editora Ltda. 2015.

MATTOS, Jacinto Antônio de. **Colonização do Estado de Santa Catarina.** Dados Históricos e Estatísticos (1640 - 1916). Florianópolis: Tipografia "O Dia", 1917.

MAURICI, Darci de Brito. **São João Baptista do Alto Tijucas Grande.** Blumenau: Odorizzi, 2008.

PIAZZA, Piazza, Walter Fernando. **Santa Catarina:** sua história. Florianópolis. UFSC e Lunardelli, 1983.

ROVER, Vanderlei. **Canelinha do Tijucas Grande.** Canelinha: Prefeitura Municipal de Canelinha. 1988.

C – Eletrônicas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA. **Projeto de Lei nº 0020.5/2018.** Disponível em:<www.alesc.sc.gov.br/>. Acesso em: 4 maio 2019.

BRASIL. DECRETO. **Estabelece a criação do Instituto do Açúcar e do Álcool.** Presidência da República, DF. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-tematico/instituto-do-acucar-e-do-alcool-iaa/>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 22.035, de 29 de outubro de 1932. **Regulamenta a carteira de Trabalho.** Presidência da República. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22035impressao.htm>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BRASIL. **Lei Complementar nº 11 de 25 de maio de 1971.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp11.htm>. Acesso em 04 jun. 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOÃO BATISTA. Audiência Pública aprova acréscimo do nome Nova Itália ao bairro Colônia. Disponível em: <<https://camarasjb.sc.gov.br/web/noticia.php?id=256:audiencia%20publica%20aprova%20acrescimo%20do%20nome%20nova%20italia%20ao%20bairro%20colonia/>>. Acesso em: 7 ago. 2019.

_____. **Confira os trabalhos do Legislativo dessa quinta-feira.** Disponível em: <<https://camarasjb.sc.gov.br/web/noticia.php?id=260:confira%20os%20trabalhos%20do%20legislativo%20dessa%20quinta-feira,%2009/>>. Acesso em: 7 ago. 2019.

_____. **Mulheres do ano:** Dona Dinha sinônimo de trabalho nos auge dos 104 anos. Disponível em: <<https://camarasjb.sc.gov.br/web/noticia.php?id=319:mulheres%20do%20ano:%20dona%20dinha,%20sinonimo%20de%20trabalho%20nos%20auge%20dos%20104%20ano/>>. Acesso em: 8 ago. 2019.

CORREIO CATARINENSE. Príncipe Imperial Participa da Comemoração aos 180 anos da Colônia Nova Itália. Disponível em: <<http://www.cliccorreio.com.br/Site/?pagina=noticia&id=5585&titulo=principe-imperial-participa-das-comemoracoes-dos-180-anos-da-colonia-nova-italia/>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

FAMILY SEARCJH. Reginistros religiosos e civis. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/pt/>>. Acesso em: 09 ago. 2019.

FIOCRUZ. Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – Inamps. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/instituto-nacional-de-assistencia-medica-da-previdencia-social-inamps/>>. Acesso em: 4 jun. 2019.

IBGE. Histórico do Município de Major Gercino. Disponível em: <www.biblioteca.ibge.gov.br/> acesso em 13 ago. 2018.

O MUNICÍPIO. Príncipe Imperial Participa da Comemoração aos 180 anos da imigração italiana no Brasil em São João Batista. Disponível em: <<https://omunicipio.com.br/principe-imperial-participa-da-comemoracao-aos-180-anos-da-imigracao-italiana-no-brasil-em-sao-joao-batista/>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

_____. **Reunião define formação da associação dos descendentes da imigração italiana no Brasil.** Disponível em: <<https://omunicipio.com.br/reuniao-define-formacao-da-associacao-dos-descendentes-da-imigracao-italiana-no-brasil/>>. Acesso em: 6 ago. 2019.

_____. **Tetraneta do fundador da Colônia Nova Itália visita São João Batista.** Disponível em: <<https://omunicipio.com.br/tetraneta-fundador-da-colonia-nova-italia-visita-sao-joao-batista/>>. Acesso em: 08 ago.2019.

PREFEITURA DE SÃO JOÃO BATISTA. **Site oficial:** <www.sjbatista.sc.gov.br/>. Acesso em: 5 maio 2019.

RÁDIO ARAGUAIA. **Colônia Nova Itália: Marcando um ano da visita do Príncipe D. Bertrand de Orleans e Bragança ao berço da imigração.** Disponível em: <<https://araguaibrusque.com.br/noticia/geral/colonia-nova-italia-43461/>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

_____. **Italianos no Brasil: O salão de festas da Igreja São José, em Colônia Nova Itália, no município de São João Batista.** Disponível em: <<https://www.araguaibrusque.com.br/noticia/italianos-no-brasil/47917/>>. Acesso em: 5 ago. 2019.

_____. **Líderes definem estratégias junto a PGR e o STF para corrigir erro histórico.** Disponível em: <<https://araguaibrusque.com.br/noticia/lideres-definem-estrategias-junto-a-pgr-e-o-stf-para-corrigir-erro-historico/54747/>>. Acesso em: 7 ago. 2019.

RÁDIO CIDADE. **180 anos depois, São João Batista comemora primeira imigração Italiana no Brasil.** Disponível em: <https://rc.am.br/homes/page_noticia/id_42242/>. Acesso em: 5 ago. 2019.

RÁDIO SUPER. **Príncipe visita colônia em alusão aos 180 anos da primeira imigração italiana no Brasil.** Disponível em: <<https://radiosuper.fm/noticias/principe-visita-colonia-em-alusao-aos-180-anos-da-primeira-imigracao-italiana-no-brasil/>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa de Santa Catarina. **Projeto de Lei nº 0020.5/2018.** Disponível em: <<http://visualizador.alesc.sc.gov.br/VisualizadorDocumentos/paginas/visualizadorDocumentos.jsf?token=08900c09b7824634d682144747ccfcae55f62d7438ab3a76aabbd2328fcfa6c7dcf1730e515dade823ace8221543726e9/>>. Acesso em: 04 mai. 2019.

REVISTA ELETRÔNICA INSIEME. **Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina entre na briga e São João Batista- SC e não, Santa Teresa, o Berço da Imigração Italiana no Brasil.** Disponível em: <<https://www.insieme.com.br/pb/conselho-estadual-de-cultura-de-santa-catarina-entra-na-briga-e-sao-joao-sc-e-nao-santa-teresa-es-o-berco-da-imigracao-italiana-no-brasil/>>. Acesso em: 7 ago. 2019.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Miriam; CUNHA, Ana Lucia; CALAF, Priscila. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas.** Brasília: RITLA; SEDF, 2009.

ALBERTI, Verena. Fontes Orais. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes orais.** São Paulo: Contexto, 2005, p.155-202.

_____. **Manual da história oral.** 3. ed. Rio de Janeiro. FGV, 2005.

ANGELI, Daniela. MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Orgs.). O corpo feminino em debate. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 243, jan. 2004. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200017>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. BOURDIEU, Pierre. As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 432 p. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre , v. 4, n. 9, p. 325-327, Out. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71831998000200325&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 10 ago. 2019.

AMON, Denise; MANASCHE, Rentata. Comida como Narrativa da Memória Social. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.1, jan/jun. 2008. p.15. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/4467/3867>>. Acesso em: 24 abri. 2019.

ARENDT, Hanna. **Sobre a violência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BALBINOTTI, Izabele. A Violência contra a mulher como expressão do Patriarcado e do Machismo. **Revista da ESMESC**, v.25, n.31, p. 239-264, 2018.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral.** 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BELTRAME, Angela de Veiga. A Colonização do Vale do Itajaí Mirim e os Reflexos na degradação de seus recursos naturais renováveis. **Revista GEOSUL** ano VI, nº 9, Florianópolis, UFSC, 1 semestre de 1991, p.97.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas:** magia e técnica arte e política. 3. ed. São Paulo: Basiliense. 1987.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

BOSI, Ecléa. **Sociedade e memória – lembranças de velhos.** 1994. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

BOURDIEU Pierre. A ilusão biográfica. **Atos de pesquisa em ciências sociais.** v. 62-63, junho de 1986. A ilusão biográfica. p. 69-72. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1986_num_62_1_2317>. Acesso em: 10 set. 2019.

CADENAS GORDILLO, Bárbara e PONS BONALS, Leticia. O Trabalho das Parteiras em Comunidades Indígenas Mexicanas. In: AMADO, T. e COSTA, A.O. (org.) **Alternativas Escassas: Saúde, Sexualidade e Reprodução na América Latina.** São Paulo: Prodir/FCC - Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

CARNEIRO, MARIA JOSÉ. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15. Set. 2019.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano.** Artes de fazer. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CLARO, Anderson. **Produção de Casas de Madeira em Santa Catarina.** Dissertação (mestrado) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. 1991. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75813>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

COSTA-MACEDO, Lêda Maria da; COSTA, Maria do Carmo Esteves da; ALMEIDA, Liz Maria de. Parasitismo por Ascaris lumbricoides em crianças menores de dois anos: estudo populacional em comunidade do Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 173-178, Jan. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1999000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso: em 10 mai. 2019.

DAVIS, Natalie Zemon. **Nas margens**. Três mulheres do século XVII. São Paulo. Companhia das Letras, 1997.

DIAS, Carlos Gilberto Pereira. **Construindo vidas** – os itinerários de duas professoras Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860 – 1951) e Júlia Maria Hailliot Tavares (1866 – 1939). Porto Alegre: UFRGS, 2012. Tese (Doutorado em História). Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/56506>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1995.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**. São Paulo: UNESP, 2013.

FRENCH, John D. **Afogados em leis**: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. 2. ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÉS, Philippe (org.). **História da vida privada**: da Renascença ao século das luzes. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

GUINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Trad, de Frederico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras 1989.

GINZBURG, Natalia. **Lessico famigliare**. Torino: Einaudi, 1999.

GRAMKOW, Marcia Maria. **O colono da cana**: estudo sobre as unidades de produção familiares do Vale do Rio Tijucas. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Florianópolis: UFSC, 1983. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75031>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A Editora, 2001.

HARRES, Marliza Marques. Aproximações entre a história de vida e a autobiografia: os desafios da memória. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 8, n. 10, jul. dez. 2004, 143-156.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí**: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: Editora da FURB, 1987.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa. In:

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado.** Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006, 305-327.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

LEDA, Maria da Costa-Macedo; Maria do Carmo Esteves da Costa; Liz Maria de Almeida. Parasitismo por Ascaris lumbricoides em crianças menores de dois anos: estudo populacional em comunidade do Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública.** 1999, v. 15. p.173.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Frias. Primeira Edição, Editora Moraes, São Paulo. 1991.

LIPHAUS, Bernadete L; GONCALVES, Maria Inês Cappeletti; CARVALHANAS, Telma Regina Marques Pinto. Coqueluche: epidemiologia e controle. **BEPA, Bol. epidemiol. paul. (Online),** São Paulo, v. 5, n. 53, maio 2008. Disponível em <http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-42722008000500001&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 12 mai. 2019.

LUCENA, C. T. **Artes de lembrar e de inventar:** (re) lembranças de migrantes. Belo Horizonte: Arte e Ciência, 1999.

MACIEL, Maria Eunice. **Horizontes antropológicos.** Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 145-156, Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000200008&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 12 jun. 2019.

MALUF, Sonia Weidner. **Encontros perigosos:** análise antropológica de narrativas sobre bruxas e bruxanas na Lagoa da Conceição. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciencias Humanas. Florianópolis 1989. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75534>>. Acesso em 15 out. 2019.

MONTENEGRO, Antonio Carlos. História oral, caminhos e descaminhos. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 13, n.25/26. set.92/ago.93. Disponível em: <http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/download/1423519468_ARQUIVO_4_historiaoralcaminhosdescaminhos.pdf>. Acesso em: 09 set. 2019.

MONTICELLI, Marisa. **Nascimento como um rito de passagem:** abordagem para o cuidado às mulheres e recém-nascidos. São Paulo (SP): Robe Editora; 1997.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: **História**, Franca, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: <[. Acesso em: 29 nov. 2019.](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100004&lng=en&nrm=issو)

_____. Michelle Perrot: a grande mestra da História das Mulheres. **Revista Estudos Femininos**. Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 509-512, dez. 2003. Disponível em: <[. Acesso em: 08 abri. 2019.](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200009&lng=en&nrm=issو)

PEIXE, Marcia. **Arado, rosário e cruz – Colonos de Indaiá narram histórias de fé**. (Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social - habitação em Jornalismo pela Universidade do Vale do Itajaí - 2013).

PEREIRA, Marie-Anne Stival; LOZANO, Leal. SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). Gênero e geração em contextos rurais. **Revista Estudos Feministas**. 2012, p. 165. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200021>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. Os silêncios do corpo da mulher. In: **O corpo feminino em debate**.

MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Orgs.). São Paulo: Editora UNESP 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 159, jan. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11687/10988>>. Acesso em: 15 out. 2019. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000100009>.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, jul. 1992.

PORTELLI, Alessandro; JANINE RIBEIRO, Tradução: Maria Therezinha; RIBEIRO FENELON, Revisão Técnica: Dea. História Oral como Gênero. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**., [S.l.], v. 22, ago. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10728>>. Acesso em: 10 abri. 2019.

____; JANINE RIBEIRO, Tradução: Maria Therezinha; RIBEIRO FENELÓN, Revisão Técnica: Déa. O que faz a História Oral diferente. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 14, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11233>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

_____. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v. 7, nº 13 jul-dez, 2017. p. 182-195.

POZENATO, José Clemente. **O quatrilho**. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1985.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, PPGE/UFRGS, vol. 20, nº2. jul-dez., 1989.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 165. Disponível em: <<https://www.ufpe.br>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

RABIM, José Carlos. **Cultura e identidade italiana no Brasil**: algumas abordagens. Joaçaba, SC: UNOESC, 2005.

RÉCHIA, Karen Christine. **Lembranças íntimas de minha avó**: partos, parteiras e outras histórias em Treze de Maio – SC. Dissertação (mestrado em História). Florianópolis: PPGH/UFSC, 1998. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/77623>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

ROSSLER, João Henrique. O desenvolvimento do psiquismo na vida cotidiana: aproximações entre a psicologia de alexis n. Leontiev e a teoria da vida cotidiana de Agnes Heller. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 24, n. 62, p. 100-116, abril 2004.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Tradução de Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SANTOS, Miriam Oliveira; Zanini, Maria Catarina C. Comida e simbolismo entre imigrantes Comida e simbolismo entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (Brasil). **Caderno Espaço Feminino**, v. 19, n. 1, Jan./Jul. 2008. p. 259.

SCHIMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. **Revista História**. São Paulo, v. 33, n. 1, p. 124-144, jan./jun., 2014.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. Projeto História, **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo, PUC/SP, v. 16, set. 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11183/8194>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre, PPGE/UFRGS, vol. 20, nº 2. jul-dez., 1989.

_____. "Experiência". In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org). **Falas de gênero: teorias, análises, leituras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 21-55.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 165. Disponível em: <<https://www.ufpe.br>> Acesso em: 20 abr. 2019.

SEYFERTH, G. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). **Anuário antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, p. 31-63.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Fiandeiras, Tecelãs, Oleiras... redesenhando as grotas e veredas. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 16. p. 75 – 104, 1998.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**. Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Alguns apontamentos sobre a história oral, gênero e história das mulheres**. Dourados: UFGD: 2014.

_____. Mulheres e a Sociedade Agrária: Representações Sociais e Relações de Gênero. **Saeculum – Revista de História**. João Pessoa, jan./jun. 2012.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória** – temporalidades, experiência e narração. 2. ed. Passo Fundo: UFP, 2014.

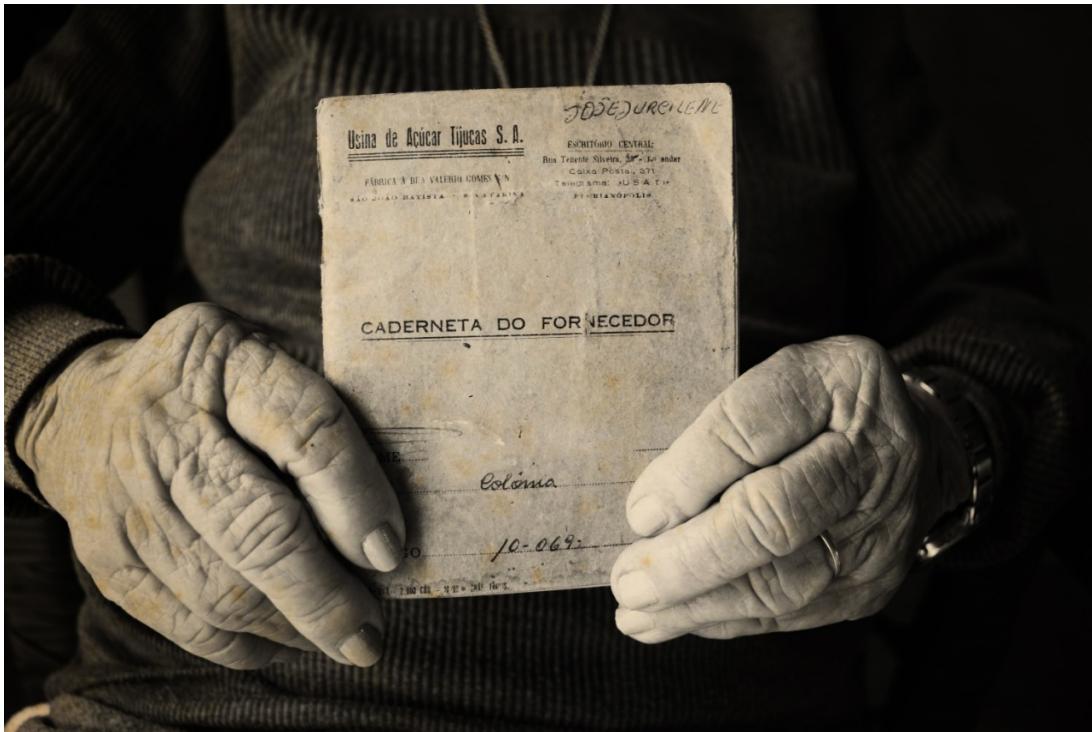
TOMELIN, Victor. **A pedagogia do medo** – o tamanho do medo. Blumenau: Editora FURB. 1992.

VIEIRA, Ady Filho. **Grupos empresariais catarinenses**: origem, evolução e perspectivas para 1990. Dissertação (mestrado) em Administração. Florianópolis: UFSC, 1985. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75266>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

WOORTMANN, Ellen F. A árvore da memória. **Série Antropologia, nº 159.** Brasília: UNB, 1994. p. 117-131.

ANEXOS

FOTOGRAFIAS PRODUZIDAS APÓS COLETA DE DEPOIMENTOS

ANEXO A – CADERNETA DO FORNECEDOR, ARQUIVO DE ANA

ANEXO B – FLOR DE CAFÉ, MEMÓRIAS DE ROSA

ANEXO C – PRODUÇÃO DE TABACO, NO BAIRRO



ANEXO D – SÍMBOLO DA FÉ DE ANA

ANEXO E – CADEIRA DE BALANÇO ROSA



ANEXO E – CADEIRA DE BALANÇO JOANA